



EXPEDIENTE



A Revista Imersão é um periódico on-line da Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso - FCGBA. Trata-se de uma publicação semestral teórico-científica cuja finalidade é promover, selecionar e socializar as produções científicas e reflexões críticas sobre experiências realizadas em Gestão, Saúde e Educação no diálogo com as Ciências Humanas, privilegiando abordagens interdisciplinares.

FACULDADE DE CIÊNCIAS EDUCACIONAIS CAPIM GROSSO

Ausinete da Silva França

Diretoria Geral

Albert França Santos

Diretor Administrativo

Maria Antônia Santos

Diretora Pedagógica

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Bibliotecário:
João Paulo Santos de Sousa CRB-5/1463

I32 IMERSÃO: Revista Científica do Sertão Baiano / Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso. Ano III. Volume V, Número IV, Jan/Jun de 2022. – Capim Grosso: FCG, 2021.

Semestral
ISSN: 2675-5882
Disponível: www.fcgba.com.br/revista

1. Educação. 2. Multidisciplinaridade. 3. Práticas educacionais. 4. Desenvolvimento. 5. Saúde. I. Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso.

CDD – 370

Equipe Editorial

EDITOR

Prof. Dr. Francisco Alves de Queiroz - UFRB/FADBA/ FCGBA
<http://lattes.cnpq.br/1005809062790476>

CONSELHO EDITORIAL E AVALIADORES

Me. Daniel Muniz Rocha Nascimento – Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso <http://lattes.cnpq.br/7955690372256824>

Me. Éden Santos de Castro – Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso
Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3651347955192589>

Prof. Dr. Hélio Ponce Cunha – Universidade Estadual de Feira de Santana
<http://lattes.cnpq.br/5559401418714606>

Prof. Dr. Ivo Pedro Gonzalez Junior – Universidade Federal da Bahia
<http://lattes.cnpq.br/9172835049817642>

Prof. Dr. Ricardo Costa da Silva Souza Caggy – Faculdade Adventista da Argentina
<http://lattes.cnpq.br/6254826561789427>

REVISÃO GRAMATICAL E NORMALIZAÇÃO

Profa. Dra. Sonia Lima Azevedo

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E REVISÃO

F Alves Queiroz Consultoria
Paloma Reis Soares

Uma revista da



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 6

I

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DO CURSO MEDICINA DE UMA IES X: O ESTUDAR EM CONTEXTO DE PANDEMIA E DISTANCIAMENTO SOCIAL - Ana Vitória de Souza Rabelo, Álvaro Araújo Oliveira Porciúncula, Rita Cristiane R G Soares, Mariana Soledade.....10

II

DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE NA PANDEMIA DO COVID-19: JULGAMENTO DA ADPF 672 E O FORTALECIMENTO DO PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO - Maria Fernanda Elmoría Pinto de Almeida, João Victor Azevedo da Costa, Fábio S. Santos23

III

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL DOS COLABORADORES DE UMA CENTRAL DE ATENDIMENTO DO RECÔNCAVO BAIANO: UM ESTUDO DE CASO - Francielly Lima dos Santos, Gabriel Rodrigues Junior, Ivo Pedro Gonzalez Júnior.....39

IV

PROCESSO INFLAMATÓRIO NA OBESIDADE: PAPEL MODULADOR DA NUTRIÇÃO - Camila Ferreira De Jesus, Laysa Souza De Jesus, Marina Cerqueira Dos Santos.....60

V

METODOLOGIA CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE PESQUISA QUANTITATIVA E PESQUISA QUALITATIVA - Hélio Ponce Cunha...79

VI

DESCENTRALIZAÇÃO DE VERBAS DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM NOVO DESAFIO AOS GESTORES ESCOLARES - Francisco Alves de Queiroz.....92



APRESENTAÇÃO

Não se imaginava que, em meados dos anos de 2019 e 2020, nossas vidas estariam diante de um risco eminente, silencioso e pandêmico. Não podia-se imaginar que o saudável naquele momento seria resguardar-se em casa, executar inúmeras medidas de prevenção e cuidado, afastar-se de quem se ama, limitar pequenas andanças e conversas, se manter em isolamento. Atravessar a era pandêmica não foi fácil, e continua não sendo. De um instante para outro, o tempo contemporâneo ganhou uma nova roupagem. Uma emergência de saúde pública mundial moldou nossa forma de pensar e viver em sociedade.

Como todo processo da vida, ainda estamos lidando com tantas perdas, falhas, medos, reclusão, adoecimento físico e mental, da mesma maneira, estamos desenvolvendo perspectivas, conhecimentos, adaptações, medidas de amenização a respeito dos variados campos que a pandemia afeta. Mediante a isso, a Revista Imersão passou a receber diversas submissões sobre o tempo contemporâneo e pandêmico, afinal de conta é extremamente necessário refletir sobre essa nova conjuntura, esse novo modelo social.

Há em cada linha dessa revista a reflexão a respeito do contexto pandêmico, precisamente colocando em foco as prerrogativas pós isolamento social e como se encontra diversas esferas da vida em sociedade. Ademais, há também a oportunidade de difusão de conhecimentos contemporâneos e necessários quanto à saúde pública e pessoal, métodos de pesquisa, administração e gestão escolar, os quais são temas recorrentes para a organização social e que, constantemente, necessitam de reflexão e mudanças de hábitos.

A Revista Científica do Sertão Baiano explora a capacidade e as realidades daqueles que antes não eram vistos pela massiva opressão de um sistema que segrega e inferioriza. Os autores aqui presentes dão voz e vez àqueles que não conseguem mais se impor, assim demonstram a sua própria realidade e, conseqüentemente, procuram através de discussões científicas propor soluções ou ferramentas que minimizem os danos da construção de um saber milenar e unilateral.

E por essa via, o quinto volume da Revista Científica do Sertão Baiano – Imersão, a qual traz como temática ***As travessias do tempo contemporâneo e pandêmico: uma reflexão multidisciplinar***, lança-se como uma grande oportunidade de difusão da pesquisa e do conhecimento daqueles e para aqueles que sugestionam a

construção de um presente crítico sobre os vastos privilégios e contextos que a nossa realidade abarca para que, dessa forma, se possa projetar um amanhã que valorize a ciência e que faça dela veículo para alcançar a equidade social. Nesta perspectiva, a presente revista compõe direções científicas e multidisciplinares que visam tecer rumos para a consolidação de um futuro que contemple a pluralidade das realidades.

A Revista Imersão enquanto um periódico on-line da Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso (FCG-BA), propõe a tornar público a cada semestre os escritos teórico-científicos produzidos por pesquisadores, cuja finalidade é a de selecionar, promover e socializar as produções científicas e reflexões críticas sobre experiências realizadas nas áreas de Economia e Gestão, Saúde, Educação, perpetuando um diálogo estrito com as Ciências Humanas.

A referida edição está contemplada por quatro artigos científicos, com caráter multidisciplinar. Os quais abordam áreas da Saúde Pública, Economia, Educação, Direito e Desenvolvimento Regional. Todavia, consistem em trabalhos científicos, empíricos e fundamentados que estão sendo ofertados à crítica da comunidade científica, assim como para o desenvolvimento e manutenção do conhecimento contemporâneo.

A Revista Imersão inicia-se abordando enquanto primeiras análises e discussões, justamente o tema mais recorrente no processo de submissão: a pandemia. Faz-se necessário compreender quais as consequências e resultados que o processo pandêmico ocasionou em determinados grupos, em vista disso, o primeiro trabalho desenvolve o olhar sobre *Representações sociais de estudantes do curso de medicina de uma IES X: O estudar em contexto de pandemia e distanciamento social*, coloca-se em pauta neste artigo a grande importância de um sistema de projetos e atividades voltadas à saúde mental desses estudantes, traçando um olhar a respeito de como se configura a as condições de estudo durante o processo de distanciamento social e de que maneira isso afetou o desempenho deles. Isto posto, este escrito busca analisar os impactos ocasionados pela Pandemia, na rotina dos estudantes, na assistência e no aprendizado.

Inúmeras consequências foram ocasionadas pelo contexto originado pela Covid-19, e este fato nos leva a questionar até vai a o dever e a responsabilidade do Governo, afinal nada e nem ninguém passou ileso por processo. Quanto a isso, o segundo trabalho intitulado como *Direito fundamental à saúde na pandemia do covid-19: julgamento da ADPF 672 e o fortalecimento do pacto federativo brasileiro*, possui

como missão analisar o julgamento da ADPF 672, do STF, durante a pandemia do COVID-19, a qual reforçou a competência concorrente dos entes federados na garantia fundamental à saúde.

Isto posto, o terceiro escrito ainda perpetua a discussão sobre saúde, mas com enfoque na saúde mental, a qual se tornou assunto tão recorrente e imprescindível neste século, além do mais esta que foi tão afetada pelo distanciamento social e demais processos da pandemia. O artigo *A importância da saúde mental dos colaboradores de uma central de atendimento do recôncavo baiano: um estudo de caso*, a fim de discutir e elucidar que o ambiente de trabalho pode ser adoeecedor e ocasionar o surgimento de transtornos mentais. Nesse sentido, é preciso falar sobre as condições precárias, a cobrança excessiva e o abuso que intervêm a convivência no trabalho, mas que afeta todas as áreas da vida de um trabalhador a ponto de adoecê-lo.

Dando seguimento, o quarto artigo o *Processo inflamatório na obesidade: papel modulador da nutrição*, retrata outro aspecto importante para a saúde: o nutricional. Nesse sentido, o respectivo trabalho desdobra-se a respeito quanto à análise conceitual sobre as variáveis que envolvem a obesidade, a fim de explicar a fisiopatologia da obesidade, inflamação crônica associada a obesidade e as repercussões da inflamação metabólica na permeabilidade intestinal. Logo após apresenta os autores que discutem a ação dos probióticos e prebióticos na modulação do quadro inflamatório da obesidade.

Mantendo um olhar multidisciplinar, o quinto artigo *Metodologia Científica nas Ciências Sociais Aplicadas: uma discussão sobre pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa*, discorre sobre a diferença prática e metodológica sobre a pesquisa quantitativa e qualitativa e, conseqüentemente, por terem nomes quase similares, os termos e suas práticas são confundidos durante o desenvolvimento de uma pesquisa científica, um desvio de método que compromete o trabalho científico.

E por fim, o último artigo dessa edição fecha este ciclo abordando o tema *Descentralização de verbas da educação e desenvolvimento local: um novo desafio aos gestores escolares*, o qual possui a intenção de explicar que, geralmente, a direção escolar não possui conhecimento e prática administrativa especializada quanto ao aspecto financeiro, o que acarreta numa gestão que não se envolve com a comunidade e, principalmente, utilizam os recursos disponibilizados pelo Estado adequadamente.

Agora leia, divirta-se, analise e critique.
Professor Dr. Francisco Alves de Queiroz - Editor.



Eu proponho uma campanha de saúde pública: vamos ser mais bem-humorados, mais desarmados. Podemos ser cidadãos sérios e respeitáveis e, ao mesmo tempo, leves. Basta agir com delicadeza, soltura, autenticidade, sem obediência cega às convenções, aos padrões, aos padrões. Um pouco mais de jogo de cintura, de criatividade, de respeito às escolhas alheias. Vamos deixar para sofrer pelo que é realmente trágico, e não por aquilo que é apenas incômodo, senão fica impraticável atravessar os dias.

(Autor desconhecido)

I

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DO CURSO MEDICINA DE UMA IES X: O ESTUDAR EM CONTEXTO DE PANDEMIA E DISTANCIAMENTO SOCIAL

Ana Vitória de Souza Rabelo¹, Álvaro Araújo Oliveira Porciúncula², Rita Cristiane R G Soares³, Mariana Soledade⁴

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar as representações sociais dos estudantes, do 7º semestre, do curso de medicina de uma IES X, a partir de uma nova modalidade de ensino, “O ensino remoto emergencial”. A ideia de fazer com que as aulas acontecessem nos mesmos horários, no quais as disciplinas ocorreriam como aconteciam no modelo presencial, significava manter a rotina em um ambiente virtual acessado por cada aluno de diferentes localidades. Para o ensino remoto emergencial não existiu escolha, foi uma determinação das autoridades sanitárias. Tal determinação passou a vigorar a partir do mês de março, do ano de 2020, após a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar oficialmente a existência de uma pandemia pelo vírus Covid-19. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), essa pandemia provocou o fechamento de escolas e universidades em 190 países, deixando cerca de 1,5 bilhão de estudantes sem aulas em todo o mundo. Assim, de forma imprevista e sem qualquer período de transição, iniciou-se uma nova realidade para aqueles alunos que, acostumados à modalidade presencial, foram obrigados a estudar por uma nova maneira de ensino-aprendizagem. A motivação desta pesquisa advém da expectativa de ouvi-los sobre os seus anseios e sentimentos que os nortearam nesse contexto pandêmico. A pesquisa teve como método a pesquisa qualitativa, do tipo exploratória e descritiva, instituindo como instrumento de coleta de dados o questionário. A amostra foi composta por 17 alunos(as) do curso de medicina, 7º semestre, de uma unidade de ensino superior privada X, da cidade de Salvador – Ba, os quais relataram suas principais expectativas, desafios, sentimentos, dificuldades e estratégias de aprendizagem.

Palavras-chave: Representação de Estudantes. Ensino Remoto. Distanciamento social. Pandemia.

ABSTRACT

This article aims to analyze the social representations of students, from the 7th semester, of the medical course of a HEI X, from a new teaching modality, “Emergency remote teaching”. The idea of making classes take place at the same times, in which subjects would take place as they did in the face-to-face model, meant keeping the routine in a virtual environment accessed by each student from different locations. For emergency remote teaching there was no choice, it was a determination of the health authorities. This determination came into effect in March, 2020, after the World Health Organization (WHO) officially declared the existence of a pandemic caused by the Covid-19 virus. According to the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), this pandemic has caused the closure of schools and

¹Discente do curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário UniFTC;

²Discente do curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário UniFTC;

³Discente do curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário UniFTC, Professora, Doutora da Faculdade Capim Grosso FCG, Psicopedagoga, Graduada em Pedagogia, Letras e Ciências Econômicas, Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, Doutora em Ciências da Educação;

⁴Professora Doutora e Orientadora do Centro Universitário UniFTC. Psicopedagoga, Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, Doutora em Educação e Contemporaneidade.

universities in 190 countries, leaving around 1.5 billion students without classes worldwide. Thus, unexpectedly and without any transition period, a new reality began for those students who, accustomed to the on-site modality, were forced to study in a new way of teaching/learning. The motivation for this research comes from the expectation of listening to them about their anxieties and feelings that guided them in this pandemic context. The research had as a method the qualitative research, of the exploratory and descriptive type, instituting the questionnaire as a data collection instrument. The sample consisted of 17 medical students, 7th semester, from a private higher education unit X, in the city of Salvador – Ba, who reported their main expectations, challenges, feelings, difficulties and learning strategies.

Keywords: Student Representation. Remote Teaching. Social distancing. Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

Em março do ano de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou oficialmente a existência de uma pandemia, conceituando esta como a disseminação mundial de uma nova doença, nesse caso, o Vírus “Covid-19”. Assim, países como Itália, Irã, Espanha, Estados Unidos e Inglaterra, dentre outros, começaram a decretar as suas quarentenas e *lockdowns* (portas fechadas, confinamento), impondo uma realidade até então inimaginável, sobretudo no mundo ocidental. Fronteiras foram fechadas, encontros e reuniões que pudessem causar aglomerações foram proibidos, e só serviços essenciais como postos de gasolina, supermercados e farmácia, foram autorizados a continuarem funcionando. No Brasil não foi diferente. Sob o comando dos governadores e prefeitos, algumas cidades entraram em confinamento e passaram a adotar o denominado *lockdown*.

No estado da Bahia, especialmente na Cidade de Salvador, escolas e faculdades foram fechadas e, nas instituições de ensino da rede particular, deu-se início às aulas remotas, também conhecidas como “ensino remoto”. A ideia era que cada disciplina ocorreria, simultaneamente, para todos os docentes e alunos que tivessem aulas nos mesmos horários. Significava manter a rotina em um ambiente virtual, acessado por cada aluno de diferentes localidades. Para o ensino remoto emergencial não houve escolha, foi uma determinação das autoridades sanitárias corroboradas pelos integrantes das secretarias (municipais e estaduais) e pelo Ministério da Educação.

Assim, de forma imprevista, imediata e contundente, sem tempo para qualquer tipo de preparação, ou ao menos de um período de transição, iniciou-se, inopinadamente, uma nova realidade para professores e alunos que, acostumados à

modalidade presencial, foram obrigados a estudar uma nova maneira de ensino-aprendizagem.

Esse artigo pretende analisar as principais “Representações Sociais”, causadas por essa nova modalidade de ensino, decorrente da pandemia, sobre uma turma de alunos do curso de medicina, do 7º semestre, de uma Instituição de Ensino Superior (IES) particular, da cidade de Salvador - BA.

O ensino remoto, nessas circunstâncias decorrentes da pandemia, produziu a questão central que essa pesquisa buscou responder: quais as representações sociais dos estudantes acerca do ensino estabelecido no contexto de pandemia e isolamento social? A expressão “Representações Sociais” se refere, ao mesmo tempo, a teoria e ao objeto por ela estudado. Quando se fala em representações sociais, o termo enuncia um conhecimento leigo construído a partir de objetos sociais; por sua vez, quando se fala em teoria das representações sociais, a referência passa a ser um conhecimento científico que busca explicar a construção dos sentidos elaborados pelo senso comum. (SANTOS, 2005). A abordagem de pesquisa utilizada foi a qualitativa, que para Minayo (1994, 2000)

Responde a questões particulares, enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. (MINAYO, 1994/2000)

Muito adequada a presente pesquisa que intenciona saber as representações sociais de estudantes universitários. Como instrumento para coleta de dado foi utilizado questionários, enviados por formulários da ferramenta “google”, via *online*, aos estudantes do 7º semestre do curso de medicina da IES X.

Uma das vantagens da utilização desse método é que os dados obtidos possibilitam evidenciar relevantes informações. Isto se deve a acessibilidade dos participantes para revelar a natureza e as origens de suas opiniões sobre o tema apresentado, permitindo que os pesquisadores entendam as questões de uma forma mais ampla (Barbour & Kitzinger, 1999 e Templeton, 1994).

Os sujeitos de estudo nessa pesquisa foram os alunos de graduação do 7º semestre, do curso de medicina de uma IES X, na cidade de Salvador - BA. Foi estabelecido como objetivo geral para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa:

analisar as representações sociais dos estudantes do curso de medicina, de uma IES X, causadas pelo ensino remoto na pandemia da covid.

Para atingir o nosso objetivo, estabelecemos três etapas para a realização da pesquisa: a primeira, a revisão bibliográfica; a segunda, a realização de questionário, com dez perguntas subjetivas para 17 alunos do 7º semestre, do curso de medicina da IES X; e a terceira, a análise reflexiva acerca das respostas apresentadas pelos estudantes. A pesquisa foi realizada com 17 estudantes, sendo 70% do gênero feminino e 30% do gênero masculino, todos com menos de 30 anos de idade, sendo 94% com menos de 5 anos no ensino superior e 94% sem qualquer vínculo empregatício.

A temática “representações sociais dos estudantes do curso de medicina, de uma ies x, causadas pelo ensino remoto na pandemia da covid” é de grande relevância acadêmica e acentuada importância para o contexto social/científico, sobretudo nesse momento que tantas mudanças repentinas alteram a forma de realização do processo ensino-aprendizagem, e transformam inesperadamente a própria vida em sociedade.

A primeira seção discorrerá sobre compreender o contexto da pandemia na educação, a segunda buscou identificar os maiores desafios existentes para os alunos de graduação do 7º semestre do curso de medicina e a terceira seção pretende correlacionar o estudar no contexto da pandemia e o distanciamento social; e por fim apresentam-se as “Considerações Finais”, nas quais se demonstrou uma síntese dos principais resultados e as conclusões decorrentes da pesquisa realizada.

2 IDENTIFICAR OS DESAFIOS EXISTENTES AOS ALUNOS DE RADUAÇÃO DO 7º SEMESTRE DO CURSO DE MEDICINA

Após a classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS) do Coronavírus (COVID-19) como pandemia diversas medidas de combate a disseminação do vírus foram tomadas, entre elas o fechamento de escolas e universidades, transformando totalmente o contexto da educação. Frente a esta realidade o Ministério da Educação autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia, conforme Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020.

Observa-se que não foi realizado o preparo adequado dos professores para lidar com o contexto pandêmico, evidenciando a necessidade da formação de profissionais habilitados para lidar com novas tecnologias, como também foi perceptível os inúmeros

desafios vivenciados pelos estudantes com início da modalidade de ensino a distância, tais como a dificuldade em lidar com recursos tecnológicos e questões emocionais (SILVA, SANTOS E PAULA ,2020).

O ensino a distância é analisado há décadas, existindo inúmeros estudos e pesquisas voltadas para um ensino online eficaz. A educação online possibilita a flexibilização da aprendizagem, pois pode ocorrer em qualquer horário e lugar, contudo não é possível comparar o Ensino a Distância (EAD), planejado desde o início para ambiente virtual, com o ensino remoto emergencial que configura uma modificação temporária para uma modalidade de ensino alternativo por conta da pandemia, exigindo do docente o desenvolvimento de habilidades (HODGES et al., 2020). Vinculado a esse contexto, Silva, Santos e Paula (2020) afirmam que:

[...] O professor diante de um momento na quebra de paradigmas precisa buscar variados caminhos. As possibilidades de construir conhecimento adaptando-se a uma forma diferente de ensinar podem apontar várias maneiras de aplicar e compartilhar este conhecimento de forma prática.

Os impactos da pandemia na educação foram percebidos em todo o âmbito nacional, conforme afirmado por Alves (2020) no estado da Bahia as aulas foram suspensas a partir de 17 de março de 2020, na rede pública e privada. Em uma pesquisa realizada em universidades públicas da Bahia foi identificado, segundo Alves (2020), que 69% os alunos da UFBA possuíam renda per capita familiar de até um salário-mínimo e meio, caracterizando uma situação de vulnerabilidade social, e a adoção do ensino remoto de forma repentina promove a esses estudantes um processo de exclusão. A Universidade de São Paulo (USP) recomendou a prática das aulas remotas, porém nem todos os estudantes conseguem acompanhar esse processo.

Com isso, percebe-se que as unidades de ensino tiveram que buscar diferentes formas de desenvolver as suas atividades à medida que o avanço da pandemia impossibilitava a realização das atividades presenciais, para isso recorrendo a plataformas digitais como o Google Meet, o Google Classroom, YouTube, WhatsApp, entre outros. Por conta disso, os professores tiveram que enfrentar os desafios e mudar sua metodologia de ensino. Assim o cenário da educação no país não será mais o mesmo após a pandemia, todo esse contexto levou os professores a reformular seus

métodos e permitiu a discussão sobre aulas interativas online, sendo a tendência pós pandemia a incorporação da tecnologia na rotina de ensino e aprendizagem (ALMEIDA et al., 2021).

A instituição de ensino superior, pesquisada, dispõe de plataformas digitais utilizadas no ensino aprendido, dentre as quais, “blackboard e o lyceum”. Por meio do “blackboard” foi possível a participação dos alunos e professores por interações virtuais, permitindo experiências de aprendizagem muito eficazes.

Já o “lyceum” é a ferramenta responsável pela documentação dos discentes, tendo como finalidade a comprovação acadêmica dos professores. Esse ambiente permite um significativo aumento da eficiência na comunicação entre a administração da instituição, os professores e os alunos, facilitando o trâmite de documentos através da divulgação eletrônica de avisos, horários, notícias e notas de aula.

3 IDENTIFICAR OS DESAFIOS EXISTENTES AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DO 7º SEMESTRE DO CURSO DE MEDICINA

Para Almeida (1999), o cotidiano da vida acadêmica se caracteriza através da relação entre as expectativas e singularidades de cada discente. Outro ponto de suma importância está envolto nos aspectos referentes às estruturas organizacionais e também ao corpo que compõem a instituição universitária.

Nos alunos de graduação do 7º semestre do curso de medicina, após a aplicação do questionário, os desafios identificados foram: dificuldade em manter a concentração e atenção, falta de motivação, falta de disciplina, falta de compreensão por parte dos familiares em entender a nova rotina, conexão de internet ruim ou instável, dificuldade em lidar com distrações externas, o déficit educacional ocasionado pela ausência de aulas práticas e a dificuldade em lidar com a constância de estudar o tempo todo em casa.

Também foi possível analisar algumas respostas que revelam a significância da escolha em se tornar médico (a), destacando-se a existência das seguintes motivações: aprendizagem com a prática, independência financeira e desejo de ajudar aos outros. As questões trazidas pelos sujeitos, permite refletir sobre como o processo de aprendizagem foi intensamente alterado pelo surgimento do COVID-19, pois, na resposta ao questionário “joguei o aprendizado dos últimos semestres no lixo” (E4),

verifica-se claramente o quanto este período de estudo por canais digitais afetou grande parte dos alunos da graduação.

Conforme defende Nico (2020) o ambiente acadêmico é um local que precisa proporcionar ao estudante uma experiência que contribua diretamente para o processo de aprendizagem. Desta maneira, a academia deve favorecer essas questões através de uma organização institucional que favoreça a promoção do aprendizado acadêmico.

Diante da necessidade de continuar a vida acadêmica por via dos canais digitais, diversos desafios foram encontrados, uma vez que antes havia um padrão estabelecido e agora tudo tornara-se confuso, repleto de incertezas. Conforme Santos et al. (2021) o ensino remoto emergencial apresenta algumas dificuldades aos estudantes, sendo a adaptação às aulas remotas, fatores psicológicos e o ambiente domiciliar de grande impacto para os estudantes.

Entende-se que o ensino remoto emergencial, mesmo não sendo a alternativa ideal, transforma-se na possibilidade mais viável para estudantes e professores darem continuidade às aulas, uma vez que o avanço da pandemia restringiu a realização das aulas presenciais, sendo essa experiência repleta de dificuldades e desafios, mas também mostrou-se uma vivência valiosa pois incentivou os estudantes a se tornarem mais aplicados e transformar-se diante as dificuldades (BRANDÃO et al., 2021).

4 CORRELACIONAR O ESTUDAR NO CONTEXTO DE PANDEMIA E O DISTANCIAMENTO SOCIAL

Com a suspensão das aulas presenciais e o anúncio de uma portaria que permitia a manutenção das aulas de forma virtual, as instituições de ensino superior, especialmente os particulares, entraram em uma corrida desenfreada na busca por sistemas eficazes para colocar em funcionamento as plataformas que seriam usadas no ensino remoto. Embora uma grande carga tenha recaído sobre os professores, os alunos, além de serem pegos de surpresa, receberam uma imensa gama de informações que rapidamente precisava se transformar em ações, para que fosse possível seguir uma nova rotina de forma normal. Quando questionados acerca do “O que você sente ao estudar através de um ambiente virtual?”

Acho que ajuda na comodidade de assistir aula de qualquer lugar, mas tem o ônus de ser fácil perder o foco durante as atividades acadêmicas (E6).

“Me sinto isolada do mundo” (E7)

- “Dificuldade pra começar uma rotina de estudos” (E8)
- “Sinto dificuldade em manter a concentração” (E9)
- “Sinto que consigo aproveitar os conteúdos” (E10)
- “desanimado” (E11)
- “Liberdade” (E12)
- “Tenho q estar muito motivado para alcançar um rendimento satisfatório” (E13)

Desafiados pela falta de interatividade presencial e tentando manter os vínculos entre eles, estudantes e professores, ao mesmo tempo que tentavam adaptar nas suas casas, internet e equipamentos eletrônicos pessoais para iniciarem as atividades remotamente, recebiam informações, tinham aulas e atividades que, a partir de então, necessitariam, além de muita atenção, ter um aparato de materiais diferentes daqueles existentes nas aulas presenciais. Isso pode ser constatado nas manifestações dos(as) alunos, quando questionados sobre os desafios vivenciados ao estudar através de um ambiente virtual.

- “me sinto deslocada do mundo” (E1)
- “Diminuição do foco” (E2)
- “horrrível, me sentia só” (E3)
- “Dificuldade no processo de aprendizagem” (E4)
- “Desânimo, falta de atenção, falta de motivação e prática” (E5)

Como pode-se perceber, a educação é inerente ao indivíduo e se apresenta como condição de humanização, não somente pelos métodos conscientes e sistematizados de transmissão dos conhecimentos, mas também pelas formas, muitas vezes inconscientes de interação entre os membros de um grupo, representando um modo de vida, onde um aprende com o outro de forma espontânea e, muitas vezes, involuntária; ou pelo simples desejo de viver e aprender com o outro e com a sociedade. Para Brandão (1981):

[...] Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história das espécies, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evolui em cada tipo de ser.

Havendo, assim, o entendimento de um impacto muito grande, devido as mudanças ocorridas na modalidade de ensino, na qual a saída do ensino

tradicional para o remoto apresentou grandes dificuldades a serem superadas. Como afirma Legrenzi (p. 148, 2003, tradução nossa)

[...] As noções de inovação e progresso são de verão, por sua vez, esvaziadas pelos triunfalismos do século passado. Foram precisamente as ciências cognitivas que nos mostraram como o conhecimento científico, em geral, não pode se orgulhar da descoberta de verdades definitivas. Não construímos uma montanha de certezas esplêndidas, mas apenas pilhas de resíduos, consistindo no aumento progressivo das hipóteses sobre o funcionamento do mundo que sabemos serem falsas⁵.

No intuito de ajustar sua prática ao novo ambiente, os alunos adotaram estratégias diversas. De acordo com Costa *et al*, 2018, “os métodos utilizados no ensino EaD são de extrema relevância”, não visando apenas proporcionar uma melhor absorção das temáticas trabalhadas, mas também pensando em amenizar os impactos causados pelo distanciamento, que acomete o ensino virtual, esses métodos buscam um estreitamento de vínculos entre alunos(as) e professores(as). Quando questionados sobre as expectativas ao iniciar no sistema de ensino virtual”

“Não criei muitas expectativas, entendia como a única alternativa diante da situação que enfrentamos”, (E1)

“Estudar fora do meu quarto, colocar sons relaxantes para tentar abafar os sons de outras pessoas na casa” (E2)

“Organizar melhor meus horários e ter mais força de vontade” (E3)

“Tratar como se fosse fora de casa. Acordar cedo, tomar banho” (E4)

trocar de roupa... tentar manter os mesmos hábitos como se tivesse indo pra faculdade” (E5)

Os alunos do curso de medicina, do 7º semestre, em relação às questões da adaptação, diante das repentinas mudanças impostas à partir da suspensão das aulas presenciais, e à conseqüente implantação do ensino remoto, analisaram as rotinas escolares e o processo de adaptação, como fatores relevantes para a efetivação da aprendizagem. Assim, impende planejamento, acompanhamento e avaliação

⁵ [...] la selezione naturale è guidata dagli “errori” nella replicazione, la selezione “artificiale” indotta 7 dalla competizione è il minore dei mali possibili data la miopia della razionalità vincolata. Le nozione de innovazione e progresso sono estate, a loro volta, svuotate da trionfalismi de secolo scorso. Proprio le scienze cognitive ci hanno mostrato come i saperi scientifici, in generale, non possano gloriarsi della scoperta di verità definitive. Non abbiamo costruito una montagna di splendide certezze, ma soltanto cumuli di rifiuti, costituiti dal progressivo incremento delle ipotesi sul funzionamento del mondo che sappiamo esse false.

contínuas. Foi dito, quando perguntado “O que você sente ao estudar através de um ambiente virtual?”

- “Sinto dificuldade em manter a concentração” (E1)
- “Tenho q estar muito motivado para alcançar um rendimento satisfatório” (E2)
- “Desanimado” (E3)
- “Diminuição do foco” (E5)
- “Me sinto isolada do mundo” (E8)
- “Desânimo” (E7)
- “Dificuldade pra começar uma rotina de estudos” (E10)
- “Depende da aula e do professor. Mas, o cansaço durante a aula surge mais rápido do que o presencial”. (E16)

O que torna possível dizer com os relatos dos alunos, é que a busca de se fazer presente e tornar as aulas virtuais mais atrativas, como se fossem presencias, continua sendo acentuadamente desafiadora. As dificuldades e os sentimentos experimentados pelos(as) discentes, em estudar pela modalidade de ensino a distância, são muito diversificados, os quais não podemos dissociar da complexidade dos acontecimentos relacionados à pandemia em todo o mundo, e às particularidades vivenciadas pela população brasileira neste cenário.

Quando abordados sobre “Qual o maior desafio que você enfrenta ao estudar por aulas virtualmente?”

- “Distrações externas” (E5)
- “A motivação e o déficit em relação as práticas” (E6)
- “prestar atenção nas aulas” (E8)
- “concentração” (E9)
- “Me conter com as distrações da casa” (E10)
- “Conexão ruim” (E12)
- “Manter minha atenção” (E13)
- “Falta de motivação” (E14)
- “Conexão instável” (E15)

Assim, por mais adaptáveis que sejam os repertórios dos alunos, nesse momento pandêmico e assustador trouxe inúmeras situações que jamais passaram pelo imaginário de qualquer pessoa, com o agravante de que aos alunos não foi dado o tempo necessário para a acomodação e aceitação da nova realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência de uma pandemia, como a exigência do distanciamento social sendo a maneira mais eficaz de controle da doença, impôs aos indivíduos de todo o globo terrestre a obrigação de implantação de novos hábitos e rotinas para que fosse possível manter, mesmo que minimamente, algum sinal de normalidade e continuidade da vida em meio ao caos constituído. Deste cenário, emergiram muitas outras dificuldades, principalmente no Brasil, um país enorme em dimensões territoriais e com uma população grande e muito desigual nas condições sociais.

Em meio a essa realidade, os estudantes de nível superior, principalmente de instituições particulares, tiveram a opção de continuar estudando no curso de medicina, agora de maneira virtual, com a mesma seriedade e dedicação do cumprimento das atividades rígidas, com provas e atividades práticas, tudo isso feito sem a convivência dos seus pares. Esta nova realidade produziu isolamento, acentuadas dificuldades no aprendizado e aumento significativo da carga horária de estudos, sem que os alunos fossem sequer consultados sobre as suas possibilidades em desempenhar estas novas tarefas.

Os estudantes foram afetados de diversas formas, sobrecarregados, impregnados de dúvidas e incertezas e, simultaneamente, precisando lidar com as novas demandas diárias. Ao passo que se acostumavam a nova forma de viver o estudo e a vida universitária, foi-lhes retirado o contato físico com os seus amigos e professores, influenciando diretamente em algo extremamente significativo para o aluno, principalmente no curso de saúde, a convivência presencial com seus pares e a decorrente rica troca de experiências.

Por meio da pesquisa, a qual originou este estudo, foi possível constatar que os discentes do curso de medicina precisaram reinventar sua rotina acadêmica, sentindo-se muito cansados com a quantidade de atividades que precisaram desempenhar, e tendo os sentimentos de ausência e de falta como os mais predominantes neste momento. Boa parte das vezes em que apareceu nas respostas, a palavra “falta” veio seguida por “interação/interatividade”.

Os resultados apontam ainda que as maiores expectativas dos estudantes era de que o ensino virtual fosse algo rápido, passageiro, que não se tornasse efetivo para a aprendizagem, sobre o qual não geraram expectativas, afirmando, muitos deles, que

não é possível atingir os mesmos níveis de aprendizagem e realização profissional com as aulas em sistema virtual.

Este estudo teve como expectativa levantar discussões sobre o estudar em contexto de pandemia e distanciamento social, uma vez que os impactos significativos gerados nos estudantes do 7º semestre, do curso de medicina de uma IES X, neste período, possivelmente continuarão a reverberar nas suas vidas e, quem sabe, nas suas práticas profissionais no futuro, apontando para a necessidade de novas pesquisas que possam considerar outros aspectos relacionados a esta temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S., & Ferreira, J. A. (1999). **Adaptação e rendimento acadêmico no ensino superior: fundamentação e validação de uma escala de avaliação de vivências acadêmicas**. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 1, 157-170.

COSTA, Francisca Bertilia Chaves; MARTINS, Luiza Valeska de Mesquita; BRANCO, July Grassiely de Oliveira; SAMPAIO, Patricia Passos; CATRIB, Ana Maria Fontenelle. **O significado de ser docente na educação a distância e as estratégias de fortalecimento para sua atuação**. 7º Congresso Ibero-americano em investigação qualitativa. Atas CIAIQ2018. v.2. Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://editora.sepq.org.br/index.php/rpq/article/view/272/162>> Acesso em: 22 de maio de 2020.

HOLMES, Emily A. et al. Prioridades de pesquisa multidisciplinar para a pandemia COVID-19: um chamado para ação para as ciências da saúde mental. **The Lancet Psychiatry**, 2020.

INTERFACES CIENTÍFICAS. **Educação Remota: Entre a ilusão e a realidade**. Interfaces Científicas • Aracaju • V.8 • N.3 • p. 348 - 365 • 2020

Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047>>. Acesso em: 04 de outubro de 2021

MOSCOVICI, S. (1988). **Notes towards a description of social representations**. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.

MOSCOVICI, S. (2003). **O fenômeno das representações sociais**. In S. Moscovici (Ed.), *Representações sociais: investigações em psicologia social* (pp. 29-109). Petrópolis: Vozes.

NICO, J. B. (2000). **O conforto acadêmico do (a) calouro (a)**. In A. P. Soares, A. Osório, J. V. Capela, L. S. Almeida, R. M. Vasconcelos, & S. M. Caíres (Orgs.), *Transição para o ensino superior* (pp. 161-166). Braga, Portugal: Universidade do Minho.

SILVA, A. V. V. da; SANTOS, H. dos R; PAULA, L. H. de. **Os desafios enfrentados no processo de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia nos cursos de graduação**. 2020 Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA19_ID4434_14092020210502.pdf>. Acesso em: 04 de outubro de 2021

VALA, J. (1996). **Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social**. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social*. 2ª ed (pp. 353-384). Lisboa: Calouste Gulbenkian.

II

DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE NA PANDEMIA DO COVID-19: JULGAMENTO DA ADPF 672 E O FORTALECIMENTO DO PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO

Maria Fernanda Elmoría Pinto de Almeida⁶, João Victor Azevedo da Costa⁷, Fábio S. Santos⁸

RESUMO

O direito à saúde é um direito social fundamental dentro do Estado Democrático de Direito estabelecido pela Constituição brasileira de 1988, sendo efetivado por meio de políticas públicas que são construídas dentro dos limites do pacto federativo vigente. Assim, este estudo pretende analisar o julgamento da ADPF 672, do STF, durante a pandemia do COVID-19, a qual reforçou a competência concorrente dos entes federados na garantia fundamental à saúde. Nessa conjectura, por meio do método dedutivo; da técnica de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, pretende-se responder a seguinte problemática: Dentro do contexto do federalismo brasileiro e da distribuição de competências, a ADPF 672 foi um mecanismo de auxílio à efetividade do direito fundamental à saúde no contexto da pandemia do COVID-19? Ao final, conclui-se que sim, tal jurisprudência do STF reforçou o pacto federativo e teve atribuições importantíssimas na efetivação dos direitos fundamentais na pandemia. A importância desse trabalho se designa no fato de que é necessário entender como os mecanismos nacionais tutelam o direito à saúde, dentro dos limites impostos pelo pacto federativo, observando que esse é pressuposto imediato de todos os demais direitos.

Palavras-chave: Federalismo. Direitos Fundamentais. Direito à saúde. COVID-19.

ABSTRACT

The right to health is a fundamental social right within the Democratic State of Law established by the Brazilian Constitution of 1988, being carried out through public policies that are built within the limits of the current federative pact. Thus, this study intends to analyze the judgment of ADPF 672, of the STF, during the COVID-19 pandemic, which reinforced the concurrent competence of federated entities in the fundamental guarantee of health. In this conjecture, through the deductive method; From the technique of bibliographic and jurisprudential research, it is intended to answer the following problem: Within the context of Brazilian federalism and the distribution of competences, ADPF 672 was a mechanism to help the effectiveness of the fundamental right to health in the context of the COVID-19 pandemic. 19? In the end, it is concluded that yes, such jurisprudence of the STF reinforced the federative pact and had very important attributions in the realization of fundamental rights in the pandemic. The importance of this work is indicated by the fact that it is necessary to understand how national mechanisms protect the right to health, within the limits imposed by the federative pact, noting that this is an immediate presupposition of all other rights.

Keywords: Federalism. Fundamental rights. Right to health. COVID-19.

⁶ Graduanda em Direito (UFBA). Email: maria.elmoría@ufba.br

⁷ Graduando em Direito (UFBA). Email: joao.azevedocosta@ufba.br

⁸ Doutorando em Direito (UFBA). Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS). Professor de Ciência Política e Direito Constitucional (UFBA). Email: fabiosantosdireito@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O direito à saúde é um direito social fundamental dentro do Estado Democrático de Direito promovido pela Constituição brasileira de 1988, sendo imprescindível para a manutenção da vida digna dos cidadãos. Desse modo, o Estado tem a responsabilidade (internacional, inclusive) de ofertar os serviços necessários para que esse direito seja efetivo, sem qualquer discriminação. Por isso, as políticas públicas de saúde construídas dentro das implicações e limitações do pacto federativo do Brasil são importantes para que o povo seja assistido pelo poder público nesta e em outras áreas. Logo, as características do desenho do federalismo brasileiro são primordiais para que entendamos os mecanismos de efetivação dos direitos fundamentais, como o direito à saúde, pois é a distribuição de competências que legitima a atuação dos entes federativos e gera sua possível responsabilidade em casos de inação.

A relevância desta temática é sobressaltada com o contexto de pandemia do COVID-19 que assolou todo o mundo e sobrecarrega as instituições de saúde públicas, incluindo o Sistema Único de Saúde (SUS). No Brasil, a dificuldade no enfrentamento é aumentada pela indisposição do governo Bolsonaro em atuar contra a proliferação viral e, por tabela, a ausência de coordenação federal no combate à pandemia, descumprindo sua competência constitucional de nortear medidas de saúde a nível nacional. Por isso, foi necessário que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgasse o ADPF nº 672, para que assim fosse resguardada a previsão da Constituição de 1988 de que União, Estados e Municípios têm o dever/direito comum de adotar medidas para proteger à saúde das pessoas em seus respectivos territórios.

Nesse plano, o presente trabalho passa, de início, a estudar o conceito de federalismo, bem como as características históricas do federalismo brasileiro e a distribuição de competências no país pós-Constituição de 1988. Posteriormente, estuda-se os direitos fundamentais em conceito e efetividade, enfocando-se o direito à saúde, pois é a garantia fundamental que orienta este trabalho. Por fim, ao entender as implicações da pandemia COVID-19 no federalismo brasileiro e as medidas de proteção aos direitos fundamentais nesse período, analisa-se a jurisprudência do STF supracitada como uma ação de proteção ao direito à saúde.

Nessa conjectura, por meio do método dedutivo, da técnica de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, pretende-se responder a seguinte

problemática: Dentro do contexto do federalismo brasileiro e da distribuição de competências, a ADPF 672 foi um mecanismo de auxílio à efetividade do direito fundamental à saúde no contexto da pandemia do COVID-19?

A importância desse trabalho se designa no fato de que é necessário entender como os mecanismos nacionais tutelam o direito à saúde, dentro dos limites impostos pelo pacto federativo, observando que esse é pressuposto imediato de todos os demais direitos. Através dessa premissa, o artigo procura alcançar uma visão objetiva e, ao mesmo tempo, abrangente em relação à necessidade de uma tutela efetiva de tal direito fundamental.

2 FEDERALISMO E COMPETÊNCIAS CONCORRENTES

O federalismo é uma forma de organização político-territorial baseada no compartilhamento tanto da legitimidade como das decisões coletivas entre mais de um nível de governo⁹. Segundo Ivo Coser, o federalismo é definido, em sua acepção positiva, como um meio-termo entre um governo unitário, com os poderes exclusivamente concentrados na União, e uma confederação, na qual o poder central seria nulo ou fraco¹⁰. Desse modo, ele diz respeito a um acordo capaz de firmar um compartilhamento da soberania territorial, fazendo com que coexistam, dentro de uma mesma nação, diferentes entes autônomos e cujas relações são mais contratuais do que hierárquicas¹¹.

O objetivo do pacto federativo é harmonizar a autonomia dos entes federados, garantida nos textos constitucionais obrigatoriamente, com a interdependência entre as partes, sendo necessário a repartição de funções e competências para organização da relação do governo central, regional e local. De acordo com Michael Burgess¹², os países adotam o modelo federativo quando existe um contexto caracterizado por dois

⁹ ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. **Tópicos de economia paulista para gestores públicos**, v. 1, p. 12, 2007.

¹⁰ COSER, Ivo. O conceito de federalismo e a ideia de interesse no Brasil do século XIX. **Dados**, v. 51, p. 941-981, 2008.

¹¹ ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. **Tópicos de economia paulista para gestores públicos**, v. 1, p. 13, 2007.

¹² BURGESS, Michael. (1993), "Federalism and Federation: A Reappraisal", in M. Burgess e A.-G. Gagnon (eds.), *Comparative Federalism and Federation: Competing Traditions and Future Developments* New York, Harvester Wheatsheaf, pp.8.

elementos: i) A existência de heterogeneidades numa determinada nação, vinculadas à questão territorial (grande extensão e/ou enorme diversidade física), a diferenças étnicas e/ou linguísticas, a disparidades socioeconômicas, ou então a diversidades culturais e políticas entre as regiões de um país; e ii) a ação política baseada no ideal da unidade na diversidade, capaz de concomitantemente manter unidas e autônomas as partes de um mesmo território.

Logo, são constatados a presença de ambos os elementos no Brasil para que fosse desenvolvido um clima federativo e ocorresse a necessária previsão constitucional. Entretanto, o pacto federativo não se dá apenas pela Constituição. Além dela, há outras instituições federativas, que cumprem dois papéis: estabelecem freios e contrapesos entre os níveis de governo, bem como formas de coordenação entre os entes¹³.

Com isso, cria-se espaço para que os Estados desenvolvam as particularidades do federalismo para cada contexto. Em que pese o federalismo moderno ter sido criado nos Estados Unidos, em 1787¹⁴, este modelo organizacional é construído de maneira muito particular em cada Estado que o adota como forma de organização política, localizando-se diferentes arranjos federativos no mundo, não existindo modelo único ou ideal conseqüentemente.

Portanto, tomando como base as características da Federação, conclui-se que o sucesso das políticas públicas num Estado federal depende da capacidade de instaurar mecanismos de controle mútuo e de coordenação entre os níveis de governo. Este aspecto ficará mais ressaltado no estudo do caso brasileiro.

2.1 Federalismo brasileiro

A inspiração para a adoção do modelo federativo no Brasil veio da experiência norte-americana. Entretanto, havia várias diferenças entre os dois países e a forma como se instalou a Federação brasileira muitas vezes fugiu dos propósitos dessa.

¹³ ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. **Tópicos de economia paulista para gestores públicos**, v. 1, p. 12, 2007.

¹⁴ SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista de sociologia e política*, n. 24, p. 107, 2005

O desenho do federalismo brasileiro pode ser compreendido através de uma descrição histórica das constituições nacionais, porque elas refletem as barganhas políticas e territoriais que ocorreram ao longo de nossa existência enquanto nação. A federação brasileira nasceu sob a égide da concentração de recursos em poucos estados e escassas relações existiam entre os entes constitutivos da federação, caracterizando-a como uma federação isolada¹⁵. Essa realidade pode ser observada fortemente nas constituições de 1824 e 1891, os recursos públicos foram canalizados para alguns poucos estados.

Entretanto, com a redemocratização pós-ditadura militar e o histórico de mudanças de regime político no Brasil, concebeu-se, na Constituição de 1988, uma forte constitucionalização de questões consideradas importantes a fim de buscar alguma espécie de estabilidade ao país. Outrossim, credita-se essa tendência dos constituintes brasileiros de 88 às influências de outros países que construíram novas constituições com mudanças de regimes, como Índia e África do Sul.

Com isso, as bandeiras da “restauração” do federalismo e a descentralização de recursos prevaleceram na construção da Carta Magna de 1988¹⁶. Inclusive, no que tange à arrecadação de impostos, sabe-se que existe desigualdade horizontal entre os governos subnacionais, assim como a concentração de recursos direcionados à União, mesmo com o esforço contra a centralização. Por isso, é norma constitucional o repasse de verbas da União para os outros entes para equalizar as contas e possibilitar a efetivação de políticas públicas¹⁷.

2.2 Repartição de competências na Constituição de 1988

Com o fito de viabilizar as políticas públicas, no que se refere à distribuição de competências entre os entes federativos (União, estados e municípios), os constituintes de 1988 fizeram uma clara opção pelo princípio de que a responsabilidade pela provisão da maioria dos serviços públicos, em especial os sociais, é comum aos três níveis, estabelecendo competências concorrentes. Desse

¹⁵ SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. Revista de sociologia e política, n. 24, p. 107, 2005

¹⁶ SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. Revista de sociologia e política, n. 24, p. 109, 2005

¹⁷ ARRETICHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

modo, apesar do regime de organização conferir autonomia às esferas do governo, os constituintes de 1988 optaram pelo formato das competências concorrentes para a maior parte das políticas sociais brasileiras¹⁸.

Por consequência, as competências concorrentes exigem esforços coordenados dos entes federativos para que o objetivo seja alcançado. Logo, faz-se necessário estabelecer relação interfederativa de cooperação para que esses serviços funcionem de maneira eficiente e supra a necessidade dos cidadãos¹⁴. Entretanto, segundo Celina Souza, com exceção das áreas da saúde e educação básica, as relações intergovernamentais no Brasil são altamente competitivas, tanto vertical como horizontalmente, e são marcadas pelo conflito, com escassos canais de diálogo e negociação de impasses¹⁹.

Dito isso, diante da dificuldade de cooperação, é cada vez mais urgente o fomento ao diálogo entre os entes federados no intuito de construir uma governança criativa e que atenda as particularidades de cada região. Esta iniciativa deve partir do poder público para com atores informais para, justamente, garantir os interesses públicos e coletivos na construção desse diálogo.

3 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Antes de tentar compreender a proteção e eficácia dos direitos fundamentais no período emergencial pandêmico, é preciso compreender os próprios. Os chamados direitos fundamentais são, de modo incontestável, a parte fundante de todos os outros direitos previstos na Constituição. Em todos os aspectos da vida jurídica, é possível evidenciar que as garantias e liberdades que são promovidas nas mais diversas nuances do direito e da justiça estarão sempre relacionadas aos direitos fundamentais. Apesar disso, é muito difícil determinar com exatidão um conceito basilar para a matéria, uma vez que estão sempre em constante e progressiva evolução ao longo da história. Primeiramente, na exploração do conceito de sua importância, é essencial

¹⁸ ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

¹⁹ SOUZA, Celina Maria de. **Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional**. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00046818, 2019.

compreender um conceito extremamente alusivo: o princípio da dignidade da pessoa humana.

Ao se debruçar sobre a temática, o autor Rizzatto Nunes destaca que “é ela, a dignidade humana, o último arcabouço da guarida dos direitos individuais e o primeiro fundamento de todo o sistema constitucional”²⁰. Como explicitado, o princípio em questão trata-se de um dos mais importantes conceitos concebidos no direito moderno e evidencia a necessidade de que cada pessoa tenha o mínimo possível para sua sobrevivência e, para além disso, para a sua integridade física, mental e emocional. Se trata de garantir que cada ser humano tenha acesso ao suficiente para viver dignamente.

O princípio da dignidade da pessoa humana é compreendido como um dos mais significativos critérios com que os direitos fundamentais são apreciados. Nesse sentido, o professor Dirley da Cunha Júnior leciona que “o princípio da dignidade da pessoa humana constitui critério unificador de todos os direitos fundamentais da pessoa humana, ao qual todos os direitos do homem se reportam, em maior ou menor grau”.²¹ Desse modo, é possível determinar que a dignidade humana compõe parte do conceito mutável que pode ser utilizado para os direitos fundamentais. O magistério completa, de modo ainda mais pragmático, que os direitos fundamentais nada mais são do que direitos humanos que adquiriram caráter positivo nas Constituições, e, tendo como base Karl Loewenstein, salienta que é possível medir o grau democrático de uma nação analisando seus direitos fundamentais positivados.

Neste diapasão, cumpre ainda ter em mente que muitos doutrinadores se apoiam na Teoria das Gerações dos direitos fundamentais, descrevendo que, conforme foram sendo reivindicados por cada período histórico, diversas modalidades desses direitos foram positivadas. De acordo com o primeiro pesquisador a propor tal classificação, Kasel Vasak, as primeiras gerações dos direitos fundamentais podem ser relacionadas diretamente com o lema da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Conforme for o autor analisado, a ideia de gerações dos

²⁰ NUNES, Luis Antonio Rizzatto. **Curso de direito do consumidor: com exercícios**. 4.ed. São Paulo: Saraiva.

²¹ CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 15. ed. Salvador: JusPODIVM, 2021.

direitos fundamentais se altera. Alguns ensinam que existem apenas três gerações de direitos fundamentais, baseadas na primeira visão dada por Vasak; outros, como Norberto Bobbio, dizem que existem pelo menos quatro gerações, enquanto Paulo Bonavides adiciona uma quinta.

Como supracitado, não há consenso doutrinário em questão de conceituações e a Teoria não escapa deste escopo. Críticas são moldadas a respeito da Teoria das Gerações, já que diversos autores argumentam que cada direito tem uma história distinta e a simplificação pode causar uma confusão com a própria estrutura dos direitos fundamentais. O termo “gerações” foi abandonado pela parte crítica da doutrina, que passou a utilizar o termo “dimensões”.

Tendo em vista as pontuações explicitadas, faz-se necessário demonstrar a eficácia jurídica desses direitos. Como dito previamente e exposto pelo professor Karl Loewenstein, os direitos fundamentais são a parte nuclear de toda a democracia.²² Desse modo, uma vez que um direito fundamental é reivindicado e positivado em Carta Magna, lhe são dadas três principais características enquanto norma de direito fundamental: ao estar presente na Constituição, automaticamente este direito ganha supremacia normativa; ao se tornar uma cláusula pétrea, por se tratar de garantia individual, de acordo com o artigo 60, parágrafo quarto da Constituição Federal de 1988, ganha a impossibilidade de supressão; e ainda, de acordo com o artigo 5, parágrafo primeiro da CF/88, ganha aplicabilidade imediata.

Nesse sentido, de modo a respeitar a sua aplicabilidade plena e imediata, os direitos fundamentais podem apresentar eficácia vertical ou horizontal. Miguel Reale conceitua a eficácia jurídica como o poder de uma norma de produzir efeitos sobre relações concretas, enquanto a eficácia social é a materialização fática da norma²³. De modo prático, Marcelo Novelino descreve a eficácia como “a aptidão da norma para produzir os efeitos que lhe são próprios.”²⁴

Assim, a eficácia horizontal dos direitos fundamentais é aquela relacionada à proteção do indivíduo contra outros indivíduos ou instituições particulares. Como observado por Daniel Sarmento, a necessidade de se vincular direitos e garantias fundamentais a particulares demonstra a desigualdade da sociedade, considerando

²² LOEWENSTEIN, Karl. **Teoria de la constitución**. 2. ed. Tradução de Alfredo Gallego Anabitarte. Barcelona: Ariel, 1976

²³ REALE, Miguel. *Filosofia do direito*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

²⁴ NOVELINO, Marcelo. *Curso de Direito Constitucional*. 17. ed. Rio de Janeiro: JusPODIVM, 2022.

que o desrespeito à dignidade pode acontecer por diversos atores particulares.²¹ Este trabalho terá como foco analisar estritamente a eficácia vertical dos direitos fundamentais, que diz respeito à relevância desses direitos como inibidor ou ativador do papel do Estado.

Finalmente, para a análise que será feita, é fundamental levar em conta que o Estado terá poderes limitados pelos direitos fundamentais, em um intuito de proteger os cidadãos e, adicionalmente, terá o dever de agir, em situação de garantidor de determinados direitos fundamentais, como a saúde ou a educação.

3.1 Federalismo na pandemia

Retomando ao plano das competências, de acordo com Marta Arretche, “na distribuição intergovernamental de funções, a União está encarregada do financiamento e formulação da política nacional de saúde, bem como da coordenação das ações intergovernamentais”²². Portanto, devido principalmente à concentração de recursos, o governo federal assume (ou deveria assumir) na saúde o papel de coordenador central através do Ministério da Saúde, construindo e incentivando arranjos institucionais para a formulação dos projetos e, principalmente, execução por outras esferas do governo.

Nesse viés, a coordenação federativa é entendida como a maneira do executivo federal atual enquanto indutor de políticas e permite a integração e compartilhamento de decisões presentes na federação. Em contrapartida, no decorrer da crise sanitária do COVID-19, identificou-se uma grande indisposição do Governo Federal para gerir as ações de enfrentamento ao vírus, apresentando informações contraditórias, ações insuficientes, combinadas à sua incapacidade de produzir espaços de diálogo com os governos subnacionais²³.

Diante desse vácuo de coordenação deixado pelo Executivo Federal, os estados passaram a ocupar lugar central na condução da crise sanitária, mesmo com limitações técnicas e orçamentárias. Fernandez e Pinto definem o cenário como de crescente embate político e de inédita perda de capacidade de coordenação do Governo Federal tanto das ações sanitárias quanto dos demais setores, onde os governadores assumiram o protagonismo político nacional e o executivo dos estados ocupou lugar central no enfrentamento da crise sanitária.

A referida conjectura foi bem vislumbrada na região nordeste do país através do Consórcio Nordeste, que possibilitou a atuação conjunta dos governadores. Esse consórcio nasce em um contexto escasso de arranjos institucionais formais estabelecidos para a cooperação dos estados brasileiros, viabilizando uma série de ações de cooperação e coordenação intergovernamental na região durante o enfrentamento à COVID-19²⁴.

O governo do estado da Bahia, neste período, foi protagonista dentro do Consórcio Nordeste e foi considerado referência nacional no combate do poder público contra o vírus. Inclusive, o governador do estado, Rui Costa, ocupou o cargo

de presidente da instituição em 2020²⁵, primeiro ano de pandemia, assumindo embates e discordando frontalmente da política negacionista e contra a ciência do Executivo Federal. Para além, ausente orientações do Ministério da Saúde, o Consórcio estabelecia diretrizes para atuação estadual, por meio de diálogo entre especialistas dos estados e reuniões com os dirigentes, efetivando uma relação intergovernamental horizontal/cooperação. Ademais, os estados membros realizavam compras juntos e remanejaram profissionais de saúde para locais que precisavam.

No plano específico do estado baiano e sua relação com a RMS, o enfrentamento da pandemia da Covid-19 suspendeu, momentaneamente, a competição e alterou o padrão das relações intergovernamentais e interfederativas entre a Prefeitura Municipal de Salvador e o Governo do Estado.²⁶ Sendo Salvador a grande metrópole, a convergência de interesses foi importantíssima para a diminuição do contágio pelo vírus, uma vez que a prefeitura da capital e o governador do estado discordavam da atuação (e/ou omissão) do executivo federal, buscando esforços locais para assegurar a vida dos cidadãos.

A atuação do Estado da Bahia foi intensa, estabelecendo medidas de prevenção do contágio, como a suspensão de atividades presenciais, fechamento de rodovias e a abertura de leitos para os infectados. Como demonstrativo, desde o início da pandemia em março de 2020, foram publicados 191 decretos estaduais que versavam ou diziam respeito às medidas de combate a pandemia até a presente data (16/03/2022), evidenciando uma preocupação executiva em coordenar as medidas de combate ao COVID-19 e como o tema foi amplamente tratado na Bahia.

4 PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA PANDEMIA

O caráter emergencial que a pandemia trouxe para as nações evidenciou a importância de se existirem Constituições rígidas que limitassem o poder do Estado. De modo geral, o mundo contemporâneo nunca havia passado por situação de tão grave risco que não fosse causada pela própria ação antrópica. O quadro exigia respostas imediatas dos Estados em relação à proteção de seus cidadãos e, principalmente, em relação ao combate ao vírus. Nesse sentido, caberá analisar de que modo os direitos fundamentais conseguiram ser de fato eficazes na conjuntura que precisou ser moldada para o período, tendo como base algumas decisões e leis publicadas na época de maior crise.

Como citado anteriormente neste trabalho, a eficácia vertical dos direitos fundamentais atua diretamente sobre o Estado e fará com que este não utilize seu poder contra os cidadãos de maneira coercitiva ou fará com que efetivamente utilize seus poderes para sanar necessidades básicas de seus cidadãos. Na circunstância em questão, foi extremamente urgido que o Estado agisse para sanar a crise humanitária em curso. No primeiro momento, a decisão tomada pelo Governo Federal e pelos parlamentares foi por meio do Decreto Legislativo 6/2020, que decretou o estado de calamidade pública no Brasil. Esse decreto permitiu ao Poder Executivo uma ampliação de sua atuação no âmbito econômico, que viria a se estender além do necessário, como será visto posteriormente.

Não obstante, o ato normativo de maior importância em cenário de enfrentamento pandêmico foi a Lei 13.979/2020, que instituiu medidas para o enfrentamento da crise. A lei, apesar de ser a peça central do quebra cabeça que é moldado neste trabalho, não teve em primeiro plano este papel, uma vez que sua principal função para o momento era criar amparo legislativo para quarentena de brasileiros fora do país, de modo que faltou muito debate acerca das medidas sanitárias propostas. Nesse sentido, em análise refinada sobre o assunto, Deisy Ventura et al expõe em seu artigo a necessidade de uma “democracia sanitária”, medida que deveria ter sido adotada para melhor compreensão do cenário:

As tensões entre interesses legítimos, mas eventualmente diversos ou até antagônicos, põem em relevo a importância de uma “democracia sanitária” que compreenda a positivação de direitos de participação popular em processos decisórios relacionados à saúde; a organização do

Estado para a prática de processos decisórios participativos; além da ampliação dos espaços e processos de argumentação, possibilitando que todas as partes interessadas consigam apresentar seus argumentos e influenciar no processo decisório. Daí decorre que, em Estados democráticos, medidas restritivas de direitos e liberdades fundamentais devam ser reguladas de forma detalhada, a fim de garantir que sejam devidamente motivadas, razoáveis e proporcionais, além de potencialmente eficientes; no campo da saúde, em particular, é imperativo que sejam baseadas em evidências científicas. (VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; RACHED, Danielle Hanna. p. 10, 2021)²⁷

No mesmo âmbito, é possível notar em todo o período pandêmico a falta de compromisso que o próprio governo federal teve com seu decreto principal, desfavorecendo medidas de isolamento social e dando prioridade a ideias anticientíficas em detrimento dos direitos fundamentais dos cidadãos, como a campanha que o órgão de imprensa da Presidência da República chamou de “O Brasil não pode parar”. Corroborando com essa ideologia, diversas medidas provisórias foram editadas, muitas das quais infringiram de modo direto cláusulas fundantes da Carta Magna.

Houve as medidas provisórias de número 926, 927 e 928 de 2020, que, respectivamente, davam ao Poder Público autonomia para realizar alguns atos orçamentários de exceção, como fazer compras sem licitação; a quebra de direitos trabalhistas fundamentais, com a obstrução de normas protetivas dos trabalhadores e, ainda, impedir o acesso dos cidadãos aos gastos públicos por meio de leis de transparência.

Como pode-se concluir, o governo federal tentou de diversas formas agir de maneiras que vão de encontro com o estabelecido para o combate à pandemia. O dever do Estado em proteger os direitos fundamentais precisou ser feito pelos entes que tinham papel suplementar, como analisado anteriormente, no estado da Bahia. Assim, algumas das decisões do Governo Federal foram efetivamente contrapostas pelo Supremo Tribunal Federal, que atuou no seu dever de controle de constitucionalidade.

O Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil ajuizou e o relator Min. Alexandre de Moraes deferiu parcialmente a ADPF de número 672, que colocou em xeque as falas e omissões do Presidente da República, como será analisado posteriormente. De modo similar, a Medida Provisória n. 928/20 foi suspensa em decisão monocrática pelo mesmo ministro na ADI de número 6.351²⁸. A própria campanha precitada feita pela

imprensa da Presidência foi suspensa pelo Ministro Roberto Barroso, na ADPF 669²⁹.

5 A PROTEÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NA PANDEMIA: ADPF 672

No contexto do atual Estado Democrático de Direito, a saúde é concebida como direito de todos e dever do Estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos. Portanto, o direito à saúde é uma garantia fundamental e essencial para a manutenção da vida digna dos seres humanos, assim como é pressuposto básico para o gozo pleno e efetivo de outros direitos constitucionais.

Nesse ínterim, foi reconhecido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH)³⁰, em plano internacional, no julgado *Poblete Vilches vs. Chile*³¹ de 2016, o direito à saúde como autônomo e protegido pelo Art. 26 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), que diz respeito ao dever estatal para com os direitos econômicos, sociais e culturais³². Isso implica que os Estados signatários da CADH, como o Brasil, devem garantir o acesso, sem discriminação, a serviços necessários mínimos e urgentes à saúde, em consideração à circunstância especial de vulnerabilidade como pessoa idosa e diante do sofrimento causado pelo déficit de atenção ao paciente³³.

Diante dessa sentença da Corte IDH, surge o dever do Estado brasileiro de realizar o controle de convencionalidade interno e promover a efetivação dos direitos humanos em seu território. Essa responsabilidade se torna ainda mais latente durante o período pandêmico, quando o contexto de urgência por assistência médica-hospitalar exigiu esforços redobrados dos entes federados para concreção da garantia fundamental à saúde.

Nesse diapasão, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 672 surge diante da inação do Governo Federal para com seu dever constitucional, bem como o julgado arma juridicamente os gestores que estavam interessados em lutar contra o COVID-19 para que pudessem se proteger das investidas do Sr. Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. Neste julgado, o Supremo Tribunal Federal (STF) relembra a previsão constitucional de que o direito à saúde é responsabilidade de todos e, conseqüentemente, atribui-se competência comum aos entes federados. Veja-se:

3. **Em relação à saúde e assistência pública, a Constituição Federal consagra a existência de competência administrativa comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 23, II e IX, da CF), bem como prevê competência concorrente entre União e Estados/Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII, da CF)**, permitindo aos Municípios complementar a legislação federal e a estadual no que couber, desde que haja interesse local (art. 30, II, da CF); e prescrevendo ainda a descentralização político-administrativa do Sistema de Saúde (art. 198, CF, e art. 7º da Lei 8.080/1990), com a consequente descentralização da execução de serviços, inclusive no que diz respeito às atividades de vigilância sanitária e epidemiológica (art. 6º, I, da Lei 8.080/1990). (Grifos nossos)

O aspecto elementar a ser compreendido na decisão é que a estrutura do federalismo no Brasil consegue proporcionar o maior dos equilíbrios na nossa federação. O fato de que os entes públicos devem respeitar seus limites e tem deveres de agir frente a inação de outros faz toda a diferença na efetivação dos direitos fundamentais. Muito embora não tenha sido de forma coordenada e sincronizada com a União, os Estados e Municípios tomaram a dianteira na proteção de um dos direitos mais fundamentais de nossa Constituição: o da vida e da saúde.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário emergencial pandêmico trouxe ao mundo uma realidade que poucas vezes antes fora conhecida e implicou na necessidade de acionar a eficácia vertical das normas constitucionais de caráter fundamental. Desse modo, o direito à saúde foi um dos direitos fundamentais que mais necessitou de efetivação por parte dos entes federativos. O presente artigo se preocupou em verificar se as demasiadas decisões e ações governamentais por parte da União, muitas das quais foram de encontro com a própria estrutura dos direitos fundamentais de nossa Constituição, foram contrapostas por decisões dos outros entes e poderes, de modo a preservar as competências concorrentes do pacto federativo brasileiro. O direito à saúde, assim como todos os direitos fundamentais, é um dos direitos fundantes de nossa sociedade. Diversos outros direitos são dispostos no preceito da proteção dessa garantia.

De modo inicial, o conceito do pacto federativo foi avaliado e suas características históricas foram analisadas, demonstrando como o pacto é de fato uma ferramenta de equilíbrio para a federação, uma vez que cada ente deverá contribuir para que funcione, com suas competências e deveres federativos. Após a ideia de distribuição de competências, foi analisado a forma com que os direitos fundamentais coexistem com outros, sua eficácia e importância para a sociedade

brasileira. Nesse momento foi estabelecida a necessidade constante de atualização desses direitos e de como a efetivação deles é de fundamental importância para o bom funcionamento da sociedade, considerando que com eles, a dignidade da pessoa humana consegue ser respeitada. Por fim, o papel do federalismo e dos direitos fundamentais foi estudado no contexto pandêmico, demarcando a importância desses dois mecanismos para a manutenção do Estado Democrático de Direito naquele momento de tamanha fragilidade.

Finalmente, a decisão dada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 672 articulou o questionamento inicial para a conclusão do artigo. As políticas públicas feitas pelos outros entes que compartilham as competências concorrentes com a União foram definitivos para o combate à pandemia e como explicitado pelo Ministro Alexandre de Moraes na decisão, a inação do Presidente da República em seu papel de proteger os preceitos fundamentais desautoriza o mesmo de intervir no papel dos Estados e Municípios na proteção dos mesmos. O pacto federativo teve atribuições importantíssimas na efetivação dos direitos fundamentais na pandemia.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele. **Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil**. Tópicos de economia paulista para gestores públicos, v. 1, p. 12, 2007.

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana**. São Paulo em perspectiva, v. 15, p. 23-31, 2001.

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia**. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

BOSA, Anderson Carlos; MAAS, Rosana Helena. **A JUSTICIABILIDADE DO DIREITO À SAÚDE NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: uma análise do caso Poblete Vilches vs. Chile**. Revista Científica do UniRios 2021.1. pp.258-278.

BURGESS, Michael. (1993), "Federalism and Federation: A Reappraisal", in M. Burgess e A.-G. Gagnon (eds.), **Comparative Federalism and Federation: Competing Traditions and Future Developments** New York, Harvester Wheatsheaf, pp. 3-13.

COSER, Ivo. **O conceito de federalismo e a ideia de interesse no Brasil do século XIX**. Dados, v. 51, p. 941-981, 2008.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Constitucional**. 15. ed. Salvador: JusPODIVM, 2021.

FERNANDEZ, Michelle Vieira; PINTO, Hêider Aurélio. **Estratégia intergovernamental de atuação dos estados brasileiros: o Consórcio Nordeste e as políticas de saúde no enfrentamento à Covid-19**. Saúde em Redes, v. 6, n. 2 Suplem, 2020

LOEWENSTEIN, Karl. **Teoría de la constitución**. 2. ed. Tradução de Alfredo Gallego Anabitarte. Barcelona: Ariel, 1976.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Corte Interamericana de Derechos Humanos. **Caso Poblete Vilches y otros vs. Chile. Sentença de mérito, reparação e custas**. San José da Costa Rica, 08 de março de 2018. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_349_esp.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

PEREIRA, Carla Galvão; ARANTES, Rafael de Aguiar. **GOVERNANÇA METROPOLITANA E O ENFRENTAMENTO À COVID-19 NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: cooperação e conflito nas relações intergovernamentais**, 2021.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SANTOS, F.; KIPERSTOK, A.; SANTOS, A. F.; RAMACCIOTTI, D. E. L.; SOUZA, O. A.; CORREIA, R. L. de J.; DE ANDRADE, R. B.; BARRETO JÚNIOR, W. D. **IMPACT OF DECISIONS OF THE GOVERNMENT OFFICIALS ON LIFE AND DEATH OF THE POPULATION: COVID-19 IN BRAZIL, APRIL 2021**. SciELO Preprints, 2021.

DOI: 10.1590/SciELOPreprints.2590.

SARMENTO, Daniel. **Direitos Fundamentais e Relações Privadas**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

SOUZA, Celina. **Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988**. Revista de sociologia e política, n. 24, p. 107, 2005

SOUZA, Celina Maria de. **Coordenação, uniformidade e autonomia na formulação de políticas públicas: experiências federativas no cenário internacional e nacional**. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, p. e00046818, 2019.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. 20ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; AITH, Fernando Mussa Abujamra; RACHED, Danielle Hanna. **A emergência do novo coronavírus e a “lei de quarentena” no Brasil**. Revista Direito e Práxis, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 102-138, mar. 2021.

III

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE MENTAL DOS COLABORADORES DE UMA CENTRAL DE ATENDIMENTO DO RECÔNCAVO BAIANO: UM ESTUDO DE CASO

Francielly Lima dos Santos²⁵, Gabriel Rodrigues Junior²⁶, Ivo Pedro Gonzalez Júnior²⁷

RESUMO

Este estudo apresenta resumidamente os principais transtornos mentais correlacionados ao ambiente de trabalho. É notório que hoje em dia muitas pessoas sofrem desta condição, a qual priva as pessoas de uma vida normal e impede o seu crescimento profissional. O estudo também destaca a relevância atual do conceito de saúde mental. Este artigo tem como objetivo compreender a importância da saúde mental nas empresas, bem como: identificar como relações interpessoais negativas podem afetar o desempenho empresarial; ilustrar por que ter saúde mental é tão importante; identificar os principais tipos de transtornos psicológicos que prejudicam os funcionários. Sintomas de ansiedade, depressão e estresse são apresentados de modo que o profissional possa estar atento a eles. A pesquisa é descritiva e exploratória. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário, o qual foi aplicado em uma instituição de ensino privada, onde oferece serviços educacionais para educação básica, graduação e pós-graduação no recôncavo baiano. Conclui-se que é importante o profissional preservar a saúde mental para maior desempenho das tarefas diárias, tendo em vista que o colaborador que goza de saúde mental é mais produtivo em seu ambiente de trabalho em comparação ao funcionário que não tem, além da empresa lucrar mais.

Palavras-Chave: Saúde mental; Saúde do Trabalhador; Transtornos mentais.

ABSTRACT

This study briefly presents the main mental disorders correlated with the work environment. It is well known that nowadays many people suffer from this condition, which deprives people of a normal life and prevents their professional growth. The study also highlights the current relevance of the mental health concept. This article aims to understand the importance of mental health in companies, as well as: to identify how negative interpersonal relationships can affect business performance; illustrate why having mental health is so important; identify the main types of psychological disorders that affect employees. Also, anxiety, depression and stress symptoms are presented so that the professional can be aware of them. This is a descriptive and exploratory research. For data collection, a questionnaire was used, which was applied in a private educational institution, which offers educational services for basic education, graduation and post-graduation in the Recôncavo Baiano region. It is concluded that it is important for the professional to have mental health for better performance of daily tasks, considering that the employee who enjoys mental health is more productive in their work environment compared to the employee who does not have it, in addition to the company profiting more.

Keywords: Mental health; Worker's health; Mental disorders.

²⁵ Graduada em Administração. Email: francielly.123.lima@gmail.com

²⁶ Graduado em Administração. Email: grodriguesjunior@gmail.com

²⁷ Doutor em Administração, professor da Faculdade Adventista da Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9758-3956> Email: ivo.junior@adventista.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Cuidar da saúde mental é importante para o ser humano, principalmente dentro do ambiente de trabalho, sendo o cuidado parte integrante e essencial para a boa performance do ser em tudo que fizer, pois quando o trabalhador está vulnerável psicologicamente e emocionalmente, não gera resultados para o mesmo e nem para a empresa, pois doenças como estresse, ansiedade, depressão e entre outros, vem afetando a vida do trabalhador gradualmente.

“Grande parte das doenças que afligem a humanidade tem sua origem na mente e só pode ser curada restaurando-se a saúde da mente” (WHITE, 1990, p.396). Muitas empresas não estão preparadas para lidar com esses tipos de situações, mesmo já sendo vista como principal fator de risco nas empresas. Sendo assim, é necessário compreender como o aspecto psicológico influencia no exercício das empresas. Os profissionais precisam se atentar do quanto é importante ter saúde mental e de como estão as condições psicológicas de cada indivíduo da empresa, se está sofrendo algum distúrbio psíquico gerado pelo estado de tensão emocional ou por estresse provocados por trabalhos desgastantes que foram adquiridos no percurso diário da função.

Esse trabalho contribui para ajudar os profissionais a manter a qualidade de vida psicológica e mental, para o bom desempenho no trabalho e na vida social. Ele também contribui para alertar as empresas de que quando um funcionário não está bem emocionalmente a tendência é produzir menos ou deixar de produzir, e de como a empresa pode ajudar esses funcionários que sofrem certos tipos de distúrbios psíquicos. Nesse contexto, a seguinte problemática surgiu conduzindo a busca de uma resposta: Qual a importância da saúde mental para as empresas?

As recentes pesquisas realizadas com foco na saúde do trabalhador vêm mostrando como essas estatísticas vêm crescendo ao decorrer dos anos. O objetivo deste trabalho é entender a importância da saúde mental nas empresas, como também: Identificar o quanto as relações negativas interpessoais podem afetar no desempenho da empresa; ilustrar o porquê é tão importante ter saúde mental; identificar os principais tipos de transtornos psicológicos.

Além de contribuir juntamente com a empresa na formação dos seus colaboradores e entender o sentimento de cada um. Com isso, o crescimento é notório tanto no lado profissional quanto pessoal. Em seguida, é apresentada a

metodologia da pesquisa e a análise de resultados. As conclusões do trabalho, bem como as sugestões de pesquisa futuras sugerem que é importante o profissional ter saúde mental para maior desempenho das tarefas diárias, tendo em vista que o colaborador que goza de saúde mental é mais produtivo em seu ambiente de trabalho em comparação ao funcionário que não tem, além da empresa lucrar mais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Saúde

Alguns tempos atrás a saúde era considerada como “ausência de doença”, mas ao decorrer do tempo percebeu-se que saúde além de ser ausência de doença, também é bem-estar físico, mental e social (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1990). Alguns especialistas mais conhecidos na área da saúde, como o Cancerologista Dr. Drauzio Valella e Dr. Antônio Sproesser, clínico Geral, falam sobre saúde nos livros, nas revistas, nas programações televisivas, alertando ao público a importância de cuidar da saúde (FRAZÃO, 2021). A palavra saúde possui diversos conceitos. De acordo com Barsa saúde é: “Estado de São; estado de normalidade física e mental. Já de acordo com Almeida Filho (2011), saúde é:

Um problema simultaneamente filosófico, científico, tecnológico, político e prático.

O significado de saúde no ponto de vista da etimologia é: ETIM lat. *salus, ūtis* 'salvação, conservação (da vida)'. Nos seus respectivos idiomas: *Salude* português (século XIII, 1204), *salutem* francês, *saludem* castelhano e *salute* em italiano (estes últimos com uma conotação específica de saudação). No contexto geral, o termo “saúde”, é uma afirmação positiva da vida e um modo de existir, não incluindo no seu universo, “doença”. Podendo dizer que, saúde na origem etimológica, é um “estado positivo de viver”, sendo aplicada a todos os seres vivos, principalmente aos seres humanos. De acordo como Dicionário da Educação Profissional em Saúde, para os romanos e gregos o estado de saúde é:

Um conjunto de práticas e hábitos harmoniosos abrangendo todas as esferas da existência: o comer, o beber, o vestir, os hábitos sexuais e morais, políticos e religiosos. Implicaria virtudes específicas ligadas a todas as esferas, e também em vícios, que poderiam

degradar o estado de harmonia, ensejando o adoecimento e, no limite, a morte.” (LUZ, 2009)

A palavra saúde tem vários conceitos, podendo ser determinada pela própria biologia humana, pelo ambiente físico, social e econômico e pelo estilo de vida. Uma boa saúde está associada ao aumento da qualidade de vida. Podendo estes interferir nos processos mentais e em consequências disso, na saúde mental do indivíduo.

2.2 Saúde Mental

A saúde mental é um termo usado para descrever um nível de qualidade de vida cognitiva emocional ou ausência de uma doença mental. A saúde mental pode incluir a capacidade de um indivíduo de apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica. De acordo com o Ministério Público do Mato Grosso do Sul, a organização Mundial da Saúde (OMS) diz que à saúde mental depende do bem-estar físico e social, sendo que:

Um ambiente que respeite e proteja os direitos básicos civis, políticos, socioeconômicos e culturais é fundamental para a promoção da saúde mental. Sem a segurança e a liberdade asseguradas por esses direitos, torna-se muito difícil manter um elevado nível de saúde mental”. (MINISTÉRIO, 2016).

Freud, diz que a saúde mental é a “capacidade de amar e de trabalhar.” (2004, p.279 *apud* Psicologia, Organizações e trabalho no Brasil).

Saúde mental é o equilíbrio emocional entre o patrimônio interno e as exigências ou vivências externas. É a capacidade de administrar a própria vida e as suas emoções dentro de um amplo espectro de variações sem, contudo, perder o valor do real e do precioso. É ser capaz de ser sujeito de suas próprias ações sem perder a noção de tempo e espaço. É buscar viver a vida na sua plenitude máxima, respeitando o legal e o outro” (VASCO, 2019).

2.3 Trabalho

O trabalho é um dos fatores de produção mais importantes, sendo ele um conjunto de atividades realizadas, é o esforço feito por indivíduos, com o objetivo de atingir uma meta. Alguns economistas medem o trabalho em termos de salário, horas

dedicadas ou eficiência. Para Borges e Yamato (2004), trabalho é “objeto de múltipla e ambígua atribuição de significados e/ou sentidos.”

De acordo com Cunha (2007) a palavra ‘trabalhar’ vem do latim ‘*tripaliare*’ que significa martirizar com *otripalium* (instrumento de tortura). Esse instrumento era uma ferramenta de três pernas que imobilizava cavalos e bois para serem ferrados, mas também era um instrumento de tortura usado contra escravos e presos, sendo dali que originou o verbo *tripaliare* cujo primeiro significado era "torturar". Com o passar dos anos essa ideia sofrida do termo trabalhar foi modificado, passando para ‘esforçar, trabalhar’. Bravermann (1987, p. 50) diz que: “o trabalho humano faz com que o homem se modifique (para melhor ou para pior) através das interações entre ferramentas e relações sociais, tecnologia e sociedade.” E ainda diz mais: “o trabalho do homem é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo.” De acordo com Lessa (2012, p. 25):

Além dos atos de trabalho, a vida social contém uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações dos homens entre si.

O trabalho provém da necessidade (fome, sede etc.). Ter um trabalho garante ao homem alcançar os seus objetivos de vida e a concretização de seus sonhos, sendo uma forma de fazer com que o ser humano demonstre suas iniciativas e ações. Além de desenvolver habilidades e aperfeiçoá-las.

2.4 Saúde Mental nas empresas

Os casos de transtornos psiquiátricos e doenças mentais vêm afetando trabalhadores de diversas áreas. A Previdência Social revela que em 2016 o afastamento de 75,3 mil trabalhadores em razão de quadros depressivos, com direito a recebimento de auxílio-doença, o que representa 37,8% de todas as licenças médicas motivadas por transtornos, sendo a terceira maior causa de afastamento do trabalho no país (SOCIAL, 2017).

O crescente desgaste mental dos trabalhadores vem aumentando cada vez mais, podendo ser verificado nas estatísticas oficiais, como as da Organização Mundial da Saúde (OMS) e como já citado acima a do Ministério da Previdência Social (MPS). A OMS mostra que 40% dos trabalhadores podem sofrer de transtornos

mentais, sendo que 30% desses trabalhadores são considerados transtornos “menores”, e entre 5 e 10% são nível grave. Segundo alguns especialistas, o ambiente de trabalho pode acarretar uma série de problemas de saúde para os funcionários da empresa pública e privada. Como aponta Paparelli (2011), muitas vezes, as razões de adoecimento são atribuídas ao indivíduo, culpando e individualizando o problema que é, essencialmente, social.

O trabalhador é tratado como o descuidado e irresponsável frente a acidentes e adoecimento, desconsiderando as pressões, exigências, prazos e outras formalidades que caracterizam o trabalho. A autora Maeno (2012), descreve em sua resenha baseado no livro de Seligmann Silva que:

A maioria dos estudos reconhecia o trabalho apenas como um fator desencadeante de transtornos mentais que já estavam predefinidos pelas "estruturas de personalidade" e pelos aspectos genéticos, compreendidos, até então, como principais determinantes do modo de adoecimento.

Percebe-se que quase metade dos trabalhadores podem sofrer de alguma doença mental, que pode afetar seu trabalho e até a vida social. Muitas empresas não veem isso como uma preocupação, pois ainda está na fase da troca/substituição do funcionário, não sabendo que quando o funcionário não está bem mentalmente todo o seu desempenho é afetado.

2.5 Como as doenças emocionais impactam as empresas?

Os ramos trabalhistas não compreendiam que necessitavam agregar a psicologia organizacional na empresa, antes, suas preocupações eram melhorar a qualidade do produto e gerar lucro. Os estudos sobre os trabalhadores foram se tornando uma preocupação ao decorrer dos anos, influenciando diferentes disciplinas, como: medicina, sociologia, epidemiologia, engenharia, psicologia etc., que aliados ao ambiente de trabalho e as situações que causam desgastes e reprodução, estabeleceram assim, uma nova relação entre saúde e trabalho. (NARDI, 1997). Tittoni (1997), relaciona saúde e trabalho como a contribuição da psicologia, sendo que saúde e trabalho podem ser definidos como a inter-relação entre os processos saúde-doença, cuja dinâmica se inscreve nos fenômenos mentais, mesmo que ela seja social.

Uma pessoa com desequilíbrio emocional apresenta alterações de humor constantes e perde o controle mesmo diante de situações rotineiras ou acontecimentos negativos e imprevisíveis. As responsabilidades diárias sobrecarregam o profissional, frustrações e necessidades de se adequar a padrões impostos pela sociedade são alguns fatores para que a pessoa venha a ter desequilíbrio emocional. Dejours (2003), usa a expressão “relação social”, com outras palavras, o trabalho não deveria ser somente pressões físicas, químicas, biológicas que denominam as condições de trabalho, mas além disso, considerar no trabalho a dimensão organizacional, isto é, a divisão das tarefas e as relações de produção.

2.6 Principais tipos de transtornos psíquicos

De acordo com o blog Austa Hospital, as doenças mentais são difusões no funcionamento da mente, podendo afetar qualquer pessoa e de qualquer idade, geralmente provocadas pelo sistema nervoso central (2018). Atualmente as doenças mentais são causadas por uma interação complexa de fatores hereditários e ambientais. Ela provoca sintomas, como: desconforto emocional, distúrbio de conduta e enfraquecimento da memória. Algumas vezes doenças em outras partes do corpo afetam a mente, outras vezes, desconfortos escondidos no fundo da mente podendo desencadear outras doenças do corpo ou produzir sintomas somáticos. Existem diversos tipos de transtornos mentais, porém os mais comuns são: estresse, ansiedade e depressão. Esses serão os temas abordados a partir de agora.

2.7 Estresse

O estresse ocupacional é interpretado como aquele que tem origem no ambiente laboral e envolve aspectos relacionados à organização, a gestão, as condições e a qualidade das relações interpessoais no trabalho. As consequências do estresse laboral são prejudiciais à saúde mental e física do trabalhador, podendo citar: a síndrome de *burnout*, o desenvolvimento da síndrome metabólica, distúrbios do sono, diabetes, hipertensão, enfermidades psicossomáticas, depressão, uso de substâncias psicoativas, além de queda na produtividade, absenteísmo, insatisfação laboral e baixa qualidade de vida no trabalho (GIL-MONTE, 2012; RIBEIRO, 2015).

“No caso do *Burnout* e do estresse são consequências que saltam de dentro para fora e as provocam fatores externos materiais como são o ambiente de trabalho, a organização do trabalho, a competitividade, a eficiência e a produtividade, o chamado a reduzir custos a favor do beneficiário através, muitas vezes, da redução de pessoal” (JURÍDICO, 2003). Há uma distinção entre ambos, a Síndrome de *Burnout* é relacionada ao ambiente de trabalho, quando há esgotamento quando a pessoa é submetida a determinadas condições de trabalho, já o estresse é o conjunto de reações a que o sujeito fica submetido.

Quando o estresse interfere na sua vida, tornando difícil passar dias tranquilos por um longo período, podendo ser mais perigoso tanto para mente quanto para o corpo. Isso acontece porque o estresse também leva a incômodos físicos.

2.8 Ansiedade

Ansiedade é excesso de futuro, é uma emoção caracterizada por um estado desagradável de agitação interna, acompanhado muitas vezes por um comportamento nervoso ou o ato de balançar os pés de forma inquietante, causando um sentimento de preocupação e inquietação. As preocupações mais recentes são as relações com as pessoas, com o trabalho, as finanças, a saúde e principalmente o futuro. Melgosa e Borges (2018, p. 13), relata um pouco sobre esse mal tão prejudicial à saúde, no livro *O Poder da Esperança*:

Muitas vezes, experimenta-se ansiedade generalizada quando não existe um motivo real para ela. Esse estado foge do controle da pessoa afetada, e a tendência é diminuir sua capacidade de vencer. A ansiedade pode surgir sem manifestações fisiológicas aparentes ou com evidências no organismo até chegar à síndrome do pânico.

Grandes partes da sociedade que sofrem com o transtorno de ansiedade, evitam certos tipos de situações, que podem desencadear alguns sintomas e começam a viver excluída das coisas, como não ir a eventos sociais, não sair de casa sozinho, não participar de encontros ou ficar preocupado, contudo, e acabar não fazendo nada. Quanto mais a ansiedade abala a sua vida, mais ela o deixará deprimido.

2.9 Depressão

A depressão vem afetando crianças, jovens, adultos e idosos. Pessoas de todas as classes, ricas e pobres. Depressão é uma doença psiquiátrica crônica e recorrente, que produz uma alteração do humor caracterizada por uma tristeza profunda, sem fim, associada a sentimentos de dor, amargura, desencanto, desesperança, baixa autoestima e culpa, assim como a distúrbios do sono e do apetite e suas causas variam muito (SECONCI, 2020). Sendo ela excesso de passado. Quando não tratada corretamente pode trazer vários prejuízos ao indivíduo, comprometendo o trabalho, a família e lazer. A seguir é apresentado no quadro 1 as doenças e sintomas relacionados à ansiedade.

Quadro 1: Doenças e sintomas associados ao trabalho.

DOENÇA	SINTOMAS
ANSIEDADE	Respiração ofegante e falta de ar
	Palpitações e dores do peito
	Fala acelerada
	Sensação de tremor e vontade de roer as unhas
	Agitação nas pernas e braços
	Tensão muscular
DEPRESSÃO	Sensação de vazio ou tristeza
	Falta de vontade para realizar atividade que davam prazer
	Falta de energia e cansaço constante
	Irritabilidade
	Dores e alterações no corpo
	Problema de sono

ESTRESSE	Ansiedade, angústia, nervosismo ou preocupação em excesso
	Irritação ou impaciência
	Tontura
	Problema de concentração e de memória
	Dificuldade para dormir
	Sensação de perda de controle

Fonte: Elaborados pelos autores: Bezerra, 2021. - Brandão, 2021.

É importante salientar que quanto mais demorar tratar mais crises sequenciais ocorrerão, por isso, não perca tempo, afinal quem está ganhando não é só você mais sua família e amigos que fazem parte da sua vida profissional. É importante ter uma saúde mental excelente no ambiente de trabalho. Muitas das vezes as relações interpessoais nos afligem e nos deixam para baixo. No ambiente de trabalho não é diferente. Muitos casos têm sido relatados por profissionais que com o ritmo acelerado e a pressão que excede sobre eles, veem os deixando estressados e muito ansiosos para atender a demanda que lhe cabe. O ambiente de trabalho é um ambiente estressante podendo levar os indivíduos a exaustão e até levar a casos mais graves, como a depressão. Vários fatores contribuem para o adoecimento dos funcionários.

O sofrimento psíquico do trabalhador, como a angústia, inferioridade, desespero e desânimo podem causar diversas consequências à saúde. É fundamental estar atento aos sintomas que dificultam as atividades diárias dos indivíduos na hora de desempenhar as principais funções no ambiente de trabalho. A busca por ajuda é o mais aconselhável, iniciar um tratamento com programas voltados para a redução da ansiedade e do estresse é uma boa partida para ajudar os profissionais.

3 METODOLOGIA

Para construção do presente estudo foi empregado pesquisa bibliográfica, onde permitiu observar a importância da saúde mental no ambiente de trabalho. Para avaliar a importância da saúde mental neste local, desenvolveu-se uma pesquisa

com todos os colaboradores da central de atendimento de uma instituição privada de ensino superior do recôncavo baiano, o setor foi escolhido devido à sua gama de atividades exercidas e, por sempre estar lidando com pessoas. Neste setor trabalham 44 pessoas, dentre eles, estagiários, jovens aprendizes, funcionários, supervisores e gerente. Dessa forma, o universo total da amostra foi utilizado e os questionários foram aplicados.

A pesquisa foi realizada nos meses de julho a agosto de 2021 por meio do questionário eletrônico. O questionário possui 21 questões. Com os dados catalogados foram disponibilizados com o auxílio do *google forms*, assim como as comparações e gerados os gráficos. A análise dos resultados foi feita de forma descritiva que será apresentada na seção 4.

Quanto à natureza da pesquisa, foi realizado um estudo quantitativo e descritivo, que de acordo com Manzato (2012) *et al* Wainer (2007), busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo isolado como de grupos e comunidades mais complexas. Baseado em números, com poucas variáveis objetivas comparou-se os resultados utilizando técnicas estatísticas na qual houve uma medição e quantificação dos dados pelo instrumento estatístico, que no caso foi o questionário.

O questionário foi aplicado numa instituição privada, cujo serviços têm a finalidade na área da educação, onde envolve ensino básico, graduação e pós-graduação. Este consiste de quatro blocos que dizem respeito, primeiramente, ao retrato cognitivo. Em seguida abordam-se os aspectos em relação ao ambiente de trabalho. O terceiro bloco diz respeito aos aspectos de saúde psíquica que está relacionado a transtornos mentais e o quarto bloco envolveu o perfil dos colaboradores da central de atendimento. A análise deste trabalho foi realizada através de leituras ativas, boa interpretação, informações bibliográficas e anotações sobre o conteúdo.

4 ANÁLISE DE DADOS

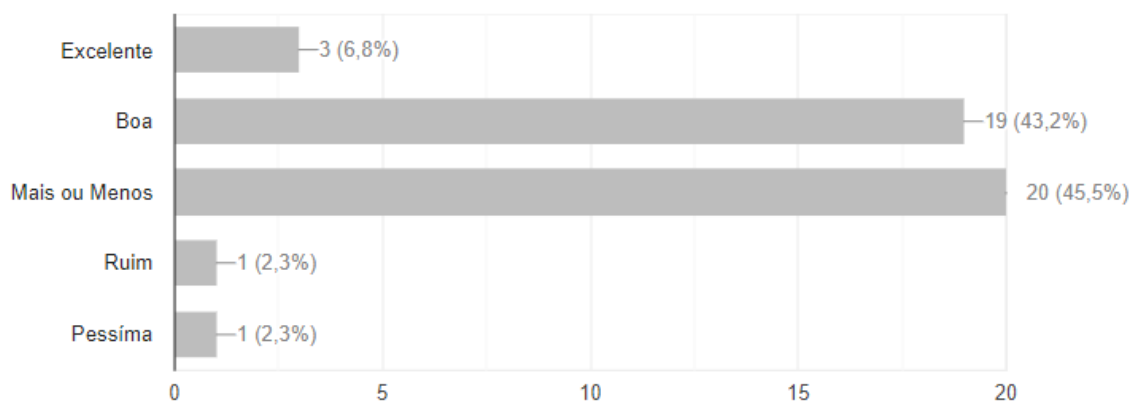
A análise de dados foi realizada com o intuito de identificar e descrever os resultados obtidos através da aplicação do instrumento de pesquisa. Levando em consideração os objetivos presentes nesse relatório. Ao aplicar o questionário delineou-se a seguinte configuração:

Universo da pesquisa: constituído por todos os colaboradores da central de atendimentos de uma instituição privada de ensino superior. O questionário foi enviado a um total de 44 colaboradores, 80% dos colaboradores são solteiros e 20% são casados, a maioria dos colaboradores são jovens, correspondendo a 52% com idade entre 18 e 23 anos, dentre essa pesquisa 50% são mulheres e 50% são homens. O Método de coleta foi através de um questionário eletrônico no *Google Forms*, onde toda a população da central de atendimento optou por responder e o link foi compartilhado com os colaboradores entre os meses de junho e agosto de 2021.

Os dados foram apresentados em gráficos sob a forma de percentual, caracterizando-se como uma análise descritiva, que resume as informações desta pesquisa em uma coleção de dados Agresti; Finlay (2012). Com os dados existentes iremos observar as situações que levam a entender a importância da saúde mental no ambiente de trabalho.

Para facilitar a leitura e interpretação dos dados, a apresentação no presente ponto ocorrerá inicialmente com especificações por cada pergunta e seus respectivos gráficos e suas análises.

Gráfico 1 – Considerações a respeito da Saúde Mental

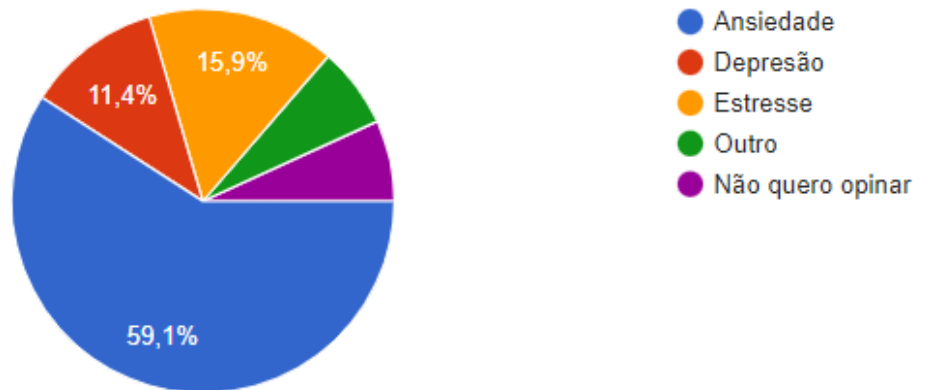


Fonte: Elaboração própria com dados do estudo, 2021.

Nota-se que a porcentagem maior de 45,5% tem a saúde mental mediana, sendo que a porcentagem menor correspondente à 2,3% têm a saúde mental ruim e péssima. Podemos assim dizer que apesar de 45,5% ter saúde mental que por vezes pode estar bem e, em outras, estar mal, não gozam de uma vida com plenitude longe de adoecimentos, e por algum momento em sua vida, sofrem de algum transtorno mental.

Boa parte da população está deprimida e ansiosa (Passos, 2019), mas não é necessário isolamento, pois ainda conseguem se submeter ao funcionamento da sociedade, frequentam o trabalho e outros lugares sem ocorrer grandes alarmes.

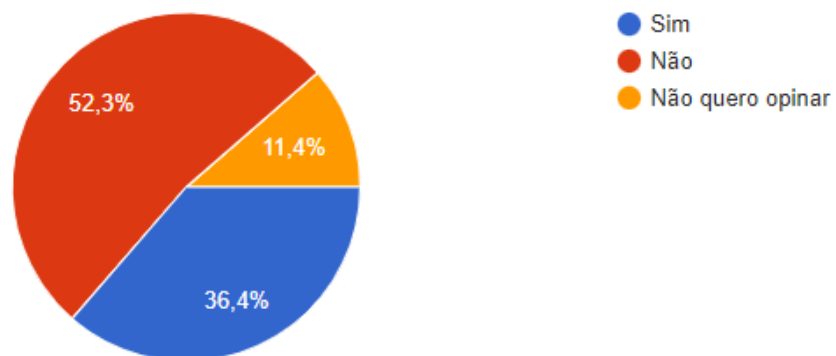
Gráfico 2 – Relação dos distúrbios mentais



Fonte: Elaboração própria com dados do estudo, 2021.

Mediante ao gráfico 2, é possível observar que 59,1% dos depoentes já tiveram ou têm o distúrbio da ansiedade, provocado pelo ambiente de trabalho, representando maior percentual. Seguido do estresse com 15,9% e da depressão representando 11,4% dos participantes. Esse assunto é de suma importância para a organização visto que, pode comprometer o rendimento dos colaboradores de forma significativa chegando a afetar os resultados e a qualidade de vida de seus funcionários.

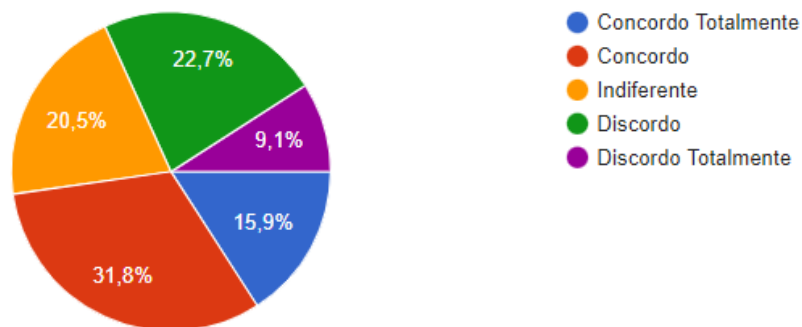
Gráfico 3 – Apoio emocional no ambiente de trabalho



Fonte: Elaboração própria com dados do estudo, 2021.

Nota-se que dentre os participantes 52,3% nunca tiveram um apoio emocional em seu ambiente de trabalho. Passamos a maior parte do dia no ambiente de trabalho e com isso é notório que há uma rotina estressante. Deixar as emoções de lado é um mau negócio para o colaborador, pois um profissional com a saúde mental comprometida não consegue desempenhar as funções de forma eficaz. É de suma importância as empresas terem o controle sobre as capacidades emocionais dos seus colaboradores para não ocorrer problemas futuros. Isso não é somente um trabalho da empresa, mas também do profissional. No entanto, a falta desse tratamento prejudica o rendimento do colaborador e da empresa.

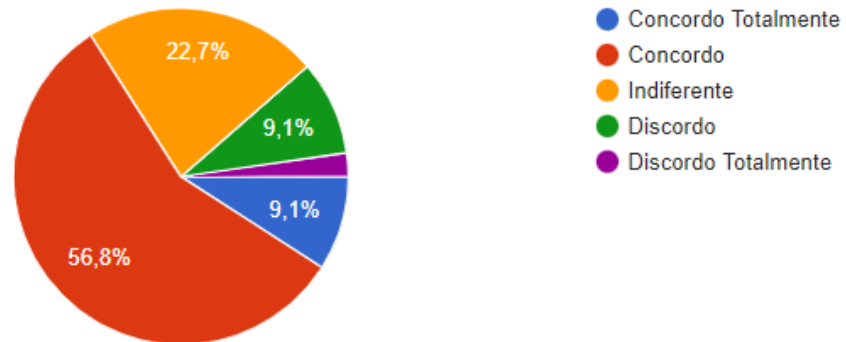
Gráfico 4 – Pressão psicológica no ambiente de trabalho



Fonte: Elaboração própria com dados do estudo, 2021.

Ao perguntar sobre a pressão no ambiente de trabalho nota-se que 31,8% afirmam que se sentem pressionados no ambiente de trabalho, já 15,9% concordam totalmente sobre a pressão que recebem diariamente no serviço. Um total de 47,7%, ou seja, a maioria dos trabalhadores sentem-se pressionados. Toda cobrança exagerada afetará negativamente as empresas, podendo gerar estresse e até transtornos psicológicos graves. É importante que o trabalhador esteja sempre atento aos seus limites e ser sincero com os seus superiores sobre tais limites. Estabelecer limites é essencial para não adoecer.

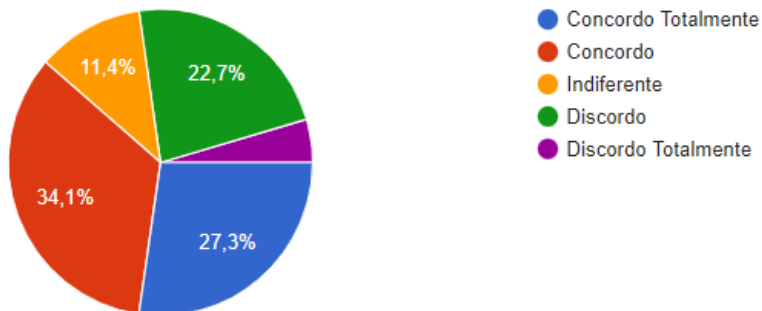
Gráfico 5 – Prazo para a realização das tarefas de trabalho



Fonte: Elaboração própria com dados do estudo, 2021.

Ao perguntar para os entrevistados sobre os prazos estabelecidos das tarefas 56,8% concordam que os prazos são satisfatórios e 9,1 discordam.

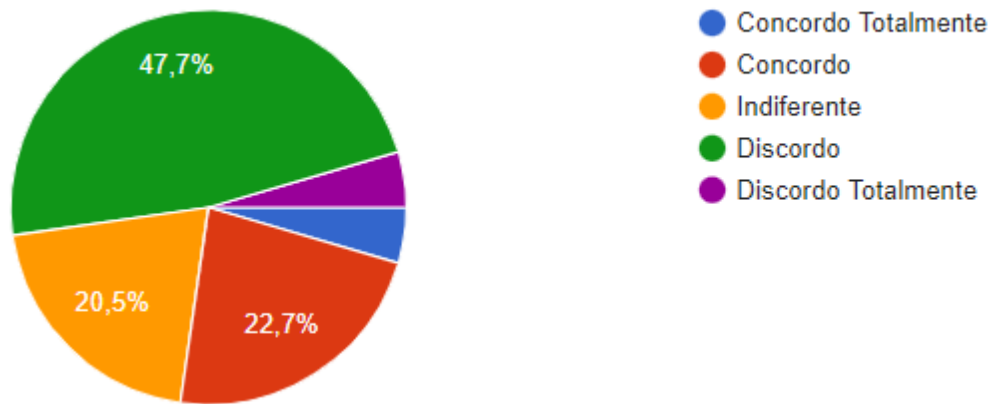
Gráfico 6 – Cansaço gerado pelo trabalho



Fonte: Elaboração própria com dados do estudo, 2021.

Nota-se no gráfico acima que, 27,3% concordam totalmente e 34,1% apenas concordam a respeito do excessivo cansaço que a rotina de trabalho ocasiona. Sabemos que hoje em dia o colaborador precisa aprender e saber várias funções dentro da organização e não apenas exercer uma atividade. Sabendo disso, as organizações precisam trabalhar de forma estratégica e contribuir com treinamentos e capacitações que ajudem o colaborador no dia a dia com suas demandas de trabalho.

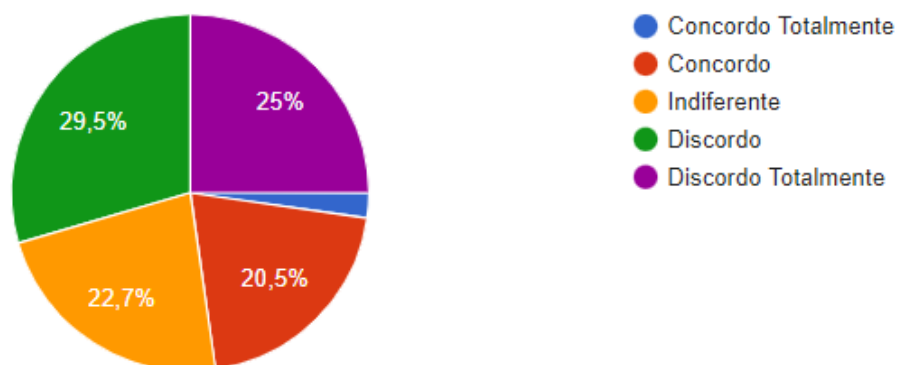
Gráfico 7 – Angústia em relação às mudanças e informações do trabalho



Fonte: Elaboração própria com dados do estudo, 2021.

Dentre os pesquisados, 22,7% sentem-se angustiados em ter que se manter atualizado com as mudanças e informações no ambiente de trabalho. Sabemos que devido as constantes atualizações de mudanças e informações o empregador sente-se pressionado a dominar tudo que ocorre em sua volta. Sabemos que cada pessoa tem um ritmo diferente de aprendizado, tem as suas limitações, e muito das vezes podem sentir-se angustiados por não acompanhar a equipe. Devido ao excesso de informações costumam ser de ordem emocional, como ansiedade e estresse, trazendo a preocupação, angústia, baixa satisfação no trabalho e tensão com os colegas (DIGUÊ; LOES, 2016).

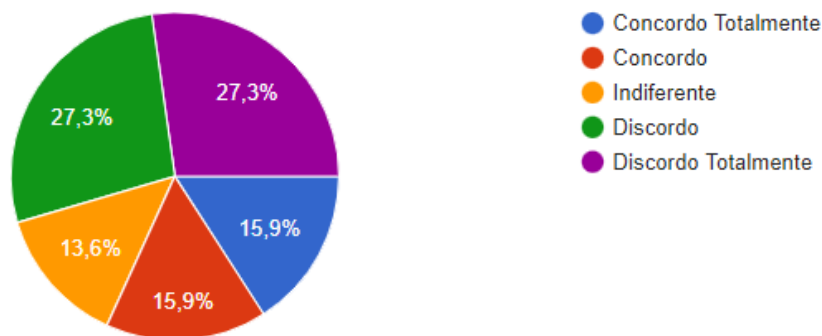
Gráfico 8 – Sentimento de irritação pela desvalorização gerada por superiores



Fonte: Elaboração própria com dados do estudo, 2021.

No gráfico acima vemos que 20,5% sentem-se desvalorizados por seus superiores. Já 29,5% discordam.

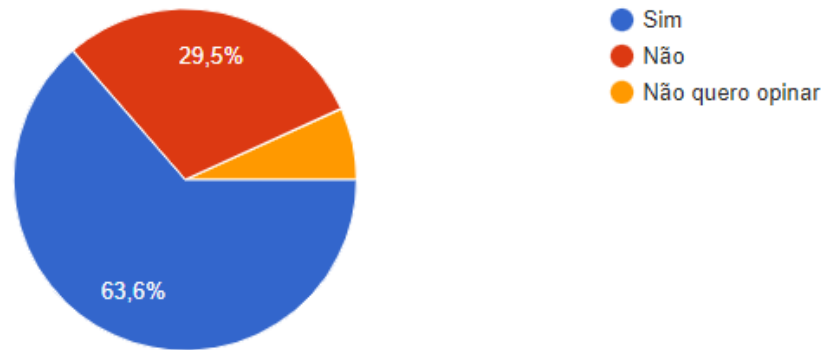
GRÁFICO 9 – Insatisfação com os treinamentos de capacitação profissional



Fonte: Elaboração própria com dados do estudo, 2021.

Nota-se na pergunta acima que 15,9% concordam totalmente e a mesma porcentagem de 15,9% concordam com os treinamentos de capacitação. Somados dão em torno de mais de 30% dos pesquisados que concordam que se sentem angustiados com a deficiência nos treinamentos. Comparada no gráfico acima sobre a angústia, vimos que 22,7% se angustiam ao manter-se atualizado com as mudanças e informações no seu ambiente de trabalho. Muitas pessoas têm o desenvolvimento lento e não se sentem bem quando comparam a si com o que a empresa espera. Estar em constate mudanças pode gerar estresse causado pela hiper conectividade trazendo a sensação de estar sempre desatualizado, essa sensação acaba gerando insegurança e medo sem relação às próprias capacidades (DIGUÊ; LOES, 2016).

GRÁFICO 10 – Tensão, preocupação e nervosismo



Fonte: Elaboração própria com dados do estudo, 2021.

Percebe-se que 63,6% dos entrevistados sentem-se nervosos (a), tenso (a) e preocupado (a) enquanto 29,5% dos entrevistados discordam. A maioria dos entrevistados têm esses sintomas, este fato torna-se um problema quando não se consegue controlar no dia a dia, pois o mundo de hoje é de cobranças, há pressão para ser melhores em tudo. Há um grande risco tanto para a empresa, quanto para os colaboradores quando são acarretados com excesso de preocupação, acabam fazendo aquilo que não querem ou não planejam. Agem de maneira desajeitada devido a confusão mental criada pelo estado emocional perturbado (VITTUDE, 2019). O sentimento de preocupação sempre teve um peso negativo, mas se bem gerenciados pode ajudar no crescimento e nos processos de decisão profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como citado anteriormente, o objetivo deste artigo é entender a importância da saúde mental nas empresas, como também: identificar o quanto as relações negativas interpessoais podem afetar no desempenho da empresa, ilustrar o porquê é tão importante ter saúde mental e identificar os principais tipos de transtornos psicológicos.

Buscou-se compreender que é importante o profissional buscar ter saúde mental para um maior desempenho nas tarefas diárias como também nas tarefas do trabalho. Pois quando um trabalhador não anda bem psicologicamente todo o corpo da empresa é afetado. A psicodinâmica do trabalho enfatiza a centralidade do trabalho na vida dos trabalhadores, e analisando esses aspectos podem chegar à saúde ou doença. As relações negativas interpessoais afetam a saúde do trabalhador pois

conviver com o outro não é fácil e conviver no trabalho com o outro sem entender o comportamento de cada indivíduo é quase impossível, com isso o trabalhador pode adquirir algum transtorno psíquico, como o estresse. As empresas precisam de alguma forma proporcionar um ambiente de trabalho mais agradável, pois a influência do bom ambiente aumenta a produtividade e por consequência melhora o andamento da empresa.

Por meio do presente estudo foi possível identificar alguns transtornos mentais que boa parte dos profissionais sofrem, pudemos ver que isso afeta a empresa em seu desempenho. Com os dados analisados percebemos que a empresa em questão também não está isenta de ter trabalhadores que sofram psicologicamente. Dentre os que responderam à pesquisa, a maioria sofre de ansiedade. Depressão e estresse também fazem parte da vida de alguns colaboradores. Analisamos também que a maioria nunca teve apoio emocional em seu ambiente de trabalho, é um assunto que precisa ser falado, pois faz parte do colaborador. Perceber sinais como esses, fazem diferença na organização, pois o cuidado com o colaborador é indispensável para todos que compõem a empresa ajudando a lidar com contratemplos e gerenciar as emoções.

Os investimentos em cuidado com a saúde mental também contribuem para o sucesso da empresa. Pesquisa mostra que empresas com altos níveis de conscientização sobre a saúde mental são muito mais sucedidas, um trabalhador feliz é 31% mais produtivo, três vezes mais criativo e vende 37% mais (Lisboa, 2020).

As empresas podem ter iniciativas para ajudar os trabalhadores com transtornos mentais, flexibilizando a sua carga horária, redesenhando o trabalho, enfrentando dinâmicas negativas do ambiente de trabalho e tendo comunicação de apoio confidencial, iniciativas como essas podem ajudar pessoas que sofrem com transtornos mentais. É importante para a empresa manter os trabalhadores bem psicologicamente promovendo apoio psicológico para ter um ambiente de trabalho mais saudável para que assim os trabalhadores continuem ativamente na produtividade da empresa.

6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÃO DE PESQUISAS FUTURAS

O presente estudo apontou limitações geográficas e de público por se tratar de uma pesquisa realizada com um grupo de colaboradores da Central de Atendimento de uma Instituição de Ensino Superior do recôncavo baiano. Além de dificuldades encontradas no processo de coleta dos dados, no que tange ao tempo disponibilizado

para essa etapa é a resposta do questionário aplicado, visto que o grupo estudado se mostrou com altas demandas no trabalho.

Outros estudos podem ser realizados nos demais setores da instituição ou, no mesmo setor de uma instituição distinta, a fim de chegar a resultados mais assertivos e específicos, levantando a possibilidade de análises comparativas e evidenciando a necessidade de estudos com temáticas semelhantes.

REFERÊNCIAS

CIN – Centro de Informática da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco Técnicas de Análise Qualitativa (texto disponibilizado para estudos). Disponível em <http://www.cin.ufpe.br/~pcart/metodologia/pos/Mayring043.pdf>, visto em 20/12/2012.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos**: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada. Blumenau, V. 2, n. 4. 2008.

DEMO. Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000,

DIAS, Donaldo de Souza e SILVA, Mônica Ferreira. **Como escrever uma monografia**: manual de elaboração. São Paulo: Atlas, 2010.

DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. **Estatística Aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FEIJÓ, Ricardo. **Metodologia e filosofia da ciência**: aplicação na teoria social e estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2003.

GUNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa**: esta é a questão? In Psicologia :Teoria e Pesquisa. Vol 22, n. 02. 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo**: oposição ou complementaridade? In Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro. 1993.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. São Paulo: Rêspel, 2005.

VIANA, Willian Barbosa. **O design da pesquisa qualitativa**: questões a considerar. In Anais do XIII SIMPEP. Baurú, São Paulo. 2006.

IV

PROCESSO INFLAMATÓRIO NA OBESIDADE: PAPEL MODULADOR DA NUTRIÇÃO

Camila Ferreira De Jesus²⁸, Laysa Souza De Jesus²⁹, Marina Cerqueira Dos Santos³⁰

RESUMO

Este estudo tem por objetivo verificar o que as publicações científicas nos últimos cinco anos abordam sobre o papel modulador da Nutrição no tratamento anti-inflamatório de pacientes obesos. É um estudo exploratório, com análise de exposição qualitativa, através de proposições de diversos autores. As referências foram extraídas do banco de dados da ABESO, do banco de teses e artigos da CAPES e do PUBMED. Na pesquisa bibliográfica foi realizado uma análise conceitual sobre as variáveis que envolvem a obesidade. Esta pesquisa apresenta inicialmente a fisiopatologia da obesidade, discute a inflamação crônica associada a obesidade e as repercussões da inflamação metabólica na permeabilidade intestinal. Logo após apresenta os autores que discutem a ação dos probióticos e prebióticos na modulação do quadro inflamatório da obesidade. E, por fim, faz comparativos das publicações científicas através de quadros conceituais e assim considera que as cepas de *Lactobacilos* e *Bifidobactéria* demonstram efeitos significativos sob a cadeia inflamatória da obesidade. Os resultados apontados mostraram alterações relevantes nos níveis de citocinas pró-inflamatórias, como leptina, TNF- α , Interleucinas de caráter inflamatório, regulação do peso e balanço energético, redução da resistência à insulina ocasionada pela melhora da resposta inflamatória, redução do LPS sérico, que caracteriza a endotoxemia metabólica, condição adquirida pelo aumento da permeabilidade. Conclui-se que os probióticos e prebióticos são síncronos para garantir uma microbiota saudável e são eficientes moduladores do perfil inflamatório da obesidade, sendo necessário mais pesquisas que garantam a efetividade do uso em humanos.

Palavras-Chave: Obesidade. Probióticos e Prebióticos. Permeabilidade Intestinal. Inflamação. Microbiota Intestinal.

ABSTRACT

This study aims to verify what scientific publications in the last five years address about the modulating role of Nutrition in the anti-inflammatory treatment of obese patients. It is an exploratory study, with qualitative exposition analysis, through propositions of several authors. The references were extracted from the ABESO database, from the CAPES and PUBMED database of theses and articles. In the bibliographical research, a conceptual analysis was carried out on the variables that involve obesity. This research initially presents the pathophysiology of obesity, discusses chronic inflammation associated with obesity and the repercussions of metabolic inflammation on intestinal permeability. Soon after, it presents the authors who discuss the action of probiotics and prebiotics in the modulation of the inflammatory condition of obesity. And, finally, it compares scientific publications through conceptual frameworks and thus considers that strains of *Lactobacillus* and *Bifidobacteria* demonstrate significant effects on the inflammatory chain of obesity. The indicated results showed relevant alterations in the levels of pro-inflammatory cytokines, such as leptin, TNF- α , interleukins of an inflammatory nature, regulation of weight and energy balance,

²⁸ Graduada em Nutrição pela Faculdade Anísio Teixeira (FAT) - camilaferreira789@gmail.com

²⁹ Graduada em Nutrição pela Faculdade Anísio Teixeira (FAT)

³⁰ Graduada em Nutrição pela Faculdade Anísio Teixeira (FAT)

reduction of insulin resistance caused by the improvement of the inflammatory response, reduction of serum LPS, which characterizes metabolic endotoxemia, a condition acquired by increased permeability. It is concluded that probiotics and prebiotics are synchronous to ensure a healthy microbiota and are efficient modulators of the inflammatory profile of obesity, requiring further research to ensure the effectiveness of their use in humans.

Keywords: Obesity. Probiotics and Prebiotics. Intestinal Permeability. Inflammation. Gut microbiota.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade atualmente é um dos maiores problemas de saúde pública, de acordo com dados do Ministério da Saúde (MS), mais de 50% da população brasileira está com sobrepeso e a obesidade já atinge em 20% as pessoas adultas. Uma boa definição para a obesidade é uma enfermidade inflamatória crônica de baixa intensidade, de etiologia obscura, tendo o tecido adiposo como protagonista deste quadro, onde influências culturais, determinantes genéticos e fisiopatológicos estejam relacionados. (SILVA e Mura) (PRADO). A herança poligênica influencia 50 a 80% no desenvolvimento da obesidade, demonstrando a sua carga genética (ABESO,2010) Vale destacar que é o excesso de tecido adiposo abdominal que mais caracteriza tais comorbidades, como alterações nos níveis de lipoproteínas e fator de risco para alguns tipos de cânceres. (SILVA, 2015)

A nutrição tem como princípio garantir a homeostase do organismo através do papel preventivo e modulador de enfermidades. Recentes estudos vêm apresentando uma relevante massa de conhecimento científico sobre a interação de alimentos e organismo e sua aplicação na terapêutica do perfil inflamatório de pessoas obesas. Observa-se nestas pesquisas que os probióticos e prebióticos são eficientes moduladores do perfil inflamatório da obesidade, produzindo melhorias. Nesta perspectiva, é demonstrado que colônias específicas modulam citocinas inflamatórias, reduzem a resistência à insulina e contribuem para a redução do peso. Por tanto, este artigo tem como objetivo discutir o que as recentes pesquisas comprovam do papel da nutrição na terapêutica do quadro inflamatório da obesidade a partir do uso de prebióticos e probióticos.

Há algum tempo o tecido adiposo era definido como maior órgão responsável por armazenar energia, hoje está sendo estudado como um órgão endócrino, que submetido a um metabolismo com excesso de nutrientes, ocasiona uma inflamação metabólica sistêmica no organismo causando sérias complicações

(FRANCISQUETI; NASCIMENTO; CORRÊA, 2015). Sabe-se que a resposta inflamatória se dá a partir de um sinal enviado aos mediadores inflamatórios por moléculas endógenas (alarminas), liberadas por células lesionadas e que são ativadas por células imunológicas, estresse ou mediadores inflamatórios. Esses mediadores inflamatórios são chamados citocinas pró-inflamatórias (REISNER, 2016).

As adipocinas são peptídeos bioativos com funções distintas no metabolismo, no entanto alguns tipos específicos vêm tendo maior destaque na literatura – fator de necrose tumoral (TNF- α) e interleucina-6 (IL-6) responsáveis pelo início do processo inflamatório da obesidade. (SIPPEL et al, 2014, CUPPARI, 2009). O TNF- α é um marcador inflamatório, responsável principalmente pela necrose de células tumorais. Apresenta associação com distúrbios de obesidade e resistência a insulina, através da participação no metabolismo da glicose de forma inversa e supressão da sinalização da presença de insulina. Estudos demonstram maior nível de TNF- α em pacientes obesos, uma vez que se relaciona com o aumento de tamanho e número das células adipócitas. Esta adipocina está associada também no processo de aterogênese, uma vez que ela induz a adesão de monócitos na parede do endotélio (SETHI, 1999; WARNER, 2003).

A IL-6 é uma citocina pró-inflamatória produzida pelo tecido adiposo, e por várias outras células e tecidos como: fígado, SNC, endotélio e pâncreas, aliada ao TNF- α forma o grupo mais importante de citocinas pró-inflamatórias. As concentrações circulantes de IL-6 estão associadas com a percentagem de gordura corporal, acúmulo de gordura hepática e RI. A mesma age diminuindo a sinalização de insulina nos tecidos periféricos, inibe a adipogênese e estimula a lipólise, podendo contribuir para patogênese da doença aterosclerótica. Há dados que comprovam outros efeitos da IL-6 associados à obesidade, como a indução de produção hepática de Proteína C reativa (PCR). (GARCIA, 2002).

É sabido que a dieta hiperlipídica tem associação com a inflamação, por induzir a translocação de LPS, que é reconhecido como uma endotoxina, constituída por uma fração de lipídeos e outra de polissacarídeo, ocasionando a inflamação sistêmica. Moreira e Alfenas (2012), descrevem que essa endotoxina atravessa a barreira intestinal através dos quilomícrons, atingindo o Sistema linfático e conseguinte a corrente sanguínea. Uma vez presente na circulação o LPS é capaz de induzir respostas imunes e ativar vias que levam a inflamação, inibindo a sinalização insulínica

e promovendo o ganho de peso, caracterizando assim a Endotoxemia metabólica (EM). (CANI et al., 2007); (RAETZ; WHITFIELD, 2002); (CANI et al., 2009).

Este evento ocorre a partir de uma quebra da homeostase de barreira intestinal, caracterizada por estruturas complexas e dinâmicas que incluem uma série de proteínas juncionais, funcionalmente definidas como junções firmes, que tem papel de regular a passagem de íons, solutos e água através do intestino, impedindo a translocação de LPS em condições normais. (ORIÁ; BRITO, 2016). O estudo de Cani et al. (2009), demonstrou que camundongos obesos apresentam um aumento da permeabilidade intestinal, sendo um fenótipo inflamatório de alteração da microbiota intestinal, com produção excessiva de TNF- α alterando as proteínas juncionais. Além disso o LPS foi descrito como um forte estimulante na liberação de várias citocinas que exercem papel indutor da resistência à insulina. (CANI, et al., 2007)

Segundo a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO, WHO, 2006), o termo probiótico é relativamente novo, sendo definidos como microrganismos vivos que quando consumidos em quantidade adequada produz efeitos benéficos para o organismo. A microbiota intestinal sofre influências de diversos fatores, tais como idade, gênero, composição corporal e em destaque principal o padrão dietético. Utilizando a metagenômica, Franzosa (2015), inferiu que cada indivíduo tem microbiota única, como “impressões digitais”. Sendo assim a genética também interfere na resposta ao tratamento de prebióticos e probióticos para modulação intestinal.

Os probióticos e prebióticos tem íntima relação, uma vez que uma das definições mais aceitas para prebióticos é que são polissacarídeos dietéticos indigeríveis, pois o TGI não possui enzimas para tal, promovendo o crescimento de bactérias intestinais. (Dahiya, et al 2017) Os lactobacillus e bifidobacterias, segundo Slavin (2013), são os seus gêneros alvo habituais, por conta do seu metabolismo sacarolítico. A inulina e os frutooligosacarídeos compõem os prebióticos largamente utilizados na alimentação popular, na presença de alimento como banana verde, chicória, alho poró, alho, aveia, mel, maçã, psyllium, centeio, cevada, tomate, alcachofra, ameixa, pêra, cebolinha.

As comorbidades associadas a obesidade e o perfil inflamatório da obesidade também é alvo para modulação dos probióticos e prebióticos. Segundo SHIN, et. al., (2017), a atenuação do perfil inflamatório e desordens metabólicas pode se dá por meio da redução das citocinas inflamatórias TNF- α e IL-6, a partir da suplementação de probióticos da espécie Lactobacillus e Bifidobacterium. Quanto aos prebióticos aplica-se ao tratamento da permeabilidade intestinal, onde variados autores

supõem que é um possível gatilho para o desenvolvimento da obesidade (CANDELLA et al, 2016; GALLAND, 2014).

2 METODOLOGIA

Este é um estudo exploratório, com uma análise de exposição qualitativa, onde buscou-se respostas em publicações recentes das bases de dados PUBMED, ABESO e CAPES. Quanto ao método, trata-se de um estudo bibliográfico, com escolha de exemplares da literatura acerca do processo inflamatório da obesidade e publicações dos últimos 05 anos para sintetizar os resultados. Para análise dos dados, foram adotados conceitos e dados estatísticos do processo inflamatório da obesidade, pesquisas científicas que abordam os efeitos da permeabilidade intestinal no indivíduo e a ação dos probióticos e prebióticos na modulação intestinal. Foram considerados estudos empíricos, com eficiência comprovada e reconhecida por órgãos competentes e reguladores, bem como estudos teóricos fundamentados e referenciados.

Para análise sistemática, foram selecionados 16 artigos dentro do período estimado de 2012 a 2017, extraídos da base de dados do PUBMED, com as seguintes palavras chaves: obesity, probiotics, lactobacillus, bifidobacterius, inflammation, nutrition, prebiotics, inulin, oligopolysaccharides, fibers, gut, microbiota. Foram escolhidos estudos que possuíam intima relação com a problemática desta pesquisa de acordo com as hipóteses levantadas, pesquisas multicêntricas, casos-controle, revisões bibliográficas, tendo como característica de escolha a relevância destes na comunidade científica, o desenho do estudo, declaração de ética e principais referências. Estudos que se distanciavam do objetivo de pesquisa foram excluídos. No total, foi realizada análise qualitativa de 12 artigos, dissociados por grupos de cepas, sendo respectivamente, Lactobacillus, Bifidobacterium, e por último, fibras prébioticas. Este trabalho foi realizado sobre cautela de inviolabilidade dos direitos garantidos por lei, sendo tomado por base o art. 7º, da lei nº 9.610/98 e o conceito literário de plágio.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Expõe-se abaixo quadros apresentando artigos extraídos da base dados PUBMED, a fim de analisar os microrganismos, Bifidobactérias e Lactobacilos, considerando-as com base nas pesquisas demonstrarem efeitos mais

expressivos nas comorbidades associadas a obesidade, e os prebióticos na atuação de modulador do quadro inflamatório da obesidade. Os artigos apresentados abaixo foram selecionados com base no objetivo da pesquisa e na relevância científica, tanto dos autores das obras quanto das referências e metodologia por eles utilizada. Sendo assim, será exposto a referência destes artigos, os seus objetivos, as principais considerações e, por fim a estrutura metodológica onde na sua maioria são estudos empíricos, sendo que dos 12 apenas 2 são de revisão bibliográfica, demonstrando o quanto a massa científica está dando ênfase aos estudos dos efeitos de prebióticos e probióticos na modulação da obesidade.

Tabela 1 – Relação e análise dos artigos selecionados

ARTIGO	OBJETIVOS	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES	ESTRUTURA METODOLÓGICA
<p>DIAZ. J. P. et al. Efeitos do Lactobacillus paracasei CNCM I-4034, da Bifidobacterium breve CNCM I-4035 e do Lactobacillus rhamnosus CNCM I-4036 sobre a Esteatose Hepática em Ratos Zucker In: Revista Eletrônica PLOS-one. Califórnia: Ed. 9 v. 05. 2014.</p>	<p>Avaliar os efeitos dessas cepas probióticas em comparação com o placebo sobre a esteatose hepática de ratos obesos.</p>	<p>Segundo resultados analisados, as cepas probióticas melhoram a esteatose hepática através de uma diminuição no LPS sérico e diminuíram citocinas pró-inflamatórias de ratos Zucker obesos, sustentando que as bactérias intestinais podem afetar o metabolismo do fígado.</p> <p>Ressalta-se que as cepas administradas não afetou os parâmetros bioquímicos de resistência à insulina e adipocinas.</p>	<p>Estudo experimental in vivo, com placebo.</p>
<p>DIAZ. J. P. et al. Efeitos imunossupressores e de segurança de três cepas probióticas isoladas de fezes de bebês amamentados em adultos saudáveis: estudo</p>	<p>Investigar a tolerância, segurança e colonização das cepas probióticas mencionadas, segundo as diretrizes da FAO/OMS e seus potenciais efeitos imunomoduladores pela quantificação de</p>	<p>O principal achado das análises realizadas é que as cepas L. paracasei CNCM I-4034, B. Breve CNCM I-4035 e L. Rhamnosus CNCM I-4036 exercem efeitos imunomoduladores.</p>	<p>Estudo multicêntrico, randomizado, duplo-cego, controlado por placebo com voluntários saudáveis em</p>

<p>SETOPROB. In: Revista Eletrônica PLOS-one. Califórnia. Ed. 8. V. 10. 2013.</p>	<p>citocinas e IgA secretora em soro e fezes de voluntários.</p>	<p>Níveis aumentados das moléculas anti-inflamatórias (IL-4, IL-10, IL-10/IL-12) e diminuídos de pró-inflamatórias (TNF-α/IL-10). Tendo a cepa <i>L. rhamnosus</i> o efeito imunomodulador mais robusto.</p>	<p>três cidades espanholas.</p>
<p>YOUNG. P. D. et al. Suplementação de <i>Lactobacillus curvatus</i> HY7601 e <i>Lactobacillus plantarum</i> KY1032 em ratos obesos induzidos por dieta está associada a alterações microbianas no intestino e redução na obesidade. In: Revista Eletrônica PLOS-one. Califórnia. Ed. 8 V.3. 2013.</p>	<p>Investigar os efeitos funcionais do tratamento probiótico sobre a microbiota intestinal, bem como a expressão do gene do fígado e adipose em camundongos obesos induzidos por dieta.</p>	<p>Os ratos obesos induzidos por dieta tratados com probióticos mostraram redução no ganho de peso corporal e no acúmulo de gordura, bem como diminuição dos biomarcadores de insulina plasmática, leptina, colesterol total e toxicidade hepática. Foram observadas alterações significativas na composição da microbiota, com alterações no tecido adiposo, fígado e genes pró-inflamatórios.</p>	<p>Estudo in vivo, randomizado controlado por placebo.</p>
<p>ROSELLI. M. et al. Impacto da suplementação com uma comunidade microbiana derivada de alimentos na inflamação associada à obesidade e composição da microbiota intestinal. Itália. In: Revista Eletrônica Gene's e Nutrition. V.12: 115. 2017.</p>	<p>Avaliar o impacto da suplementação com um complexo consórcio bacteriano de origem alimentar sobre a inflamação associada à obesidade e a composição da microbiota intestinal em um modelo de camundongos.</p>	<p>A suplementação com um consórcio bacteriano biodiverso de origem alimentar pode exercer efeitos benéficos sobre a inflamação associada à obesidade e parâmetros relacionados a saúde mais efetivamente do que a suplementação de uma única cepa.</p>	<p>Estudo in vivo, controlado por placebo.</p>

Fonte: Elaboração própria

O estudo de DIAZ et al. (2013), utilizou como variável primária de desfecho a segurança, tolerância e persistência dos probióticos de acordo com os parâmetros da FAO/OMS. Logo, como variáveis secundárias foram, populações bacterianas, efeitos imunomoduladores (produção de citocinas e IgA secretora), análises microbiológicas e populações de linfócitos.

Apontando quanto resultado da primeira variável, que as três cepas probióticas eram seguras e bem toleradas por indivíduos saudáveis. Quanto as populações bacterianas os resultados mostraram que o grupo bacteroide aumentou enquanto de bifidobacterium spp. diminuiu nas fezes dos indivíduos mantidos em placebo. Além disto, houve uma diminuição significativa de Lactobacillus no grupo placebo, demonstrando que, tanto a administração de probiótico quanto a de placebo, modificou as populações bacterianas nas fezes dos voluntários.

Quanto ao teor de IgA secretora, houve um aumento significativo após a intervenção de 30 dias, indicando que a B. breve exerce efeito na linha de defesa para proteção do epitélio intestinal.

Houveram achados relevantes num aumento significativo na porcentagem de linfócitos T CD4+ e relação CD4+/CD8+ no sangue dos voluntários mantidos em L. paracasei e já nos placebos e nos mantidos em L. rhamnosus e B. breve, houve aumento de linfócitos T regulatórios. Nisto concorda e contribui ROSELLI, et. al., (2017), que no seu estudo buscou comparar os efeitos da suplementação de um complexo de probióticos, sendo as cepas Lactobacillus delbrueckii, Lactobacillus fermentum e Leuconostoc lactis, concluindo que de acordo com os parâmetros linfocitários encontrados, os probióticos tem efeito anti-inflamatório global no tratamento da obesidade.

Quanto as citocinas, DIAZ et al. (2014); DIAZ, et. al, (2013); YOUNG, et. al. (2013) e ROSELLI et al., (2017), concordam com base em seus resultados de estudos empíricos que a administração de Lactobacillus conforme cepa estudada, obteve substancial redução dos marcadores de citocinas inflamatórias. Tendo DIAZ et al. (2013) o resultado de maneira mais detalhada, onde L. rhamnosus e L. paracasei apresentou da relação pró-inflamatória TNF- α /IL-10, dando destaque a L. rhamnosus que também apresentou aumento da concentração de IL-4 e IL-10, ambas de perfil anti-inflamatórias.

Cabe destacar no estudo de YOUNG et al. (2013), que o tratamento de administração das seguintes cepas: L. curvatus HYT601 e L. plantarum KY1032, reduzem a lipogênese, reduzindo a captação de ácidos graxos e aumentando a lipólise. Unindo estes resultados ao encontrado por DIAZ et al. (2014) que enfatiza que as cepas analisadas têm efeito anti-esteatótico, por reduzir o LPS sérico com consequente benefício no quadro da permeabilidade intestinal instaurada em obesos que por sua vez também irá colaborar para a redução dos marcadores inflamatórios.

Quanto aos níveis de adipocinas, glicose, colesterol (HDL e LDL) e triglicerídeos DIAZ et al (2014) e ROSELLI et al (2017) coincidem em resultados que o tratamento com probióticos não exercem efeitos nos parâmetros dos marcadores de adipocinas e glicose, com uma ressalva aos estudos de ROSELLI onde encontraram redução nos marcadores de Colesterol (HDL e LDL) e triglicerídeos com as cepas analisadas.

Conclui-se que os resultados encontrados contribuem para afirmação da hipótese levantada no presente estudo que os probióticos são eficientes moduladores do perfil inflamatório de pacientes obesos e que garantir o crescimento microbiano de populações específicas é um viés para a modulação das características de expansão do tecido adiposo.

Tabela 2 – Análise dos artigos selecionados

ARTIGO	OBJETIVO	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES	ESTRUTURA METODOLÓGICA
LING, X. et al. Efeitos protetores de Bifidobacterium na função da barreira intestinal na lesão de barreira de enterócitos induzida por LPS de monocamadas de Caco-2 e em um modelo de NEC de rato. PLoS One , Estados Unidos, 2016.	Investigar os efeitos protetores e os mecanismos subjacentes da bifidobactéria na função da barreira intestinal na lesão por barreira de enterócitos induzida por LPS de monocamadas de Caco-2 e em um modelo de NEC de rato.	Segundo resultados analisados, a bifidobactéria protegeu a função da barreira intestinal <i>in vitro</i> e em um modelo de enterocolite necrosante neonatal (NEC) em ratos; reduziu resposta inflamatória em <i>in vitro</i> e um modelo de NEC em ratos; preveniu o rompimento das junções estreitas <i>in vitro</i> e em um modelo de NEC em ratos;	Estudo experimental <i>in vivo</i> e <i>in vitro</i> com o modelo animal rato Sprague-Dawley e células humanas Caco-2.
PÉREZ, A. M. et al. Bifidobacterium pseudocatenulatum CECT 7765 Reduz	Decifrar mecanismos pelos quais a intervenção no ecossistema	A B. pseudocatenulatum CECT 7765 reduziu o ganho	Estudo experimental <i>in vivo</i> com

<p>Inflamação Associada à Obesidade Restaurando o Equilíbrio Linfocito-Macrófago e a Estrutura Microbiota do Intestino em Ratos Alimentados com Dieta de Alta Gordura. Plos One, Estados Unidos, 2015.</p>	<p>intestinal com uma cepa específica de Bifidobactéria reduz a inflamação sistêmica e melhora a função metabólica em camundongos alimentados com dieta hiperlipídica (HDF)</p>	<p>relativo de peso em 30% no grupo DH (Dieta hiperlipídica), bem níveis de esteatose hepática e hipertrofia de adipócitos. A <i>B. pseudocatenulatum</i> CECT 7765 reduziu o nível de leptina e insulina em jejum, melhorou a tolerância a glicose e sensibilidade a insulina; reduziu a infiltração de células imunes no tecido adiposo e no fígado de ratos obesos; reduziu a concentração de citocinas pró inflamatórias. Os ratos do grupo HD apresentaram maiores concentrações de LPS, e observou-se uma redução da endotoxemia metabólica após administração de <i>B. pseudocatenulatum</i> CECT 7765.</p>	<p>camundongos C57BL-6.</p>
<p>MILHÕES, M. et al. A microbiota intestinal associada à obesidade é enriquecida em <i>Lactobacillus reuteri</i> e depletada em <i>Bifidobacterium animalis</i> e <i>Methanobrevibacter smithii</i>. Revista de Obesidade Internacional. França, 2012.</p>	<p>MILHÕES, M. et al. A microbiota intestinal associada à obesidade é enriquecida em <i>Lactobacillus reuteri</i> e depletada em <i>Bifidobacterium animalis</i> e <i>Methanobrevibacter smithii</i>. Revista de Obesidade Internacional. França, 2012.</p>	<p>MILHÕES, M. et al. A microbiota intestinal associada à obesidade é enriquecida em <i>Lactobacillus reuteri</i> e depletada em <i>Bifidobacterium animalis</i> e <i>Methanobrevibacter smithii</i>. Revista de Obesidade Internacional. França, 2012.</p>	<p>MILHÕES, M. et al. A microbiota intestinal associada à obesidade é enriquecida em <i>Lactobacillus reuteri</i> e depletada em <i>Bifidobacterium animalis</i> e <i>Methanobrevibacter smithii</i>. Revista de Obesidade Internacional. França, 2012.</p>

<p>TOJO, Rafael; et al. Microbiota intestinal e saúde e na doença: papel das bifidobactérias na homeostase intestinal. <i>World Journal of Gastroenterology</i>, Espanha, 2014.</p>	<p>Internacional de Obesidade. França, 2012.</p>	<p>TOJO, Rafael; et al. Microbiota intestinal e saúde e na doença: papel das bifidobactérias na homeostase intestinal. <i>World Journal of Gastroenterology</i>, Espanha, 2014.</p>	<p>TOJO, Rafael; et al. Microbiota intestinal e saúde e na doença: papel das bifidobactérias na homeostase intestinal. <i>World Journal of Gastroenterology</i>, Espanha, 2014.</p>
	<p>TOJO, Rafael; et al. Microbiota intestinal e saúde e na doença: papel das bifidobactérias na homeostase intestinal. <i>World Journal of Gastroenterology</i>, Espanha, 2014.</p>		

Fonte: Elaboração própria

Dados afirmados por Ling, (2016), sugerem que estudos recentes identificam a cepa de Bifidobactéria obrigatória na modulação de disbioses intestinais por ser capaz de proteger a função da barreira intestinal, resultando numa redução de doenças gastrointestinais, permeabilidade intestinal e produção de citocinas pró-inflamatórias, por meio da regulação das junções intercelulares.

Peréz, (2015) afirma nos resultados obtidos através da avaliação da microbiota de camundongos obesos, o alto consumo da dieta ocidental provoca sérias alterações metabólicas, inclusive, resultando em fragmentos de bactérias gram-negativas (LPS), adquiridas especificamente através da dieta hiperlipídica. Estes dados também foram defendidos por Ling, 2016.

Concentrações elevadas de LPS na corrente sanguínea caracterizam a endotoxemia metabólica, dados sustentados pelo estudo de Peréz, 2015, encontraram uma forte associação de endotoxemia metabólica nos ratos obesos que receberam dieta hiperlipídica, no entanto, após período de intervenção com *B. pseudocatenulatum* CECT 7765 ocasionou-se redução significativa da endotoxemia metabólica em ratos

obesos, inclusive, diminuiu também os níveis de proteobactérias no intestino paralelamente.

Ling 2016, avaliou os efeitos alcançados a partir da administração de Bifidobactéria em células humanas Caco 2, tratadas com LPS para lesionar a barreira epitelial protetora, a fim de verificar se esta cepa contribui para a modulação da permeabilidade intestinal, e esta tratativa foi confirmada através dos resultados obtidos, onde a administração da cepa probiótica *Bifidobactéria* preveniu o rompimento das junções intercelulares, reduziu a resposta inflamatória e protegeu a integridade da barreira epitelial. Desta forma, nota-se que tanto Ling quanto Pérez trazem resultados que afirmam a hipótese anteriormente apresentada neste estudo.

Resultados de pesquisas propõem que bactérias patogênicas são frequentemente encontradas na microbiota de pessoas obesas, enquanto alguns gêneros de bactérias, como exemplo a *Bifidobactéria*, vêm sendo associadas a microbiota de pessoas magras. (MILHÕES, 2012.). Esses resultados enriquecem a hipótese de que a definição do pool de bactérias intestinais são cruciais na modulação da obesidade, haja vista que uma alteração na composição da microbiota torna-se um forte agravante para o surgimento de inflamação crônica de baixo grau.

Dados que comprovam essa hipótese foram obtidos também por Pérez, 2015, onde a administração de *B. pseudocatenulatum* CECT 7765 em camundongos obesos induzidos por dieta hiperlipídica, apresentaram redução do ganho de peso do início ao final da intervenção, em aproximadamente 30%.

Já no estudo desenvolvido por Milhões (2012), houve o interesse de avaliar se cepas probióticas (*Lactobacillus* e *Bifidobactérias*) tinham íntima relação com fenótipo do hospedeiro, considerando pessoas magras e pessoas obesas, e os resultados obtidos afirmaram que fezes de pessoas obesas possuíam menores quantidades de *Bifidobacterium animalis*, enquanto em amostras de fezes de pessoas magras, esta cepa foi encontrada em maior quantidade, estando assim relacionada com um indicativo de peso normal.

Tojo (2014), analisou estudos que avaliaram o efeito modulador da *bifidobactéria* isolada ou junto a outras cepas em humanos com doenças gastrointestinais. Os dados encontrados pelos autores confirmam a hipótese de que a *bifidobactéria* contribui de forma significativa para melhora de sintomas associados a disbiose intestinal, redução de resposta inflamatória comum em doenças inflamatórias do intestino, e em doenças respiratórias, hepáticas e na obesidade.

Tabela 3 – Análise dos artigos selecionados

ARTIGO	OBJETIVO	PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES	ESTRUTURA METODOLÓGICA
AGUIRRE, M. et al. A microbiota intestinal de indivíduos magros e obesos contribui de forma diferentes para a fermentação de arabinogalactana e inulina. Brasília, Brasil, 2016.	Compara os perfis de fermentação de arabinogalactana (AG) e a prebiótica inulina (IN) pela microbiota magra ou obesa.	O artigo afirma que a arabinogalactana (AG) pode ter um fator protetor contra a inflamação e promover saciedade em indivíduos obesos, por meio do metabólito propionato.	Estudo experimental in vitro.
BRAHE, L. K. Modulação dietética da microbiota intestinal – um estudo randomizado controlado em mulheres obesas na pós-menopausa. Br J Nutr. França, 2015.	Investigar o efeito de intervenções com Lactobacillus paracasei F19 ou mucilagem de linhaça na microbiota intestinal e marcadores de risco metabólico na obesidade.	O estudo afirma que a ingestão de mucilagem de linhaça pode melhorar a sensibilidade a insulina e modificar a microbiota intestinal de indivíduos obesos.	Estudo randomizado controlado.
DAHIYA, D. K. et al. Modulação da microbiota intestinal e sua relação com a obesidade usando fibras pré-bióticas e probióticos: uma revisão. Índia. Microbiol Frontal, 2017.	Discutir os mecanismos atuais pelos quais a microbiota intestinal interage com o metabolismo energético do hospedeiro no contexto da obesidade.	O artigo afirma a partir da análise de outros estudos que os prebióticos desempenham um papel importante na melhora do quadro de obesidade através da promoção de crescimento bacteriano.	Revisão bibliográfica.
JIANG, T. et al. A pectina derivada da maçã modula a microbiota intestinal, melhora a função da barreira intestinal e	Determinar os efeitos potenciais da pectina derivada da maçã sobre o ganho de peso, microbiota intestinal,	O artigo afirma que houve uma redução de fatores pró-inflamatórios como TNF α e IL-6 que podem causar resistência à insulina, a	Estudo experimental in vivo.

atenua a endotoxemia metabólica em ratos com obesidade induzida pela dieta, China. Nutrientes, 2016.	barreira intestinal e endotoxemia metabólica em modelos de ratos com obesidade induzida por dieta.	suplementação de pectina pode aliviar levemente à resistência a insulina em ratos alimentados com DHF.	
--	--	--	--

DAHIYA et al (2017); AGUIRRE et al (2016) concordam sobre o papel dos prebióticos na capacidade de modular os peptídeos intestinais principalmente o GLP-1 que atua como redutor do apetite e promotor de saciedade e o PYY que regula positivamente a digestão e absorção dos alimentos.

JIANG et al (2016), afirma que a fibra dietética desempenha papel importante no tratamento da obesidade e tem efeitos hipoglicêmicos e hipolipemiantes, num estudo em ratos obesos por dieta induzida demonstrou que a pectina da maçã suprime o ganho de peso e a deposição de gordura.

Quanto ao perfil de atenuação da endotoxemia metabólica, o resultado da suplementação mostrou uma redução significativa de LPS e citocinas pró-inflamatórias como TNF- α e IL-6. Quanto a variável de melhora da barreira intestinal observou-se um aumento de RNAm de TLR4 e função de barreira intestinal (tight junctions), apontando a suplementação de pectina da maçã como potencial protetor na prevenção das desordens metabólicas e inflamatórias associadas a obesidade.

Em relação a sensibilidade à insulina causada pela obesidade, BRAHE et al (2015), afirma que a suplementação de mucilagem de linhaça melhorou a sensibilidade a insulina em mulheres obesas pós-menopáusicas a partir da redução no peptídeo C do soro e resposta da insulina após o TOTG, essa melhora pode ser mais bem explicada pelo efeito benéfico de *F. prausnitzii*, potencial produtor de butirato que possui papel anti-inflamatório e melhora as complicações metabólicas associadas a obesidade.

Em uma revisão acerca da modulação da microbiota, DAHIYA et al (2017), afirma que a ciência dos prebióticos e probióticos tem o potencial de combater a obesidade e distúrbios metabólicos associados, mas há a necessidade de estudos mais profundos principalmente em humanos e a análise do crosstalk entre os prebióticos e a microbiota intestinal para uma maior compreensão sobre o assunto.

Todos os autores apresentados concordam sobre o efeito da suplementação de prebióticos e probióticos na melhora do quadro das desordens metabólicas causadas pela obesidade, sendo eficientes moduladores no perfil inflamatório causado pela obesidade e que o desenvolvimento de colônias específicas influencia de forma positiva na expansão do tecido adiposo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa revelou uma relação em cadeia para o acometimento da obesidade, sendo a ruptura da barreira intestinal a protagonista, pensando não somente pela perda das junções apertadas, mas também por um desequilíbrio da microbiota intestinal, onde há um aumento de bactérias patogênicas em detrimento das benéficas. Considera-se que neste cenário a dieta rica em gordura seja o gatilho para tais comorbidades, favorecendo ao posterior acúmulo de gordura, principalmente a visceral, nisto instaura-se o maior agravante do quadro, a inflamação crônica de baixo grau, que trará consigo principalmente a resistência à insulina desencadeada pelas citocinas inflamatórias.

Diante do exposto, buscou-se analisar a ação dos prebióticos e probióticos na modulação do quadro inflamatório de pacientes obesos, verificou também uma relação benéfica, entre os prebióticos e microbiota intestinal saudável, especificamente os probióticos. A ingestão de fibras prebióticas, favorece o desenvolvimento de bactérias benéficas. Destaque para o estudo acima anteriormente apresentado de JIANG et al, (2016) afirma que a pectina da maçã restaurou a relação bacteroides/firmicutes de ratos obesos suplementados, exibindo que há uma alteração de microbiota intestinal na obesidade, acrescenta-se a este fato, que estes ratos suplementados ganharam menos peso durante o estudo, representando um efeito supressor da pectina sob o tecido adiposo, redução das citocinas inflamatórias e aumento das anti-inflamatórias e diminuição dos níveis de LPS sérico, reestabelecendo a barreira intestinal. Sendo assim, confirmando a hipótese que os prebióticos e probióticos são eficientes moduladores do quadro inflamatório de pacientes obesos.

Os lactobacillus e bifidobactérias aqui apresentados em variadas cepas, demonstraram efeitos robustos sobre o tônus inflamatório de pacientes obesos. Atuando na diminuição de marcadores inflamatórios, sendo as mais debatidas a IL-6 e TNF- α , e no aumento de anti-inflamatórios, exibindo a sua importância terapêutica para o tratamento da obesidade. Estudos adicionais são necessários afim de descrever quais os mecanismos de atuação destas bactérias para produzirem tais efeitos.

Sendo assim, segundo os estudos realizados concluiu-se que os probióticos e prebióticos são considerados moduladores do perfil inflamatório que acomete pacientes obesos, por favorecer uma microbiota saudável, levando a diminuição do LPS sérico que irá recuperar a barreira intestinal e tratar o quadro inflamatório. Porém,

estes mesmos estudos demonstram que não exercem efeitos suficientes no perfil das adipocinas.

Esta pesquisa também evidenciou a necessidade que não somente os nutricionistas mas as demais profissões de saúde se engajem para produzir resultados expressivos que consigam reduzir o crescimento das taxas de obesidade mundial, com uma abordagem de tratamento multidisciplinar no que tange as comorbidades associadas a obesidade.

Evidenciando que os probióticos e prebióticos são ferramentas nutricionais promissoras na modulação da obesidade, sendo de máxima importância que os profissionais de nutrição tenham domínio da sua utilização principalmente no que tange a utilização de alimentos com funcionalidade de modulação de microbiota, reconhecendo a importância da integridade da mucosa intestinal na prevenção das DCNT's, tendo uma visão global das comorbidades do paciente obeso, para que nenhuma delas possa ser deixada de lado no tratamento dietético.

A análise qualitativa das hipóteses levou a considerar que há a necessidade de as instituições de pesquisas continuarem aprofundando os estudos empíricos, a fim de avaliar a interferência da variabilidade genética na microbiota intestinal, auxiliando a correta utilização individual diante da necessidade de suplementação na obesidade. Bem como bases mais sólidas de estudos empíricos em humanos dando maior suporte para utilização clínica.

REFERÊNCIAS

ABESO. **Diretrizes brasileira de obesidade**. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDO DA OBESIDADE E SÍNDROME METABÓLICA. 3. ed. São Paulo, 2009.

Disponível em:

<www.abeso.org.br/pdf/diretrizes_brasileiras_obesidade_2009_2010_1.pdf> Acesso em: 17 mar. 2017.

BRASIL.. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. **Ministério da Saúde**. Brasília, 2014. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2014.pdf> Acesso em: 02 abr. 2017.

BRASIL.. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. **Ministério da Saúde**. Brasília, 2017. Disponível em:

<<http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/100/5949633674659.pdf>> Acesso em: 11 de mar. 2018.

FRANCISQUETI, F. V. NASCIMENTO, A. F. do. CORRÊA, C. R. Obesidade, inflamação e complicações metabólicas. **Revista Nutrire**, 2015, 40 (1), p. 81-89. Universidade Estadual Paulista – UNESP – São Paulo, Botucatu. Disponível em: <http://www.sban.org.br/revista_acervo/46/acervo> Acesso em: 17 mar. 2017.

SILVA, S.M.C.S.; MURA, J.D.P. **Tratado de alimentação, nutrição & dietoterapia**. 2º edição. São Paulo, Editora Roca, 2011.

SIPPEL, C, et al. Processos inflamatórios da obesidade. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 12, no 42, out./dez. 2014, p.48-56. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/viewFile/2310/1656> Acessado em: 19 mar. 2017.

CUPPARI. L. **Nutrição: nas doenças crônicas não transmissíveis**. São Paulo. Editora Manole Ltda, 2009.

SETHI JK, HOTAMISLIGIL G. S. O papel do TNF alfa no metabolismo dos adipócitos. **Seminars in Cell Developmental Biology**, v.10, p.19-29, 1999. Disponível em: <https://cdn1.sph.harvard.edu/wp-content/uploads/sites/147/2012/10/1999_Cell-Developmental-Biology_Role-of-TNF-in-Adipocyte-Metabolism_Sethi-GSH.pdf> Acesso em: 26 abr. 2017.

WARNER, J.P. Fator de necrose tumoral alfa: um regulador chave da massa de tecido adiposo. **Journal of endocrinology**. London, Society for endocrinology, 2003. Disponível em: <<http://joe.endocrinology-journals.org/content/177/3/351.long>> Acesso em: 28 abr. 2017.

CANI, P.D, et al. Endotoxemia metabólica inicia obesidade e resistência à insulina. **American diabetes association**. Pubmed, 2007. Disponível em: <<http://diabetes.diabetesjournals.org/content/56/7/1761.long>> Acesso em: 28 abr. 2017.

CANI, Patrice D. et. al., Alterações na microbiota intestinal controlam a inflamação em camundongos obesos através de um mecanismo envolvendo a melhora da permeabilidade intestinal causada por GLP-2. **BMJ Journals**. 2009. Londres. V. 58, ed. 8 p. 1091-1103, Disponível em: < <http://gut.bmj.com/content/58/8/1091.citation-tools>> Acesso em: 12 Mai. 2018

RAETZ, C.R. WHITFIEL, C. Endotoxina Lipopolissacarídeo. **Annual Reviews for Librarian e Agents**. Pubmed, 2002. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev.biochem.71.110601.135414?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori%3Arid%3Acrossref.org&rfr_dat=cr_pub%3Dpubmed&> Acesso em: 28 abr. 2017.

ORIÁ. R. B. BRITO. G. A. C. **Sistema digestório**- Interação básica clínica. Blucher Open Acess. 2016.

DAHIYA, D. K, et al. Modulação da microbiota intestinal e sua relação com a obesidade usando fibras pré-bióticas e probióticos: uma revisão. **Microbiol Frontal**, Suíça, n. 8, p. 563, 4 abr. 2017. Disponível em:

<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fmicb.2017.00563/full>> Acesso: 18 Abr. 2018.

FRANZOSA. E. A. et al. Seqüenciamento e além: integrando ômicas moleculares para perfis de comunidades microbianas. **Nature Microbiology**. Britânia. 2015. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4800835/>> Acesso em: 28 abr. 2018.

SLAVIN. J. Fibra e Prebióticos: Mecanismos e Benefícios para a Saúde. **Nutrients**. 2013. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3705355/>Acesso em: 03 de jan de 2018

SHIN, J. H. et. al,. Melhora das características relacionadas a obesidade por uma formulação probiótica em um modelo de rato obeso induzido por dieta rica em gordura. **Revista Europeia de Nutrição**. Berlim. P. 1-10, jun, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s00394-017-1481-4>> Acesso em 11 mai. 2018.

CANDELA, M., et al. Modulação das disbioses intestinais da microbiota em diabéticos tipo 2 pela dieta macrobiótica de Ma-Pi 2. **The British Journal of Nutrition**. v. 116, n. 1, p. 80-93. Cambridge, 2016. Acesso em: 26 de abril de 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4894062/>

GALLAND, L. O Microbioma Intestinal e o Cérebro. **Journal of Medicinal Food**. v. 17, n. 12, p. 1261–1272. Estados Unidos, 2014. Acesso em: 03 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4259177/>

DIAZ. J. P. et al. Efeitos do Lactobacillus paracasei CNCM I-4034, da Bifidobacterium breve CNCM I-4035 e do Lactobacillus rhamnosus CNCM I-4036 sobre a Esteatose Hepática em Ratos Zucker. **Revista Eletrônica PLOS-one**. Estados Unidos. 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4031175/>. Acesso em: 26 de mar de 2018

DIAZ. J. P. et al. Efeitos imunossupressores e de segurança de três cepas probióticas DUERKOP, BA, VAISHNAVA, S, HOOPER, LV. Immune Responses to the Microbiota at the Intestinal Mucosal Surface. **Immunity - Cell Press**, v. 31, n. 3, p. 368-376. Cambridge, 2009. Acesso em: 03 de maio de 2018. Disponível em: <[https://www.cell.com/immunity/fulltext/S1074-7613\(09\)00367-7?returnURL=https%3A%2F%2Flinkinghub.elsevier.com%2Fretrieve%2Fpii%2FS1074761309003677%3Fshowall%3Dtrue](https://www.cell.com/immunity/fulltext/S1074-7613(09)00367-7?returnURL=https%3A%2F%2Flinkinghub.elsevier.com%2Fretrieve%2Fpii%2FS1074761309003677%3Fshowall%3Dtrue)>

ROSELLI. M. et al. Impacto da suplementação com uma comunidade microbiana derivada de alimentos na inflamação associada à obesidade e composição da microbiota intestinal Itália.2017. **Revista Eletrônica Gene's e Nutrition**. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/29043005>. Acesso em: 26 de mar de 2018.

YOUNG. P. D. et al. Suplementação de Lactobacillus curvatus HY7601 e Lactobacillus plantarum KY1032 em ratos obesos induzidos por dieta está associada a alterações microbianas no intestino e redução na obesidade. **Revista Eletrônica PLOS- one**. Estados Unidos. 2013. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3605452/> Acesso em: 26 de mar de 2018.

LING, X. et al. Efeitos protetores de Bifidobacterium na função da barreira intestinal na lesão de barreira de enterócitos induzida por LPS de monocamadas de Caco-2 e em um modelo de NEC de rato. **PLoS One**, a. 23, n. 11. v. 8. São Francisco, 2016. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27551722>> Acesso em: 25 mar 2018.

MILHÕES, M. et al. A microbiota intestinal associada à obesidade é enriquecida em Lactobacillus reuteri e depletada em Bifidobacterium animalis e Methanobrevibacter smithii. **Revista Internacional de Obesidade**. n. 36. v. 6. p. 817-825. Londres, 2012. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4223251/>> Acesso em: 25 mar 2018.

PÉREZ, A. M. et al. Bifidobacterium pseudocatenulatum CECT 7765 reduz inflamação associada à obesidade restaurando o equilíbrio linfocito-macrófago e a estrutura microbiota do intestino em ratos alimentados com dieta de alta gordura. **Plos One**, n. 10. v. 7. São Francisco, 2015. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21829158>> Acesso em: 25 mar 2018.

TOJO, Rafael; et al. Microbiota intestinal na saúde e na doença: papel das bifidobactérias na homeostase intestinal. **World Journal of Gastroenterology**, a. 7. v. 21. n. 41. p. 15163–15176. Pequim, 2014. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4223251/>> Acesso em: 24 abr 2018.

AGUIRRE, M. et al. A microbiota intestinal de indivíduos magros e obesos contribui de forma diferente para a fermentação de arabinogalactana e inulina. **Plos One**, Reino Unido, v. 11, n. 7. 13 jul, 2016. Disponível em < <http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0159236>> Acesso: 18 Abr. 2018.

BRAHE, L. K. et al. Modulação dietética da microbiota Discute superficialmente Estudo randomizado controlado. O estudo mostra que há uma melhora na sensibilidade à intestinal – um estudo randomizado controlado em mulheres obesas na pós-menopausa. **Br J Nutr**, Reino Unido, v. 114, n. 3, p. 406-417, 2 jul. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0007114515001786>> Acesso: 18 Abr 2018.

JIANG, T. et al. A pectina derivada da maçã modula a microbiota intestinal, melhora a função da barreira intestinal e atenua a endotoxemia metabólica em ratos com obesidade induzida pela dieta. **Nutrientes**. China, v. 8, n. 3, p. 126, 29 fev, 2016. Disponível em: <<http://www.mdpi.com/2072-6643/8/3/126>> Acesso: 18 Abr. 2018.

V

METODOLOGIA CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: UMA DISCUSSÃO SOBRE PESQUISA QUANTITATIVA E PESQUISA QUALITATIVA

Hélio Ponce Cunha³¹

RESUMO

O texto em questão teve por objetivo proporcionar um estudo teórico e epistemológico sobre os métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, principalmente no âmbito das ciências sociais. Em sua construção foi feita uma análise sobre a pesquisa qualitativa, apresentando seus métodos, técnicas de coleta de informações e procedimentos de análise. Em seguida, é feita uma discussão sobre os métodos quantitativos e o papel da estatística e da teoria da probabilidade em sua construção. Também é apresentada uma discussão final sobre a aplicação dos métodos quantitativos e qualitativos nas ciências sociais.

Palavras-chave: Ciências Sociais, Pesquisa Quantitativa, Pesquisa Qualitativa.

ABSTRACT

The text in question aimed to provide a theoretical and epistemological study on quantitative and qualitative research methods, mainly within the social sciences. In its construction, an analysis was made of qualitative research, presenting its methods, information collection techniques and analysis procedures. Then there is a discussion of quantitative methods and the role of statistics and probability theory in their construction. A final discussion on the application of quantitative and qualitative methods in the social sciences is also presented.

Keywords: Social Sciences, Quantitative Research, Qualitative Research.

³¹ Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Feira de Santana, Líder do Grupo de Pesquisa MEGA – Estudos e Mercado, Estratégia, Gestão e Análise Regional. Email: ponce@uefs.br

1 INTRODUÇÃO

É comum entre pesquisadores nos mais diversos níveis alguma confusão sobre o uso dos termos “quantitativo” e “qualitativo” na construção de uma pesquisa científica. Essa confusão se torna ainda mais presente quando se pensa nas Ciências Sociais Aplicadas, uma vez que se trata de uma área que não é Ciência Exata ou Tecnológica (Física, Matemática, Engenharia), mas que também não é Ciência Humana (Pedagogia, Psicologia, Sociologia, Antropologia etc), embora se aproprie de elementos teóricos e analíticos das áreas acima mencionadas, além de outras.

Em algumas situações, é possível perceber em artigos, TCCs (Trabalhos de Conclusão de Cursos) de graduação, dissertações e até em teses de doutorado, informações qualitativas sendo classificadas como quantitativas pelo simples fato de serem apresentadas em tabelas numéricas ou gráficos. Em outros casos, observa-se um “desperdício” de banco de dados (fruto de uma coleta sistemática de pesquisa) por conta de o pesquisador não saber explorar a potencialidade da análise quantitativa.

Este artigo visa analisar teoricamente as diferenças epistemológicas e pragmáticas entre as metodologias quantitativa e qualitativa e, a partir dessa análise, propor uma síntese que as diferencie, principalmente quando forem utilizadas nas Ciências Sociais Aplicadas. Para isso, a pesquisa bibliográfica e documental foi de grande utilidade, principalmente na apropriação dos principais conceitos pertinentes à área. A questão central deste artigo está na identificação das diferenças entre as metodologias (quantitativa e qualitativa) e das oportunidades de aplicação de cada uma delas dentro das Ciências Sociais Aplicadas.

2 CIÊNCIA E MÉTODO CIENTÍFICO

O conceito de *Ciência* está intimamente ligado ao significado do *método*, uma vez que é o método que assegura credibilidade a um trabalho científico. Pode-se entender como ciência a busca pelo conhecimento sistematizado a cerca de um objeto ou fenômeno estudado. Para Kuhn *apud* Dias e Silva (2010, p. 04) “a ciência não é uma aquisição estática e acumulativa e conhecimento e, sim, um processo de destruição e reconstrução. O desenvolvimento do saber não se dá através de sobreposições de conhecimento, mas por revoluções científicas que ocorrem quando se tenta quebrar um modelo ou padrão aceito como paradigma”. Obviamente, a visão de Thomas Kuhn não

é a única para a definição de ciência. Gary Laudan trouxe uma visão diferente e, segundo Feijó (2003), propôs ciência como relevante a partir do momento em que estabelece meios para a resolução de problemas.

Para o autor, o progresso científico é trazido pela solução de problemas empíricos e conceituais e ocorre pela maximização dos problemas empíricos resolvidos, enquanto se minimiza a presença de anomalias e problemas conceituais. A relevância de uma teoria se dá a partir do momento em que esta oferece respostas a problemas significativos. De uma forma mais simplificada e contemporânea, a conceituação de Lakatos e Marconi (1991, pg. 21) dá uma síntese para o significado de ciência:

(...) se constitui em um conjunto de proposições e enunciados, hierarquicamente correlacionados, de maneira ascendente ou descendente, indo gradativamente de fatos particulares para gerais e vice-versa (conexão ascendente = indução; conexão descendente = dedução), comprovados com a certeza de serem fundamentados pela pesquisa empírica (submetida à verificação).

Fica evidente a relevância do *método* para a credibilidade da ciência. A condução de um estudo científico deve seguir procedimentos que assegurem sua validade e condições de contribuir para o campo do conhecimento em que se insere. Espera-se que o produto de uma pesquisa científica esteja atrelado à construção de algo novo, que indique novas perspectivas teóricas ou práticas. Segundo Demo (2000, p. 19),

(...) não é procedimento adequado a simples compilação de ideias das outras sem qualquer elaboração própria. Reconstruir conhecimento significa, portanto, pesquisa e elaborar, impreterivelmente. Pesquisa é entendida tanto como o procedimento de fabricação do conhecimento, quanto procedimento de aprendizagem, sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento.

Desta forma, uma pesquisa para ser considerada científica deve atentar para o método que segundo Galliano *apud* Prestes (2005, pag. 29) “é um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação da verdade, no estudo de uma ciência ou para alcançar determinado fim”. A autora lembra que método não pode ser confundido com técnica (modo de fazer a pesquisa), sendo que as abordagens quantitativas e qualitativas podem permear os diversos métodos selecionados.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE METODOLOGIA / PESQUISA QUALITATIVA

Quando uma pesquisa exige coleta, análise e, principalmente, interpretação de informações coletadas em um contexto com forte presença da subjetividade, esta pesquisa pode ser caracterizada como *qualitativa*. Segundo Flick e Cols *apud* Gunther (2006, pg. 202), “a primazia da compreensão é apontada como princípio do conhecimento, que prefere estudar relações complexas ao invés de explicá-las por meio do isolamento das variáveis”. Desta forma, a pesquisa qualitativa busca analisar com profundidade o contexto das informações coletadas, de forma que os fatores de influência no comportamento das diversas variáveis sejam devidamente considerados.

É preciso, contudo, reduzir alguns preconceitos existentes em relação à pesquisa qualitativa, principalmente quando esta é erroneamente nominada como essencialmente subjetiva. O contexto em que as informações são coletadas pode ser marcado pela subjetividade, mas a pesquisa qualitativa não é um mero devaneio desprovido de métodos e técnicas. Ao contrário, em muitos momentos, a utilização dessas técnicas (muitas vezes compostas por ferramentas sistematizadas), gera a confusão com a pesquisa quantitativa. Karl Popper, citado por Vianna (2006, pg. 01) afirmou que “(...) é absolutamente errôneo conjecturar que a objetividade da ciência dependa da objetividade do cientista. E é totalmente falso crer que o cientista da natureza seja mais objetivo que o cientista social (...) O que pode ser qualificado de objetividade científica baseia-se única e exclusivamente na tradição crítica”.

Entendendo que a pesquisa qualitativa não é subjetiva e aleatória, percebe-se a relevância da escolha e utilização do método adequado de sistematização do esforço científico. Sabe-se que não existe uma uniformidade entre as diversas publicações existentes sobre o tema. Será utilizada, então, a sistematização de Gunther (2006), que apresenta alguns métodos de pesquisa qualitativa:

- a) Estudo de caso: se constitui a coleta e análise de dados sobre uma situação individual com premissa para entender um fenômeno de maneira ampla. O sujeito (e objeto) é observado e analisado no seu ambiente natural, sendo o método utilizado na coleta de dados quantitativos e qualitativos;
- b) Análise de documento (documental): praticamente é uma técnica utilizada em todas as pesquisas, uma vez que é essencial na revisão de literatura. Além de

ser útil na formação do arcabouço teórico, é aplicada quando a pesquisa requer a análise e interpretação de relatórios, documentos e, contemporaneamente, mídias diversas e arquivos digitais. É essencial, na análise documental, que o pesquisador crie mecanismos **objetivos** de ordenamento e sistematização das informações;

- c) Pesquisa-ação: trata-se de um método / técnica que utiliza, por muitas vezes, o experimento e a mudança nas condições do ambiente pesquisado. Para Gunther (2006, pg. 205) “a pesquisa-ação independe da técnica, podendo ser utilizada com experimento, observação ou *survey*. Observa-se, ainda, uma junção entre pesquisa-ação e a pesquisa participante”;
- d) Pesquisa de Campo: exige, essencialmente, que o pesquisador saia do laboratório, da biblioteca, da bibliografia e busque coletar informações sistematizadas no “campo”. Essa técnica exige prévia preparação (amplo trabalho exploratório) e pode utilizar ferramentas quantitativas e qualitativas;

Uma vez definida a técnica (ou técnicas) de pesquisa, a coleta de dados passa a ser o passo de maior relevância no processo. Em linhas gerais, as publicações que versam sobre técnicas de pesquisa apontam para três maneiras de coletar dados: observação, experimentação e levantamento (questionários, entrevistas e grupos de discussão).

A *observação* pode ser utilizada quando o pesquisador opta pela pesquisa de campo ou pelo estudo de caso e recomenda-se que seu uso seja precedido por uma sistematização do que vai ser observado (apesar de se admitir o uso da observação não estruturada). Em muitas ocasiões, a observação precede a formatação de outros instrumentos de coleta.

A experimentação é utilizada principalmente na pesquisa-ação e na pesquisa participante, onde o pesquisador altera as condições do ambiente, cria estímulos ao comportamento dos entes pesquisados e observa os resultados de sua intervenção. Na Administração, um caso clássico da utilização da experimentação foi a *Experiência de Hawthorne*, quando Elton Mayo alterou as condições ambientais de um grupo de trabalhadoras e observou os resultados comportamentais dessas mudanças.

O levantamento através de questionários e entrevistas demanda uma prévia preparação e é utilizado nas pesquisas de campo. Os questionários,

geralmente objetivos, são aplicados quando há um elevado número de respondentes, enquanto a entrevista é indicada quando há um limitado número de respondentes e uma necessidade de maior aprofundamento das informações coletadas. A entrevista exige grande maturidade e conhecimento do pesquisador, uma vez que é um instrumento com grande potencial qualitativo de obtenção de informações.

Como dito anteriormente, a diversidade de autores e publicações sobre o tema cria um grande número de ramificações de técnicas e instrumentos. Flick *apud* Gunther (2006, pg. 205) afirmou que:

(...) constatamos um grande número de procedimentos, havendo quatro tipos de entrevistas: a) focalizada, b) semiestruturada, c) centrada num problema e d) centrada no contexto (e.g. com especialista ou etnógrafos). Além do mais, há três tipos de relatos: a) entrevista narrativa, b) entrevista episódica e c) contos. Há ainda, três tipos de procedimentos grupais: a) entrevista em grupo, b) discussão em grupo e c) narrativa em grupo. No que diz respeito aos procedimentos visuais existem: a) observação, b) observação participante, c) etnografia, d) fotografia e e) análise de filmes.

Uma vez coletados os dados, a pesquisa qualitativa demanda os procedimentos de análise. O quadro a seguir, adaptado de CIN/UFPE (2012), sintetiza os principais procedimentos de análise na pesquisa qualitativa e suas aplicações:

Quadro 01 – Principais procedimentos de análise na pesquisa qualitativa

Procedimento	Ideia central	Aplicação
Grouded Theory	Supõe que o pesquisador, durante a coleta de dados, desenvolve, aprimora e interliga os conceitos e hipóteses. Levantamento e análise se superpõem	Aplicada principalmente em pesquisas de campo que usam a observação participante. Útil nas pesquisas exploratórias.
Análise fenomenológica	Descrição dos fenômenos da perspectiva do sujeito, tendo por intenções o ponto de partida.	Não tem indicação específica, mas possui três funções: a) função crítica (quando as outras abordagens são questionadas), b) função heurística (propõe novas perspectivas) e c) função descritiva (desenvolve compreensão

		mais ampla a partir da perspectiva do sujeito)
Hermenêutica	Pretende, por meio de procedimentos hermenêuticos, a gradativa modificação do pré-conhecimento do intérprete e chegar a uma interpretação da perspectiva subjetiva dos seus sujeitos.	Útil na interpretação detalhada e segura de material de texto, especialmente em entrevistas abertas e pouco estruturadas.
Análise de conteúdo	Análise de textos de maneira sistemática, por meio de um sistema de categorias.	Aplicada quando se vai trabalhar com grande quantidade de texto.
Hermenêutica objetiva	Busca desvendar as estruturas objetivas subjacentes às significações subjetivas.	Recomendada para a pesquisa cujo objetivo é menos a significação subjetiva e mais a estrutura geral subjacente.
Análise tipológica	É baseada em critérios pré-determinados e visa filtrar elementos e descrevê-los detalhadamente.	Recomendada quando se vai pesquisar uma grande quantidade de material e não se quer deixar de lado a descrição de casos individuais.

Fonte: Adaptado de CIN/UFPE (2012)

Os diversos procedimentos de análise acima descritos reforçam a ideia de que a pesquisa qualitativa exige um trabalho de imersão do pesquisador, além de métodos para organizar o pensamento, coletar e analisar os dados. Entretanto, o pesquisador pode, em determinadas situações, fundir métodos ou até criar seu próprio caminho. Para Minayo e Sanches (1993, pg. 245),

(...) dir-se-ia que a cientificidade tem que ser pensada aqui como uma ideia reguladora de alta abstração, e não como sinônimo de modelos e normas rígidas. Na verdade, o trabalho qualitativo caminha sempre em duas direções: numa elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e toma direções privilegiadas.

Ainda sobre a dificuldade encontrada para sistematizar de forma científica os trabalhos qualitativos, Minayo e Sanches (1993, pg. 245) concluem o raciocínio: “definir o nível simbólico, dos significados, da intencionalidade, constitui-lo como um campo de investigação e atribuir-lhe um grau de sistematicidade pelo

desenvolvimento de métodos e técnicas têm sido as tarefas e desafios dos cientistas sociais que trabalham com a abordagem qualitativa (...).”

A pesquisa qualitativa se aprofunda na coleta, análise e interpretação das informações em suas diversas fontes. Em várias oportunidades, as informações ordenadas de forma quantitativa servem de base e instrumento da maior relevância no processo científico.

4 ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE METODOLOGIA E PESQUISA QUANTITATIVA

A pesquisa quantitativa é oriunda das chamadas “ciências duras” e se baseia na análise e interpretação matemática e estatística de dados coletados a partir de constatações objetivas. Para Dalfovo *et al* (2008) o método quantitativo é usado com frequência nos estudos descritivos, buscando a correção de variáveis e os estudos comparativos causais, além dos testes de hipóteses via experimentos.

Para Minayo e Sanches (1993) a Teoria da Probabilidade e a inferência estatística tiveram papel essencial no desenvolvimento das pesquisas quantitativas. Os experimentos aleatórios se caracterizavam pela impossibilidade de prever o resultado de um mesmo experimento repetido por várias vezes. A variabilidade aleatória encontrou solução a partir da Teoria da Probabilidade, essencial para o entendimento da inferência estatística. Downing e Clark (2006, pg. 04) afirmam que:

Para entender a inferência estatística é preciso entender os vários conceitos de probabilidade. A probabilidade e a estatística estão estreitamente relacionadas, porque formulam tipos opostos de questões. Na probabilidade, sabemos como um processo funciona e queremos prever quais serão os resultados de tal processo. Em estatística, não sabemos como um processo funciona, mas podemos observar seus resultados e utilizar a informação sobre os resultados para conhecer a natureza do processo

A utilização da estatística e da probabilidade passou a ser usada com frequência nas pesquisas científicas, principalmente nas áreas da saúde, engenharia e física. Minayo e Sanches (1993, pg. 241) relatam o uso desses métodos em pesquisas clássicas da área da saúde:

O uso da distribuição de probabilidade para descrever padrões biológicos, médicos ou sociais não é recente. Quetelet já havia utilizado as propriedades da distribuição de Gauss para descrever padrões de altura de seres humanos; Galton, um médico inglês, havia utilizado as propriedades da mesma distribuição nos estudos de genética sobre herança natural, tendo sido o criador da teoria de análise de dados largamente utilizada em estatística e conhecida como regressão linear

Ainda analisando a perspectiva da utilização de modelos matemáticos na pesquisa científica, é válido entender que a aplicação da teoria das probabilidades é de grande utilidade no desenvolvimento de modelos que, uma vez testados e comprovados, são capazes de fornecer credibilidade matemática a um construto teórico. Os modelos matemáticos devem testar as teorizações sobre um determinado fenômeno. Bailey *apud* Minayo e Sanches (1993) afirma que é função da estatística estabelecer a relação entre o modelo teórico proposto e os dados observados no mundo real, produzindo instrumentos para testar a adequação do modelo. Em resumo, enquanto a teoria da probabilidade está dentro da esfera da lógica dedutiva, a estatística encontra-se no âmago da lógica indutiva.

A variabilidade aleatória de um fenômeno é “desvendada” a partir da inferência estatística. Outro aspecto importante a ser analisado na pesquisa quantitativa é a natureza das variáveis, que devem ser identificadas e especificadas. Assim como na abordagem qualitativa, há uma ordem lógica (e mais simples) de procedimentos de coleta e análise na estruturação de uma pesquisa quantitativa. Obviamente, tais procedimentos devem ser planejados após uma definição clara do problema e hipóteses de pesquisa:

- a) Seleção / identificação das variáveis a serem analisadas;
- b) Identificação / seleção da fonte de dados e informações (fonte secundária, fonte primária);
- c) Definição dos indicadores que serão produtos das análises dos dados coletados;
- d) Coleta de dados (questionário, observação, busca em fontes secundárias, coleta eletrônica)
- e) Tratamento dos dados (agrupamento dos dados, cálculo das medidas de tendência, de dispersão, de frequência, entre outros indicadores);
- f) Análise e interpretação dos dados.

Todas as etapas acima descritas devem ser executadas com o maior rigor possível, pois não basta estar demonstrada em um modelo matemático para que uma inferência tenha credibilidade. Minayo e Sanches (1993) afirmam que a questão fundamental é decidir quais modelos analíticos são adequados para determinados problemas e quais limitações serão impostas. Também devem ficar claras as possibilidades e limitações para a generalização dos métodos.

Com o tempo, os métodos quantitativos passaram a ser incorporados pelas ciências humanas e sociais e os pesquisadores das ciências duras passaram a complementar suas análises com os métodos qualitativos. Para Gunther (2006, pg. 202) “difícilmente um pesquisador adjetivado como quantitativo exclui o interesse em compreender as relações complexas. O que tal pesquisador defende é que a maneira de chegar a tal compreensão é por meio das relações entre as variáveis”.

Nas ciências sociais, segundo Minayo e Sanches (1993) foi constatado que à medida que as observações e mensurações tornam-se acuradas e extensivas, tem surgido a oportunidade de usar a linguagem matemática para descrever, representar ou interpretar a multidiversidade de formas vivas e suas possíveis inter-relações

Pesquisa quantitativa e qualitativa não são excludentes e sim de uma essencial complementação. Os dados oriundos de um processamento quantitativo precisam ter seu contexto analisado (qualitativamente) e informações obtidas em pesquisas qualitativas podem ser processadas matematicamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como afirmado no início deste texto, as ciências sociais aplicadas utilizam (e confundem) com certa frequência métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa. Muitas vezes, esse uso é feito de forma equivocada e dá margem para críticas à utilização de métodos meramente cartesianos na análise e interpretação de dados que explicam fenômenos humanos altamente influenciados por uma complexidade que exige uma abstração interpretativa maior que a simples análise fria dos dados. Contra essa deificação dos métodos quantitativos nas ciências sociais, Aktouf (2004, pg. 69) afirmou que:

Um verdadeiro delírio pseudocientífico newtoniano invadiu então o campo da economia, onde o empréstimo do vocabulário das diferentes disciplinas científicas pelas ondas sucessivas de economistas que procuravam transformar economia em ciência não é apenas uma analogia, mas significa uma apropriação conceitual sem rodeios. (...) a que ponto esses aprendizes de feiticeiros usam e abusam de analogias e de fórmulas emprestadas da mecânica celeste de Newton, de equações derivadas da eletromagnética, da cinética de gases e da física subatômica...como se os negócios humanos (e os humanos) pudessem ser tratados do mesmo modo que massas em interações mecânicas ou partículas pertencentes ao mundo da física

Trata-se de uma crítica forte, mas não totalmente desprovida de sentido, uma vez que há uma corrente de pensadores, liderada pelas ideias de Boaventura de Sousa Santos que sugere a necessidade de uma metodologia própria para as ciências sociais.

As ciências sociais podem e devem utilizar os dois tipos de pesquisa: quantitativa e qualitativa. Na maioria das oportunidades, os dois métodos utilizados de forma simultânea propiciarão resultados de maior credibilidade. O que se deve evitar são as confusões. Neste sentido, cabe alguns esclarecimentos:

- a) Pesquisa **qualitativa** não é constituída por uma série de textos desarticulados e observações desestruturadas. Os métodos qualitativos devem ser objetivos, organizados e sistematizados. Uma das suas principais características é a flexibilidade na formatação dos métodos e técnicas oriundas de informações colhidas durante a pesquisa, preferencialmente na etapa exploratória;
- b) A pesquisa **quantitativa** utiliza a estatística e a teoria das probabilidades para testar inferências através de modelos. Esses modelos processarão dados fruto de constatações de algum fenômeno concreto.
- c) A pesquisa qualitativa pode utilizar instrumentos quantitativos, mas isso não a caracterizará como quantitativa. Por exemplo: ao se pesquisar, em duas datas, o grau de satisfação da população de Feira de Santana com a segurança pública, obteve-se as seguintes informações:

Resposta	Respostas Data 01	Respostas Data 02
Plenamente satisfeitas	200	120
Satisfeitas	100	160
Indiferentes	55	40
Totalmente insatisfeitas	400	500
Não souberam dizer	145	80
Total	900	900

Os dados acima demonstrados permitem ao pesquisador o cálculo de uma série de índices (que poderiam ser expressos em gráficos). Mas, nem por isso, a pesquisa se constitui como **quantitativa**, uma vez que a origem dos dados parte de percepções e sentimentos dos entrevistados. Além disso, o contexto que envolve a cidade, as datas em que as coletas foram feitas, os locais e as características dos entrevistados devem ser consideradas na interpretação das informações;

- d) Nas ciências sociais, mesmo que uma análise seja prioritariamente quantitativa, não deve ser desprovida da análise e interpretação qualitativa, já que os fenômenos humanos são complexos e mutáveis. Por exemplo, abaixo estão expressos (de forma fictícia) os índices de inflação da cesta básica, por estado nos últimos 05 anos:

Estado	2008	2009	2010	2011	2012
Bahia	8 %	5 %	15 %	10 %	8 %
Pernambuco	5 %	7 %	6%	6%	5%
Ceará	5%	8%	12 %	13 %	15%
Paraíba	7%	6%	9%	6%	7%

São informações econômicas e sociais. As análises oriundas desses dados devem se aprofundar nos aspectos abstratos do contexto. No entanto, a origem dos dados é uma constatação e a análise pode ser classificada como **quantitativa**.

A grande variedade de autores que publicam sobre o tema leva a muitas abordagens conceituais e práticas sobre a caracterização de um método de pesquisa. As ciências sociais constroem seus métodos a se apropriam de ciências mais tradicionais e tal fato é salutar até certo ponto. Não haveria sentido “reinventar a roda” já criada por outras ciências. No entanto, é preciso uma maior reflexão por parte dos pesquisadores e cientistas sociais no sentido da adaptação dos métodos consagrados e da criação de uma metodologia consensual que dê aos estudos e pesquisas da área uma unidade metodológica, proporcionando maior segurança e propriedade na utilização dos métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

CIN – Centro de Informática da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco Técnicas de Análise Qualitativa (texto disponibilizado para estudos). Disponível em <http://www.cin.ufpe.br/~pcart/metodologia/pos/Mayring043.pdf>, visto em 20/12/2012.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos**: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada. Blumenau, V. 2, n. 4. 2008.

DEMO. Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000,

DIAS, Donaldo de Souza e SILVA, Mônica Ferreira. **Como escrever uma monografia**: manual de elaboração. São Paulo: Atlas, 2010.

DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. **Estatística Aplicada**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FEIJÓ, Ricardo. **Metodologia e filosofia da ciência**: aplicação na teoria social e estudo de caso. São Paulo: Atlas, 2003.

GUNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa**: esta é a questão? In Psicologia :Teoria e Pesquisa. Vol 22, n. 02. 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de S; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-qualitativo**: oposição ou complementaridade? In Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro. 1993.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. São Paulo: Rêspel, 2005.

VIANA, Willian Barbosa. **O design da pesquisa qualitativa**: questões a considerar. In Anais do XIII SIMPEP. Baurú, São Paulo. 2006.

VI

DESCENTRALIZAÇÃO DE VERBAS DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM NOVO DESAFIO AOS GESTORES ESCOLARES

Francisco Alves de Queiroz³²

RESUMO

Este ensaio levanta o debate sobre a possibilidade de desenvolvimento local ao entorno das escolas públicas de Feira de Santana (BA) a partir da gestão escolar. Parte dos pressupostos que os diretores escolares, em sua maioria, não conseguem praticar uma gestão envolvida com a comunidade e não estão preparados para a administração financeira dos recursos disponibilizados pelo Estado. Foi uma observação etnográfica realizada junto às escolas combinado com levantamento de dados empíricos das bases do MEC e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Palavras-chave: Gestão escolar; recursos financeiros; desenvolvimento local.

ABSTRACT

This essay raises the debate about the possibility of developing the local environment of public schools in Feira de Santana (BA) from the school management. Part of the assumptions that school principals, most of them cannot perform a management involved with the community and are not prepared for the financial administration of the resources provided by the state. It was an ethnographic observation in the schools combined with a survey of empirical data bases and the MEC of Education Department of the State of Bahia.

Keywords: School management, financial resources, local development.

³² Graduado em Economia pela UEFS, Especialista em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela FAAD e Mestrando em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional da UNEB. Coordenador II SEC/IAT/ NTE – Feira de Santana-BA e Professor de Economia Brasileira da Faculdade Maria Milza (FAMAM). Contatos: fqueiroz.nte@sec.ba.gov.br

1 INTRODUÇÃO

Com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, as escolas ganharam autonomia na gestão e aplicação de recursos. Algumas medidas de descentralização têm potencializado a gestão da educação pública a responder de forma mais ágil as problemáticas e aos fenômenos da vida escolar. A verba destinada à educação passou a seguir um roteiro menos burocrático, reduziu os riscos de desvios sendo depositada diretamente na conta da escola, para ser negociada em um modelo de gestão tripartite³³, comunidade, professores e direção, direcionada as necessidades da escola. São verbas de custeio, capital, merenda escolar, projetos específicos e reformas.

Assim, os diretores escolares ganharam uma função de extrema importância, deixando de ser apenas administrador escolar e passaram a ter um papel de gestores financeiros e estratégicos de uma entidade. As escolas têm se constituído, também, em empreendimentos de interesses coletivos e locais, necessitando de profissionais com visão de futuro, com competências para criar e executar projetos financeiros e políticos, com condições de atender aos onze princípios da LDB, com foco ao XI, que coloca: “vincular a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” na construção de uma sociedade mais desenvolvida. Supõe-se, então, que para tal fim, necessite-se de um profissional capaz de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local.

Em 2009, para educação na Bahia foram transferidos, segundo o portal da transparência do Governo Federal, 532 milhões de reais do governo federal, sendo 36 milhões destinados às escolas do ensino médio. O governo do estado investiu mais outros 30 milhões de reais nas escolas estaduais da Bahia. E não parou por aí, ainda em 2009, milhares de equipamentos tecnológicos, acesso a internet, construção de laboratórios de informática do PROINFO³⁴ e outros 40 milhões de reais em 22 mil Monitores Educacionais³⁵, distribuídos para toda a rede estadual. Estes recursos dão

³³ Modelo de gestão implantado no Brasil a partir do 1990, quando o Ministério do Trabalho criou o CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador onde as decisões são tomadas por representantes dos trabalhadores, dos empresários e do governo.

³⁴ PROINFO – Programa Nacional de Informática na Educação, do Ministério da Educação que objetiva introduzir o uso das Novas Tecnologias na rede pública de educação.

³⁵ O Monitor Educacional possibilita a exibição de arquivos digitalizados de áudio, imagem e vídeo diretamente de uma mídia de armazenamento.

as gestões escolares mais autonomia e a capacidade de prover o desenvolvimento educacional e econômico de sua localidade.

A educação é um indicador de qualidade de vida. As unidades escolares ganharam muita força com a descentralização dos recursos para educação. Este poder de agente local de transformação da realidade a qual está inserida, veio junto com a exigência de novas habilidades e competências, quando o gestor necessita desenvolver comportamento empreendedor, capacidade de negociação e de resolução de conflitos, para lidar com a dinâmica dos projetos que envolvem a escola, promovendo o desenvolvimento da educação e da comunidade local.

Este texto é fruto da atividade profissional do autor, como coordenador do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE), órgão que presta apoio pedagógico de qualificação em novas tecnologias e gestão as escolas pesquisadas, quando foi verificado que a maioria delas tem problemas de recebimento das verbas e/ou dificuldades na execução de projetos, gerando pendências e debilidades no processo educativo. Isto instigou o autor a debater o papel dos gestores escolares na possibilidade de desenvolvimento local a partir das verbas destinadas às escolas públicas.

A escolha da Região Portal do Sertão para população alvo a ser analisada foi por ser jurisprudência de trabalho do autor. O tema escolhido se confunde com seu exercício profissional, economista e gestor do NTE, que lida diariamente com as realidades e dificuldades das escolas. Ao visualizar os recursos e os contextos político-sociais dentro e fora das escolas percebe-se existir uma oportunidade que a escola pode otimizar seus recursos e instrumentos, oferecendo à comunidade a produção de um conhecimento transformador e uma renda propulsora no mercado local.

Sobre qualificação dos Gestores já existem abordagens da Secretaria da Educação (SEC), do Ministério da Educação (MEC) e de outros autores sobre o assunto. Há uma diversidade de estudos e projetos, entre eles, projetos de qualificação dos gestores do MEC, dos Secretários de Educação (PRADIME), sendo que na Bahia os principais são Escola de Gestores³⁶ e PROGESTÃO³⁷.

³⁶ Escola de Gestores – Programa do MEC em parceria com as Secretarias de Educação que tem por objetivo formar gestores escolares das escolas públicas da Educação Básica em cursos de especialização e de atualização em Gestão Escolar, na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social.

³⁷ Progestão – programa da SEC de capacitação a distância dos gestores escolares e coordenadores. Tem como objetivo promover a formação continuada e como finalidade a democratização da gestão escolar, à melhoria do ensino público e a integração com a comunidade.

Os questionamentos a serem debatidos são: os atuais gestores escolares possuem o perfil administrativo para responder a estes novos desafios enfrentados pela escola? Quais as possibilidades de desenvolvimento local e da própria educação com estes recursos? Essas questões ganham dimensões complexas, um dilema do ensino público brasileiro, sendo necessário um estudo sobre realidades próximas e mensuráveis. A análise ocorreu em visitas e observações as 165 escolas do território de identidade Portal do Sertão, que compreende 22 municípios, mais de 1 milhão de habitantes e tem Feira de Santana (BA) como cidade polo, concentradora de serviços, recursos, renda e oportunidades.

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL A PARTIR DA GESTÃO ESCOLAR

Falar de desenvolvimento local é entrar em grande e virulenta discussão conceitual. Os economistas liberais latino-americanos como o peruano Soto³⁸ e o brasileiro Delfim Neto³⁹, mentores da economia sul-americana nas décadas de 70 e 80, via o desenvolvimento como fruto da industrialização e do crescimento econômico. Os tipos de desenvolvimento tratado pelos autores heterodoxos ultrapassam o conceito liberal, mas trazem uma avalanche de definições: desenvolvimento para liberdade de Amartya Sen⁴⁰; desenvolvimento socioeconômico de Furtado⁴¹ e Pochmann⁴²; desenvolvimento solidário de Singer⁴³ e desenvolvimento sustentável dos ambientalistas. Essas variações são as mais evidentes, contudo o conceito de desenvolvimento não se esgota, no entanto, seja global, nacional ou local o desenvolvimento tem fases, e a geração de emprego e renda é a principal etapa, que tem efeitos condicionantes nas melhorias sociais e culturais. Não vai ser tratado aqui questões utópicas e nem ambientais, está análise ancorar-se Teoria Keynesiana, Keynes (1986), onde o efeito impulsionador da renda atua como multiplicador do

³⁸ Economista peruano considerado pela Revista Times umas das 5 pessoas mais inteligentes do mundo, assessor de diversos presidentes no mundo, entre eles os americanos Reagan, Clinton, Bush e o russo Vladimir Putin.

³⁹ Economista, professor emérito da USP, ministro da fazenda dos governos militares, comandou a economia brasileira por 20 anos.

⁴⁰ Economista indiano, prêmio Nobel em Economia, criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), escritor do livro "Desenvolvimento como Liberdade".

⁴¹ Celso Furtado, celebre economista brasileiro, primeiro-Ministro de Planejamento do Brasil, maior pesquisador de desenvolvimento econômico brasileiro, criador da SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE).

⁴² Economista professor da UNICAMP, diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)

⁴³ Economista professor da USP, Secretário Nacional da Economia Solidária.

emprego e da qualidade de vida, e em Tapia (2005) que sobre desenvolvimento local para ser efetivo deve ter políticas dirigidas por autores locais e participação comunitária.

A gestão escolar nas escolas públicas estaduais é a aplicação de políticas públicas, diz respeito a prática política. Esta análise parte do pressuposto conceitual de Francis Wolf⁴⁴, Jaques Ranciere⁴⁵ e Chico de Oliveira⁴⁶, onde a política precisa primeiro do comunitário, e enxerga os diretores como autores locais responsáveis por células gestoras de recursos de políticas públicas que podem contribuir para a melhoria da educação e do desenvolvimento local. Este desenvolvimento poderá ocorrer à medida que os recursos passem a circular na comunidade, propiciando um efeito multiplicador da renda, do produto e do emprego. É possível assim promover o desenvolvimento local através da otimização da aplicação das verbas destinadas às escolas.

Para fundamentação legal dos pressupostos volta-se a Constituição Federal de 1988, artigo 213, que coloca sobre os recursos públicos da educação, os quais serão destinados diretamente às escolas, e a LDB, que estabelece, entre diversas outras responsabilidades, que as unidades de ensino terão a incumbência de: elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente e articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Diversos recursos financeiros e equipamentos estão à disposição das comunidades escolares, mas foi observado junto à coordenação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) da Secretaria de Educação, que diversas escolas não estão recebendo as verbas do projeto, simplesmente por terem dificuldades no preenchimento⁴⁷ dos formulários eletrônicos. Foi constatado que diversos laboratórios de informática encaminhados pelo MEC estão fechados, por não se ter conhecimento na escola dos procedimentos necessários a adaptação da infraestrutura e à aquisição de condicionadores de ar e mobiliários, que são recursos já disponíveis na Secretaria Estadual de Educação (SEC), necessitando apenas de 3 orçamentos de empresas cadastradas na Secretaria de Planejamento do Estado. Os laboratórios de informática

⁴⁴ Filósofo contemporâneo, professor Doutor da Universidade de Paris 10.

⁴⁵ Filósofo contemporâneo, professor Doutor da Universidade de Paris.

⁴⁶ Sociólogo, orientador de doutorado, professor emérito da USP.

⁴⁷ O projeto PDE já vem pronto do Ministério da Educação, sendo necessário apenas a escola preencher um formulário eletrônico no seu site que a verba é disponibilizada.

são destinados pelo Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) do MEC, e há uma parceria entre os entes federativos, onde o Governo Federal entra com os equipamentos: computadores, impressoras, modems, projetores e acesso à Internet e o Estado/município dá a sua contraparte com a adaptação/construção física do laboratório e a qualificação dos professores.

A administração escolar das escolas estaduais tem diversos instrumentos à disposição, uma importante ferramenta de gestão está no sítio da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, um ambiente interno para uso das escolas, caracterizado como rede governo - o intranet: <http://intranet.sec.ba.gov.br/>, onde estão localizados diversos sistemas de gestão, procedimentos e rotinas administrativas, manual de identidade visual, e-mail corporativo, banco de dados, cursos, universidade corporativa, bibliotecas virtuais e diversos outros recursos. Infelizmente, a realidade constatada em levantamento de campo é que a maioria das escolas, 70% delas, não usam e o pior não sabe que existem estas ferramentas.

Os recursos financeiros que as escolas recebem são parcelas de verbas oriundas de políticas públicas do FAED⁴⁸ e do Caixa Escolar⁴⁹, essas verbas são trimestrais, muitas vezes chegam em atraso, mas chegam. A disponibilidade dos recursos depende do papel prospectivo e ativo da escola na busca, uso e prestação de conta, mas, a realidade é frustrante, o constatado por entrevistas aos diretores na região é que:

- a) Há verbas disponíveis e que não são aplicadas;
- b) Há uma gama de diretores que não sabem como gastar;
- c) Outros gestores não sabem como prestar contas nos critérios da legislação estadual;
- d) Diversos diretores não têm a percepção do efeito positivo destas verbas na comunidade local; e
- e) A maioria das escolas não tem interligação com a comunidade, não têm associação de pais e mestres e não têm associações estudantis.

⁴⁸ FAED – Fundo de Assistência a Educação, verba trimestral destinada a custeio e manutenção às escolas estaduais pela Secretária de Educação.

⁴⁹ Unidades executoras para receber recursos é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, que tem como objetivo gerir a verbas transferidas do MEC, da SEC e de outras instituições.

Um passo importante que certamente vai melhorar esses pontos foi dado pelo Governador do Estado da Bahia, Jacques Wagner, em 18 de setembro de 2008, assinando o Decreto de Lei 11.218, que determinou eleição direta para os diretores e vice-diretores de todas as escolas do Estado. Dos critérios estabelecidos pela Lei alguns agradaram muito: o primeiro foi que para concorrer à eleição os candidatos teriam que ser aprovados em um curso de Gestão Escolar promovido pela secretaria de educação; teriam que ter um plano de gestão desenvolvido aprovado pela instituição promotora do Curso e o terceiro, que a eleição deveria ter uma participação mínima representativa de 30% dos alunos, 50% dos professores, 50% dos servidores e 30% dos pais de alunos. Ou seja, este foi o primeiro passo em direção a promover um estreitamento das relações entre a comunidade e a escola, inserindo os pais no processo eletivo.

As eleições ocorreram em novembro de 2008 e um fato negativo foi que 20% das escolas não conseguiram a participação mínima de votação de 30% dos pais de alunos o que provocou a anulação da eleição e outras 20% nem se quer tiveram candidatos qualificados a eleição (SEC, 2009). Assim os diretores dessas escolas ficaram para serem indicados pelo Secretário de Educação. Estes números evidenciam a desconexão entre escola e comunidade e a falta de gestores “qualificados” a exercer a direção escolar.

Constitui-se um ponto inicial e fundamental do debate a compreensão do que as legislações, estadual e federal, expõem especificamente sobre a competência dos diretores escolares. Acredita-se que para ajudar na formação dos gestores na Bahia seja necessário pesquisar os conteúdos dos projetos dos programas de qualificação de gestão escolar; pesquisar as propostas do Ministério da Educação; e quebrar paradigmas e analisar estudos sobre o comportamento empreendedor na educação.

Há uma resistência dos pesquisadores em Educação e dos cientistas sociais quanto ao enfoque empreendedor, realmente, este conceito precisa ser trabalhado com um pouco de cuidado, sem esquecer suas bases constitutivas. O empreendedorismo é um conceito liberal, pós-moderno, que em síntese retira a responsabilidade do Estado sobre as questões sociais e a joga sobre o indivíduo, e o pior ainda, propaga a ideia falsa de que o sujeito isolado, independente das relações do meio, apenas com a força de vontade consegue produzir resultados e superar as dificuldades sistêmicas. O empreendedorismo camufla as perversidades do sistema capitalista e produz agentes egoístas e antissociais. Não se pode ser inocente, não dá para todos serem

empreendedores, pois vai faltar quem seja explorado. Entretanto não é tudo sobre conduta empreendedora que é ruim. A capacidade de executar projetos, buscar oportunidades e gestar conflitos são qualidades técnicas que se pode buscar de maneira eficiente nos manuais de empreendedorismo e gestão estratégica.

Compreender o que deve e pode fazer os gestores escolares, conhecer os recursos, os procedimentos, analisar os novos instrumentos e comportamentos de gestão propostos pela escola de administração, pelos estudiosos da gestão escolar e pelo MEC, são mecanismos indispensáveis aos educadores, que então terão que manusear recursos financeiros, humanos e materiais.

3 GESTOR ESCOLAR E O DESEMPENHO FINANCEIRO

O gestor precisa incorporar o empreendedorismo e as novas práticas de gestão pois, a situação administrativa impulsionada pela descentralização de recursos exige das escolas capacidade de criar e executar projetos. A ideia de projeto envolve a antecipação de algo desejável que ainda não foi realizado. O processo projetar implica analisar o presente como fonte de possibilidades futuras. A palavra projeto deriva do latim *projectus*, algo lançado para frente, é algo inseparável da ação. “O ato de projetar requer abertura para o desconhecido, para o não-determinado e flexibilidade para reformular as metas à medida que as ações projetadas evidenciam novos problemas e fenômenos.” (PRADO, 2008, p. 189). Mas o ambiente escolar não se resume aos muros da escola, urge a necessidade da compreensão que os projetos escolares são para a comunidade e precisam ser sustentáveis.

Em combinação dos pensamentos de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, antes de ser presidente⁵⁰, e Antonio Barros de Castro, sobre projetos econômicos e sociais, crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade, pode-se dizer que um projeto sustentável deriva de um programa de desenvolvimento e este, de um efetivo crescimento econômico. Crescimento econômico é a produção e acumulação de riquezas de uma localidade ou País, que, devido ao modelo capitalista concentrador pode acontecer o crescimento sem o desenvolvimento econômico. Para existir o desenvolvimento, necessariamente, tem que haver criação e circulação de riquezas,

⁵⁰ Fernando Henrique Cardoso quando Presidente do Brasil (1994 - 2002) renegou os livros que escreveu sobre desenvolvimento econômico brasileiro.

equidade social, envolvimento comunitário e qualidade de vida. Sustentabilidade envolve todos os aspectos do desenvolvimento econômico e respeito ao meio ambiente, ao meio cultural, com capacidade de autogestão e sobrevivência – efetividade. Estratégico e efetivo é o projeto sustentável, que sob modelo de gestão, perdura ao longo dos tempos, resistindo aos fenômenos sociais e as dificuldades econômicas. Segundo Frey (2003, p.165) deve-se propor uma investigação de possibilidades de um desenvolvimento local, sustentável através do fortalecimento do capital social, ou seja, uma oportunidade de desenvolvimento das comunidades onde as escolas estão inseridas também passa pelas capacitações dos gestores dos recursos escolares.

Os gestores escolares devem ser capacitados com um olhar mais holístico e com uma cultura de desenvolvimento local, ligado à comunidade. Os projetos de formação continuada PROGESTÃO e Escola de Gestores executados pela Secretaria de Educação, devem ser considerados e observados na construção do debate acerca da qualificação dos diretores escolares, pois já oferecem importantes contribuições para gestão da educação pública, mas por uma observação direta, realizada com os diretores escolares foi percebido, que a maioria não participam destes cursos, e os motivos alegados foram a falta de tempo e a rotina de trabalho dependente da Secretaria de Educação. Os motivos expostos são fatos irrefutáveis, mas em uma outra observação mais atenta também foi percebido, em diversas escolas, gestões centralizadoras e patrimonialistas, fechadas, que não permitiam aos diretores espaços para a aprendizagem e a abertura para a comunidade no planejamento da execução dos recursos financeiros.

Em acordo com Martins, (2002) o planejamento deve ser pensando em caráter mais social, considerando o homem como agente e beneficiário, uma visão ecológica que requer uma revisão de postura e questionamento de crenças e convicções. É necessário que os autores locais aproveitem os recursos oriundos das políticas públicas com projetos que visem a sustentabilidade. É necessário que os gestores façam uso das ferramentas de gestão, que se conscientizem que mudanças são necessárias, precisam ser gerenciadas e assumam o papel de verdadeiros líderes do processo de transformação da escola e da comunidade local. Chaves (2006, p. 23-24).

A liderança vem do ato de saber dialogar com a comunidade e promover o diálogo entre os seus vários componentes, vem do desejo contínuo de aprender, seja com os alunos, professores, funcionários ou pais, de qualquer idade ou

vivência, com qualquer escolaridade. A gestão dialética promove valores humanos, potencializa os recursos, supera e resolve conflitos com a busca de objetivos comuns, Garcia (2006, p. 35). E, em mesmo sentido e direção há Tapia com um estudo da experiência dos pactos territoriais na Itália, onde traz a necessidade de uma estrutura de gestão local e o envolvimento coletivo:

A reprodução e a transformação dos sistemas locais de inovação e dos modelos de desenvolvimento *local*, no atual quadro de transformações econômicas globais, dependeriam das modalidades de regulação social e de estruturas de governança *locais*. Essas estruturas de governança seriam resultantes da ação coletiva de um sistema de atores – públicos e privados – que interagem dentro de um contexto espacial, institucional, político e cultural específico. (TAPIA, 2005, p.132)

Tapia traz o termo *governança* no sentido de gestão coletiva, este termo, segundo o Banco Mundial, é para atender as transformações ocasionadas pela descentralização no contexto gerado pela reforma nas políticas públicas educacionais, e perpassa pela reforma da administração e organização dos serviços na escola. Borges (2003. p. 130).

É necessário que os diretores se relacionem com a comunidade, veja suas potencialidades e compartilhe o uso de seus recursos e melhor, gaste esses recursos na comunidade. Acredita-se que os gestores escolares (diretores, secretários, professores, comunidade e alunos) podem fomentar que as empresas e arranjos produtivos locais atendam às necessidades de compras da escola, seja através de cooperativas, ou estimulando o cadastro dos empreendimentos locais nos sistemas do Estado, COMPRASNET.BA⁵¹ e SIMPAS⁵². Um detalhe importante é que já existem estímulos às microempresas, a Lei complementar Federal de nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, assim como existe a dispensa de cotações e licitações para cooperativas de pequenos produtores, a exemplo da merenda escolar. Podemos então pensar em dispensa de licitações e cotações para cooperativas de pedreiros, capinadores, pintores e mercadinhos locais, associações fomentadas pela escola, formada por pais de alunos. A escola ajuda a comunidade a formar as cooperativas e

⁵¹ www.comprasnet.ba.gov.br. Canal de compras do estado da Bahia, faz compras, licitações e tomadas públicas de preços. Objetiva cadastro de fornecedores, produtos e preços e fornece todo apoio quanto a cadastro e documentação.

⁵² Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços (SIMPAS), sistema que padroniza os procedimentos de compras realizadas pela Administração Pública Estadual.

estas prestam serviços e fornecem produtos às escolas. São os recursos públicos efetivamente gerando emprego e renda na comunidade local.

Mas infelizmente o que se vê é toda rede estadual fazendo cotações de produtos em empresas registradas no cadastro da Secretaria de Administração do Estado, em grandes empreiteiras e construtoras e gastando muito mais do que deveria para fazer pequenas compras e pequenas reformas, e ainda transferindo uma renda que poderia ser na comunidade local para os grandes centros urbanos a exemplo de Salvador. Este estudo a propõe criar ações que envolvam e capacitem as escolas nas novas perspectivas de gestão de políticas públicas e foque o emprego dos recursos na própria comunidade impulsionando o desenvolvimento local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio é produto de um estudo em andamento, contudo, acredita-se com bases na experiência e vivências observadas nas 165 escolas estaduais do Portal do Sertão e nos estudos de dados destas na SEC e no SIGETEC⁵³, que a eleição direta⁵⁴ para diretor foi um passo firme em direção à autonomia das gestões, apesar de após a isto, os diretores ainda estarem muito dependentes das iniciativas da Secretaria da Educação. A escola tem forte autonomia pedagógica e administrativa, e autonomia financeira para buscar e receber recursos. Claro que como toda administração pública o processo de autonomia é limitado pela legislação, o que é mais um reforço na oportunidade de envolver a comunidade interna e externa na construção de um ambiente escolar produtivo educacionalmente e impulsionador do desenvolvimento econômico local.

Em atenção a primeira pergunta norteadora deste texto, se os atuais gestores escolares possuem perfil administrativo para responder a estes novos desafios enfrentados pela escola a partir da descentralização dos recursos destinados a educação. Na sua grande maioria não. Não sabem gestar bem os recursos, não sabem buscar recursos e não compartilham as decisões com a comunidade escolar. Das 165

⁵³ Sistema de Gestão da Base de Dados Tecnológicas do MEC, onde está disponibilizados todos os programas governamentais do governo federal referente à educação tecnológica.

⁵⁴ Em dezembro de 2008, houve eleição direta para diretores escolares da rede estadual em toda Bahia, quando cerca de 60-70% das escolas escolheram seus diretores, votaram alunos, professores e pais de alunos. As escolas que não elegeram seus diretores o cargo ficou a escolha do Secretário de Educação.

escolas pesquisadas entre 2009 e 2010 apenas uma recebeu investimento por um projeto de pesquisa, e nenhuma recebeu recursos de instituições não governamentais; nenhuma realiza compras em cooperativas ou na comunidade; e associações de pais e mestres só foram encontradas em apenas 10% das escolas. Há alguns casos de sucesso, escolas praticando educação com qualidade e envolvimento dos alunos, mas não por um projeto político comunitário e sim por superação e dedicação exclusiva dos diretores, em uma gestão personalista. Assim este texto considera que as escolas da rede estadual de educação da Região de Feira de Santana não impulsionam o desenvolvimento local.

Por fim respondendo sobre quais as possibilidades de desenvolvimento local e da própria educação a partir dos recursos escolares, há diversas alternativas, além do gasto local dos recursos repassados pelo Estado, o que já geraria um impulso no comércio local, a escola pode buscar recursos via editais da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), buscar associações com Universidades e ver também editais do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), são editais permanentes, que ficam abertos o ano inteiro. Outras oportunidades são vias de empresas que investem em responsabilidade social como Banco do Brasil, Petrobras, Instituto Aliança, HSBC – Empreendedores do Brasil, e tantas outras. Um relatório do MEC em 2009 constatou que bilhões de reais são disponibilizados pelo governo e empresas a projetos socioeducacionais e as escolas não usam. Mas qualquer que seja o projeto a se elaborar, só vai ser aceito e ter êxito com o envolvimento da comunidade. Além de validar projetos sociais, a comunidade cuida da escola, evita assaltos e depredação, pinta, reforma, e através de uma associação de pais cria corpo jurídico para busca recursos junto a parcerias empresariais e oferecer bens e serviços à comunidade, gerando emprego e renda.

Um exemplo de sucesso em captação de recursos foi a Escola Técnica Áureo de Oliveira Filho, em Feira de Santana, que conseguiu desenvolver um projeto via associação de pais, no ano de 2000, e recebeu 2 Milhões de dólares do Banco Mundial, reformou toda escola, construiu laboratórios, oficinas e se transformou em Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia (CETEB), hoje têm autogestão e parceria com mais de 130 empresas e diversas prefeituras do Estado.

O CETEB foi um caso de sucesso em captação de recursos, levanta-se a hipótese que pode ser melhor, é possível construir projeto político dentro das escolas públicas estaduais e transformar a educação e impulsionar o comércio

local. Primeiro em um embate político sobre a escola que a comunidade quer, a partir daí, da proposta coletiva, local e social construir uma gestão participativa e aberta e por fim de forma pedagógica, preparar o comércio e os prestadores de serviço locais para atender as demandas da escola.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Decreto Nº. 6.437 de 23 de maio de 1997. Dispõe sobre a instituição, competência e composição da Caixa Escolar e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador, 23.05.1997.

BAHIA. Portaria 5549 de 31 de março de 2005 - referente aos repasses de recursos do FAED. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 31.03.1997.

BORGES, André. Governança e Política Educacional – a agenda recente do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, V. 18, N. 52, 2003. p. 130.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. 05.10.1988.

BRASIL. Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10.01.2001.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23. dez.1996.

BURTET, Douglas. **A Natureza do Poder - Como atuam os líderes servidores**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Corifeu, 2006.

CASTRO, A.B. e SOUZA, F.E.P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

COSTA, Maria Alice Nunes. Sinergia e Capital Social na Construção de Políticas Sociais. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, N. 21, p.147-163, nov. 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DOURADO, Luiz Fernandes (coordenador); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: INEP, 2007.

FEIJÓ, Paulo Henrique, **Administração Financeira e Orçamentária – Ministério do Planejamento**. Brasília, 2006.

FILHO, Nelson Casarotto. **Projeto de Negócio – Estratégias e Estudos de Viabilidade**. 1.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

FREY, Klaus. Desenvolvimento Local Sustentável na Sociedade em Rede. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, N. 21, p. 165 -185. nov. 2003.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico – estrutural**. 3º edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro 2000.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Estado, Sociedade e gestão da educação: novas prioridades, novas palavras de ordem e novos – velhos problemas. In: **Revista Brasileira de Política e Administração**. Porto Alegre, V. 13, N. 1, p. 7-18, Jan./Jun. 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Avaliação da Descentralização dos Recursos do FNDE e da Merenda Escolar**. Brasília: MEC, 1998.

KEYNES, **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**, Os Economistas. Nova Cultural – São Paulo, 1988.

KOTLER, Philip; KELLER, Keven Lane. **Administração de Marketing**. 12 ed. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil Ltda. 2007.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco. V.3, N. 5, Set. 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Escola de Gestores da educação Básica**.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=articleid=12337&Itemid=693>. Acessado em: 01 out. 2009.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego no Desenvolvimento da Nação**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial. 2008.

RANCIERE, Jacques. **O Desentendimento**. Política e Filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008. P.277-376.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto Progestão**.

Disponível em <<http://www.sec.ba.gov.br/progestao/progestao.htm>>. Acessado em 10 out. 2009.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **Marcas de um caminho: uma análise da construção da gestão democrática da escola em Minas Gerais 1991-2006**.

Disponível em: <<http://www.isecure.com.br/anpae/258.pdf>>. Acessado em 05 out. 2009.

SOTO, H DE. **Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1987. p.189-336.

TÁPIA, Jorge Rubia Biton. Desenvolvimento Local Concertação Social e Governança – a experiência dos pactos territoriais na Itália. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo. V 19. n.1, p. 132-139. 2005.

WOLF, Francis. A invenção da política. In. NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P. 23-54.

